

OS CAMINHOS DA INFRAESTRUTURA EM 2018

Mais um ano difícil

A retomada significativa da infraestrutura, essencial para o crescimento sustentável, não será em 2018

Os números da infraestrutura

Países no mundo inteiro preservam investimentos públicos. O que fazer para o Brasil recuperar tais gastos?

Faltam bons projetos

Iniciativa da Abdib visa ampliar quantidade de estudos e projetos para impulsionar investimento privado

2018



ABDIB

Índice

Editorial...	4
Sobre a Abdib...	8
2017 em 5 minutos...	12
Planejamento...	14
Estudos e Projetos...	16
Financiamento...	18
Agenda Legislativa...	22
Relações Internacionais...	24
Relações Institucionais...	26
Energia Elétrica...	28
Iluminação Pública...	30
Petróleo e Gás Natural...	32
Transportes...	34
Recursos Hídricos...	36
Saneamento Básico...	38





40...Resíduos Sólidos

42...Política Industrial

44...Educação Corporativa

46... Fórum Mundial da Água

48... Seminário Financiamento e Garantias

54...Comunicação

56...Comitês

64...Programs and activities that Abdib adressed in 2017

76...Atividades Realizadas em 2017

90...Securitização

91...Investimentos em Infraestrutura

92...Companhias Associadas

93...Conselhos de Administração e Consultivo

94...Equipe Executiva

EDITORIAL

UM MAPA PARA NÃO DESPERDIÇAR 2018

O Brasil nunca perde a oportunidade de perder uma oportunidade. Essa máxima do economista e diplomata brasileiro Roberto Campos (1917 - 2001) tem se mostrado inexorável, com raras exceções. O país que mais cresceu no século XX até meados da década de 70 perdeu o rumo com a crise da dívida externa e a hiperinflação dos anos 80. O ano eleitoral de 2018, então, passa a ser uma nova oportunidade para o país definir uma estratégia de desenvolvimento e reencontrar o caminho do crescimento.

Nos últimos trinta anos, por um lado, vários avanços importantes ocorreram na economia: abertura comercial, privatizações, concessões de serviços públicos à iniciativa privada, programas de recuperação do setor financeiro (Proer e Proes) e lei de responsabilidade fiscal, equilíbrio nas contas externas, entre outros. Por outro lado, pouco se fez no sentido de definir uma estratégia de desenvolvimento sustentado de médio e longo prazo, seja do ponto de vista do setor produtivo (indústria e Infraestrutura), seja do ponto de vista tributário e fiscal.

Nesse período as taxas de crescimento do Brasil foram modestas, com exceção do período de boom das commodities no mercado mundial. O país abusou do câmbio valorizado e de taxas de juros exuberantes para manter a estabilização. Essa política corroeu a competitividade da indústria, juntamente com a falta de investimento em infraestrutura.

Tal situação trouxe sérias consequências, pois a transição de um país emergente de renda média para uma nação desenvolvida de renda elevada não ocorrerá sem o lócus de inovação e produtividade que a indústria proporciona. Em que pese a importância de políticas horizontais para o sucesso de um país, como instituições fortes e sistema educacional de qualidade, a indústria de transformação é motor de geração de riqueza e desenvolvimento. A despeito desses benefícios, há uma posição que culmina na demonização de instrumentos importantes de política pública – como financiamento público, incentivos fiscais e conteú-

do local – que foram ou são utilizados por diversos países emergentes e desenvolvidos. Aqui, por erros de execução, há preferência por abdicar de tais instrumentos que, se utilizados com inteligência, planejamento e monitoramento, têm potencial de trazer resultados positivos concretos para o Brasil, como ocorrido nos Estados Unidos, Coreia do Sul, Japão, China e outros países.

Na infraestrutura, o rastro indica também uma evolução sofrível. Uma avaliação mais apurada revela que a maioria dos projetos de investimento são remanescentes e/ou arremedos do planejamento estatal da década de 70. Infelizmente, não houve uma estratégia de desenvolvimento definida, com programas de investimentos articulados e prioritários, que pudessem indicar o rumo da economia e levar ao aumento da sua eficiência produtiva e melhora da competitividade.

O planejamento precisa avaliar os polos nacionais de desenvolvimento em conexão com a economia global. Identificar projetos com racionalidade econômica e viabilidade ambiental, que busquem melhoria de eficiência, ofereçam melhores condições de atratividade para o investimento privado. Em paralelo, é fundamental aumentar a sensação de segurança jurídica na infraestrutura. Nos últimos anos, infelizmente, muitos fatores e conflitos têm criado dúvidas na tomada de decisão dos investidores e também dos gestores públicos.

A segurança jurídica depende fortemente da clareza dos marcos regulatórios, da eficiência e independência das agências reguladoras, da celeridade do funcionamento do Poder Judiciário, do cumprimento de contratos, da eficiência na solução de imprevistos ou reequilíbrios nos contratos e do exercício equilibrado nos processos de fiscalização e controle. Investir em infraestrutura tornou-se uma corrida com obstáculos que, cada vez mais, têm causado tombos nos agentes envolvidos. Essa agenda está profundamente entrelaçada à conclusão de um conjunto de matérias legislativas que prometem consolidar e modernizar leis e re-

gulamentos nas áreas de infraestrutura. No vaivém entre Poder Executivo e Congresso Nacional, evoluem em estágios variados de tramitação mudanças nas regras de licenciamento ambiental e de desapropriações por utilidade pública, de governança das agências reguladoras, de funcionamento das licitações públicas e mudanças regulatórias impactantes nas áreas de energia elétrica, gás natural, petróleo, telecomunicações e saneamento básico.

Mas pouco adiantará contar novamente com um planejamento adequado ou conseguir reforçar a percepção de segurança jurídica no ambiente de negócios nos setores de infraestrutura se o Brasil não conseguir conjugar pragmaticamente investimentos públicos e privados. O país precisa de todas as fontes possíveis de investimentos e financiamento. Neste ambiente, há a necessidade de se adotar novas estruturas de garantias, além das corporativas, que permitam o financiamento dos investimentos de longo prazo.

Essa agenda econômica é capaz de criar condições favoráveis ao investimento, público e privado, nacional e externo, em nova oferta de infraestrutura no Brasil. A infraestrutura é uma peça crítica no quebra-cabeça do desenvolvimento brasileiro. A retomada do crescimento econômico depende da recuperação do nível de investimento na economia, que por vez depende dos aportes na expansão da infraestrutura, que é fundamental para a melhora da competitividade brasileira.

A necessidade de investimentos na infraestrutura é avassaladora. A infraestrutura precisa de aproximadamente R\$ 300 bilhões ao ano (algo em torno de 5,0% do PIB), por uma década seguida, ininterruptamente, se a pretensão for dotar o país de condições para a inserção competitiva na economia global e para a ampliação da qualidade de vida interna. Mas, em 2017, os investimentos públicos e privados somaram pouco mais de 1,5% do PIB, o que é claramente insuficiente até para repor a depreciação (o que demanda 3,0% do PIB em investimentos). Em 2016, o indicador foi de 1,7% do PIB. O problema é que em 2018, considerado ano da retomada



do crescimento econômico após uma das mais virulentas recessões no país, o investimento em infraestrutura não deverá alterar de patamar em relação à média do biênio 2016-2017. Há nitidamente um sinal amarelo piscando. Para preencher essa lacuna de R\$ 200 bilhões anuais, não há espaço para maniqueísmo. Só a junção do potencial de investimento público e privado poderá fazer frente às necessidades do país com infraestrutura. Mas desafios evidentes precisam ser equacionados.

Do lado do setor privado, há limitações e amarras, como já escritas. O primeiro ponto é que não há estudos e projetos de boa qualidade disponíveis em quantidade suficiente para que o setor privado aporte investimentos no volume anual necessário. A ausência de planejamento estatal adequado nas últimas décadas deixou a prateleira vazia. É uma situação paradoxal. O Brasil tem carência de infraestrutura, há liquidez internacional, há investidores no mundo procurando opções de investimento, sobram recursos no BNDES, mas faltam projetos bem estruturados.

Do setor público, a recuperação dos investimentos em infraestrutura será muito dificultada diante de um panorama fiscal restritivo. Há um ajuste incompleto nas contas públicas, refletido em déficit fiscal relevante e gastos correntes em elevação. Em adição, há imposições da nova lei que limita os gastos (PEC do Teto), cujos efeitos mais nítidos surgem já a partir de 2018. Esse enredo já resultou em corte brutal no nível de investimentos públicos nos últimos três anos. Por isso, é provável que a estrutura do processo de ajuste fiscal brasileiro tenha de ser revista no Congresso Nacional. Se isso não ocorrer, os legisladores terão de empreender mudanças constitucionais que permitam fazer as demandas sociais caberem dentro das receitas tributárias.

Além de ajustar despesas e receitas, a correção na política de ajuste fiscal é crítica porque é imprescindível recuperar a capacidade do Estado de investir, sobretudo em infraestrutura. Mesmo se o poder público for eficiente na diretriz de transferir o máximo possível de investimentos ao setor privado, há um

estoque de ativos em poder da gestão pública que são intransferíveis pela simples falta de retorno ao capital aplicado no longo prazo. É assim no Brasil como em qualquer país do mundo.

De acordo com levantamento realizado pela ABDIB, a participação pública e privada nos investimentos em infraestrutura no Brasil e no mundo, considerando países desenvolvidos e emergentes, revela que o setor público mantém média significativa ou muito elevada de participação. Em alguns setores, o Estado tem presença majoritária, como saneamento básico e transportes. Em comparação ao total investido em infraestrutura em cada país, os aportes públicos atingem 68% na Grécia e mais de 50% na Hungria, Malta e Eslovênia. Situam-se aproximadamente em 30% em nações como Eslováquia, Letônia, Reino Unido, Suíça, Áustria, Luxemburgo, Dinamarca, Estônia e Portugal. E representam 20% ou menos em Alemanha, Espanha, Bélgica e Irlanda. Na Ásia, há predominância do investimento e financiamento público ou equivalência com o privado nos principais países.

Em 15 países da América Latina e Caribe, incluindo Brasil, segundo o BID, números médios de investimento em infraestrutura entre 2008 e 2013 mostram que o setor público foi responsável por 90% dos aportes na área de recursos hídricos e saneamento básico e por 77% nos setores de transportes. Em energia e telecomunicações, os aportes do Estado corresponderam a 44% e 7% do total dos investimentos feitos.

No Brasil, país que já tem participação privada mais pujante que a média, o quadro se repete. O setor privado tem sido responsável nesta década por mais de 60% dos investimentos em infraestrutura, chegando a quase 70% em 2017. Mas o setor público continua com papel importante em modais de transporte, mobilidade urbana e saneamento básico. Depois de todos os programas de concessões de rodovias realizados desde os anos 90, o Brasil ainda concentra 98,6% da malha rodoviária na gestão pública – incluindo governo federal, estados e municípios. Da extensão total pavimentada, somente 10%

são administrados por concessionárias privadas. É viável conceder mais? Sim, claro – e o quanto antes. Mas é equivocado imaginar que é possível prescindir do investimento público.

Infelizmente, se mantidas as atuais condições, a infraestrutura não terá como cumprir papel relevante em 2018 para a retomada do crescimento econômico. Ações acertadas do poder público nos últimos anos, como o Programa de Parceria de Investimentos (PPI), regras regulatórias para retomar investimentos em contratos inviáveis e leilões de concessão em vários setores, não serão suficientes. Há uma lacuna de R\$ 200 bilhões de aportes em infraestrutura que precisa ser preenchida. Com as decisões políticas e as ações públicas adequadas, os recursos disponíveis no mundo poderão desembarcar no Brasil. A oportunidade não pode ser desperdiçada.

Venilton Tadini
é presidente-executivo da Abdib.



EDITORIAL

HOW NOT TO WASTE 2018

Brazil never misses the chance to miss an opportunity. This quote by Roberto Campos (1917 - 2001), Brazilian economist and diplomat, has been inexorable, with few exceptions. The country that grew the most in the twentieth century until mid-70s lost its way with the foreign debt crisis and the hyperinflation in the 80s. The 2018 election year becomes a new opportunity for the country to define a development strategy and rediscover the path to growth.

Over the last thirty years, on the one hand, there were several major advances in the economy: trade opening, privatizations, utility service concessions to the private sector, programs to recover the financial sector (Proer and Proes), tax responsibility law and external account balance, among others. On the other hand, little has been done to define a medium-and long-term sustained development strategy, from both the productive sector (industry and infrastructure) and the fiscal standpoints.

During this period, Brazil's growth rates were low, except during the global markets' commodities boom. The country took advantage of the high exchange rates and staggering interest rates to maintain stabilization. Said policy, in addition to the lack of infrastructure investments, eroded the industry's competitiveness.

This had serious consequences, since the transition from a middle-income emerging country to a high-income developed nation will not occur without the innovation and productivity provided by the industry. Despite the importance of horizontal policies for the success of a country, such as strong institutions and quality education system, the manufacturing industry is the engine that generates wealth and development.

Despite these benefits, there is an attitude leading to the demonization of important public policy instruments – such as public funding, tax incentives and local content – that have been or are used by several emerging and developed markets:

due to execution errors, Brazil prefers to abdicate said instruments which, if used in an intelligent and planned manner, supported by monitoring, have the potential to bring tangible positive results to Brazil, similarly to the United States, South Korea, Japan and China, among others.

In infrastructure, the trail also shows poor growth. A detailed evaluation shows that most investment projects survived and/or reproduce the state planning observed in the 70s. Unfortunately, the country did not have a defined development strategy that included articulated and priority investment programs that could guide the economy, increase production efficiency and improve competitiveness.

Planning needs to consider Brazil's development centers in connection with the global economy and identify environmentally feasible and economically rational projects designed to improve efficiency, while offering more attractive conditions to private investors.

At the same time, it is essential to increase the feeling of legal certainty in infrastructure. In the past few years, many factors and conflicts have unfortunately caused the decision-making process of investors and public managers to be fraught with uncertainty.

Legal certainty depends heavily on the clarity of the regulatory framework, the efficiency and independence of regulatory agencies, the speed of the judiciary, compliance with agreements, efficiency in solving unexpected problems or agreement rebalancing, and balanced oversight and control processes. Investing in infrastructure became an obstacle race that has increasingly tripped up those involved.

This agenda is deeply connected with the conclusion of a set of legislative matters that promise to consolidate and improve laws and regulations in the infrastructure area. Changes in environmental licensing and public

utility expropriation rules, regulatory agency governance, public acquisition process operation and dramatic regulatory changes in the electricity, natural gas, oil, telecommunication and basic sanitation areas are pending before the Executive Branch and the Brazilian Congress.

Relying on appropriate planning or reinforcing the legal certainty perception in the infrastructure business environment will be of no use unless Brazil is able to pragmatically combine public and private investments. The country needs all possible investing and funding sources. In this environment, it is necessary to adopt new guarantee structures, in addition to the corporate ones, that allow funding long-term investments.

This economic agenda can create favorable conditions for public and private, domestic and foreign infrastructure investments in Brazil. Infrastructure is a key piece of Brazil's development puzzle. The resumption of economic growth depends on the recovery of investment levels in the economy which, in turn, depends on contributions to expand infrastructure, which is essential to improve Brazil's competitiveness.

The need for infrastructure investments is overwhelming. Infrastructure needs continuous investments of approximately R\$300 billion per year (approximately 5.0% of the GDP), over the course of a decade, if it plans to provide conditions for the country's entry in the world economy and to improve the quality of life of the population. But, in 2017, public and private investments amounted to just over 1.5% of the GDP, which is clearly insufficient to restore depreciation (that requires investments of 3.0% of the GDP). In 2016, the index reached 1.7% of the GDP. The problem is that in 2018, which is considered to be the year of economic growth resumption after one of the worst recessions in Brazil, infrastructure investments should not change in comparison with the average recorded in 2016/2017. There is clearly a warning sign.



To fill this R\$200 billion/year gap, there is no room for Manichaeism. Only the combination of public and private investment potential can meet Brazil's infrastructure needs. But obvious challenges must be analyzed.

In the private sector there are limitations and constraints, as mentioned above. Brazil does not have sufficient high-quality studies and projects to encourage the private sector to invest the necessary annual volume. The lack of appropriate government planning in recent decades has caused the country to run out of options. It is a paradox: Brazil lacks infrastructure, there is international liquidity, investors worldwide seek investment options, the BNDES provides enough resources, but there are no well-structured projects.

In the public sector, the recovery of infrastructure investments will be jeopardized by a restricted tax outlook. The incomplete adjustment in public accounts is reflected in significant tax deficit and rising current expenses. Moreover, the new law requirements limit expenditures (Ceiling Constitutional Amendment Bill), whose clear effects are seen as of 2018. This scenario has already resulted in large cuts in public investments in the last three years, which will be repeated in the coming three years. Therefore, the structure of Brazil's tax adjustment process will most likely be revised by the Brazilian Congress. Otherwise, lawmakers will have to implement constitutional changes to enable tax revenue to satisfy social demands.

In addition to adjust expenses and revenue, the amendment to the fiscal adjustment policy is important since it is essential to recover the government's investment capacity, especially in infrastructure. Even if the government is efficient in terms of transferring the maximum amount of investments to the private sector, it holds assets that cannot be transferred due to the lack of return to capital invested in the long term, which is a common situation in Brazil and in any country in the world.

According to an ABDIB survey on the share of the public and private sectors in infrastructure investments in Brazil and in the world, including developed and emerging markets, the public sector accounts for a significant or very high share of infrastructure investments. In some sectors, such as basic sanitation and transportation, the government accounts for the largest share.

In comparison with the total invested in infrastructure in each country, the government accounted for 68% of the total in Greece; for more than 50% in Hungary, Malta and Slovenia; for approximately 30% in Slovakia, Latvia, the United Kingdom, Switzerland, Austria, Luxembourg, Denmark, Estonia and Portugal; and for 20% or less in Germany, Spain, Belgium and Ireland. In Asia, public investment and funding are higher than or equal to the amount invested by the private sector in the main countries.

According to the IDB, in 15 countries in Latin America and the Caribbean, including Brazil, average infrastructure investment figures between 2008 and 2013 show that the public sector accounted for 90% of investments in water resources and basic sanitation, and 77% of investments in transportation. In electricity and telecommunications, the government accounted for 44% and 7% of the total, respectively.

In Brazil, a country whose private share is stronger than average, the situation repeats itself. The private sector accounted for more than 60% of infrastructure investments this decade, reaching nearly 70% in 2017, while the public sector continues to play an important role in transportation, urban mobility and basic sanitation.

After all road concession programs implemented since the 90s, 98.6% of Brazil's roads are still managed by the federal, state and municipal governments. Of the total roads paved, only 10% are managed by private concessionaires. Is it feasible to grant more concessions? Yes, of course – as soon as possible. But it is

wrong to imagine that it is possible to do without public investments.

Unfortunately, if the current conditions are maintained, infrastructure will not be able to play a significant role to resume the economic growth in 2018. Successful government initiatives in recent years, such as the Investment Partnership Program (PPI), regulatory rules to resume investments in feasible agreements and concession auctions in several sectors will not be enough. There is a R\$200 billion infrastructure investment gap that needs to be bridged. With the appropriate political decisions and public initiatives, the resources available around the world may reach Brazil. The opportunity cannot be missed.

Venilton Tadini
is Abdib's Executive President.



SOBRE A ABDIB



Missão

Fundada em 1955, a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) é uma entidade privada, sem fins lucrativos, cuja missão é:

- Contribuir para o crescimento econômico e o desenvolvimento social do Brasil por meio da expansão dos investimentos em infraestrutura e indústrias de base.
- Fortalecer a competitividade das empresas de bens e serviços para infraestrutura e indústrias de base.
- Colaborar com agentes públicos e privados na busca de soluções consistentes para viabilizar investimentos.
- Ampliar a participação das empresas brasileiras no mercado global de infraestrutura.

Valores

- Atuar de forma ética no relacionamento com públicos internos e externos.
- Ser transparente, disseminar informações aos associados de forma equânime e informar a sociedade sobre ações e objetivos da associação.
- Atender às expectativas das empresas associadas com senso crítico, responsabilidade e em concordância com as normas e leis.
- Trabalhar com agilidade, simplicidade e objetividade, maximizando recursos técnicos e humanos com inovação e criatividade.

Associadas

A Abdib congrega uma ampla gama de empresas públicas e privadas que participam de todas as fases dos negócios (estruturação, investimento e operação) nos setores de infraestrutura e indústrias de base, tais como concessionárias de serviços públicos, fabricantes de equipamentos, prestadores de serviços como engenharia e escritórios de advocacia, grandes usuários de infraestrutura, fundos de *private equity*, seguradoras, bancos de investimentos e empresas de consultoria, entre outras.

Atualmente, a Abdib conta com mais de cem empresas associadas atuantes nas áreas de energia elétrica, petróleo e gás natural, transportes, saneamento ambiental, telecomunicações e indústrias de base.

A entidade conta com um Código de Conduta e de Governança Interna cuja adesão das empresas associadas é obrigatória. Dessa forma, a Abdib passou a atuar de forma mais incisiva na orientação sobre normas e condutas éticas nos setores de infraestrutura, enfatizando conceitos e comportamentos que ratifiquem a integridade nos negócios, a defesa da concorrência e a livre iniciativa.



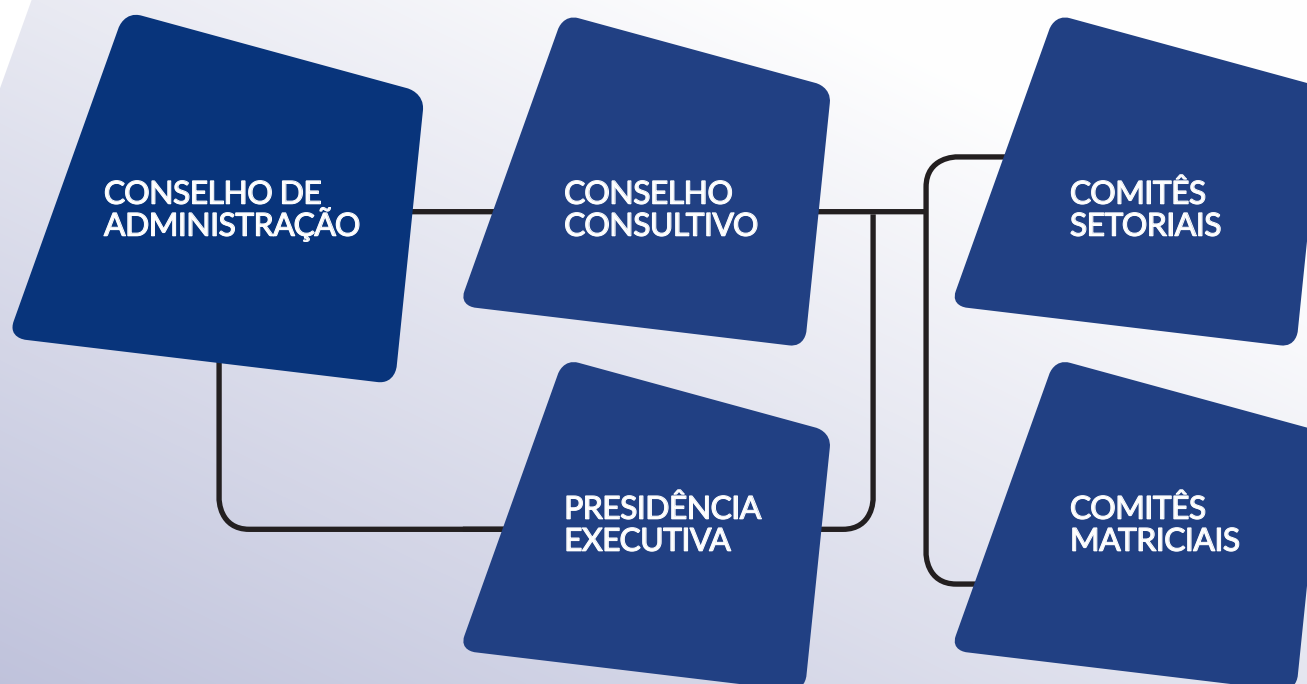
Estrutura de Governança: Conselhos e Presidência

O Conselho de Administração é composto por 20 integrantes, presidentes de algumas das maiores empresas do país, com a função de contratar e orientar o presidente-executivo e estabelecer as diretrizes para o planejamento estratégico e da gestão.

O presidente-executivo, com dedicação exclusiva, é responsável pela administração geral e pela execução do plano de atividades da Abdib definido pelo

Conselho de Administração com apoio do Conselho Consultivo e comitês.

O Conselho Consultivo é composto por 40 integrantes com a função de assessorar o Conselho de Administração em matérias de planejamento da Abdib e acompanhar o desenvolvimento das atividades de comitês e grupos de trabalho.



ABOUT ABDIB



Mission

Founded in 1955, the Brazilian Association of Infrastructure and Basic Industries (Abdib) is a private non-profit business association. Its major mission is:

- Contributing to Brazilian economic growth and social development by promoting improvements in infrastructure and basic industries.
- Strengthening competitiveness among companies that produce goods and services for infrastructure and basic industries.
- Collaborating decisively with public and private agents in the search for consistent solutions to enable investments.
- Increasing the share of Brazilian companies in the global infrastructure market.

Values

- Acting ethically in the relationship with internal and external community.
- Being transparent, disseminating information to members equitably and informing society about the association's actions and objectives.
- Meeting associated companies expectations with critical sense, responsibility and in accordance with rules and laws.
- Working in an agile, simple and objective way, focusing on maximizing technical and human resources through innovation and creativity.

Associated Companies

Abdib gathers a large range of public and private companies that take part in all business and investment phases for infrastructure and basic industry. It includes public service concessionaires, equipment manufacturers, service companies like engineering and law firms, major infrastructure users, private equity funds, insurance companies, financing and consultancy companies, among others.

More than a hundred companies are currently Abdib members, from areas such as electric power, oil and natural gas, transportation, water and sanitation, telecommunications, and basic industries.

Abdib has an Ethics and Compliance Policy whose membership of associated companies is mandatory. In this way, Abdib started to act more incisively in the orientation on ethical rules in infrastructure sectors, emphasizing concepts and behaviors that ratify integrity in business, competition and free initiative.



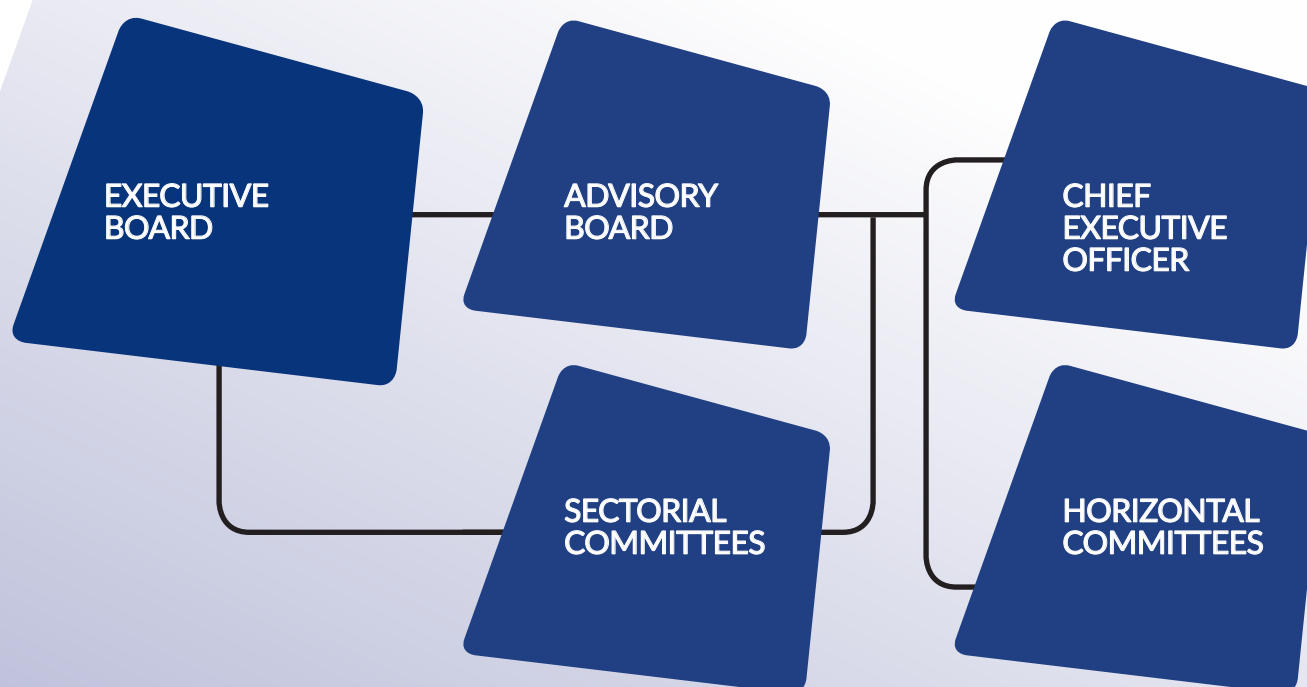
Management structure: Boards and President

The Executive Board is comprised of 20 members. They are president of some of Brazil's largest companies. Their role is hiring and guiding the CEO, as well as establishing the guidelines for the strategic and business plan.

The Chief Executive Officer (full dedication) is responsible for the management and execution of the ABDIB business plan defined by the Executive

Board with support of the Advisory Board and the committees.

The Advisory Board is composed of 40 members. Their role is to advise the Executive Board on planning issues and to support the activities of the committees and working groups.



2017 EM 5 MINUTOS

JANEIRO 01						
dom	seg	ter	quar	qui	sex	sáb
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

19 de janeiro

O PAPEL DO BNDES

Conselho de Administração da Abdib discutiu mudanças na política operacional do BNDES e diretrizes para financiar a infraestrutura.

FEVEREIRO 02						
dom	seg	ter	quar	qui	sex	sáb
		1	2	3	4	
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28				

03 de fevereiro

MARIA SILVIA BASTOS MARQUES

Em reunião no RJ com a presidente, diretores e superintendentes do BNDES, conselheiros da Abdib entregaram documento sobre política operacional do banco e diretrizes para financiar a infraestrutura.

MARÇO 03						
dom	seg	ter	quar	qui	sex	sáb
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

16 de fevereiro

PINHEIROS LIMPO

Em reunião no RJ com a presidente, diretores e superintendentes do BNDES, conselheiros da Abdib entregaram documento sobre política operacional do banco e diretrizes para financiar a infraestrutura.

ABRIL 04						
dom	seg	ter	quar	qui	sex	sáb
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

19 de abril

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Abdib realizou primeira reunião do Comitê de Iluminação Pública e debate governança, regulação, alternativas de financiamento e garantias para projetos de PPP.

MAIO 05						
dom	seg	ter	quar	qui	sex	sáb
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

03 de maio

RESÍDUOS SÓLIDOS

Comitê de Resíduos Sólidos da Abdib promoveu reunião para avaliar modelos de contratação e arrecadação específica para o custeio dos serviços.

23 de maio

FINANCIAMENTO E GARANTIAS

Seminário da Abdib debateu papel de bancos públicos e privados, mercado de capitais, fundos de investimento, recursos externos e bancos multilaterais para financiar investimentos.

JUNHO 06						
dom	seg	ter	quar	qui	sex	sáb
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

09 de março

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Comitê de Sustentabilidade da Abdib analisou projeto de lei para criar uma lei geral do licenciamento ambiental e reduzir discricionariedade, insegurança jurídica e judicialização.

16 de março

SANEAMENTO BÁSICO

No seminário As Soluções para o Saneamento Básico e os Recursos Hídricos, Abdib apontou papel de autoridades públicas e empresas na formatação de modelos de investimento e de regulação.

24 de março

PLANEJAMENTO

Conselhos da Abdib receberam Dyogo Oliveira, ministro do Planejamento, para debater ações para retomar o crescimento. A Abdib apresentou o Observatório da Infraestrutura, iniciativa para ser fonte de informação no planejamento e definição de projetos.

30 de março

MARIA SILVIA BASTOS MARQUES

Cerca de cem empresários receberam na Abdib a presidente e todos os diretores do BNDES para discutir a política operacional do banco e propostas para financiar a infraestrutura.

21 de junho

PROJECT FINANCE

Comitê de Financiamento e Garantias da Abdib recebeu executivos do Goldman Sachs Brasil para conhecer a experiência do banco no project finance non recourse.

22 de junho

RISCOS PARA PPPS

Reunião do Comitê de Iluminação Pública contou com presença de Victor Hugo Corrêa Costa, do programa Ilumina SP do governo paulista, para discutir riscos na modernização de redes de iluminação pública.

07 de julho
PRESIDENTE DA ANA

Abdib recebe o presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu, para debater aspectos do Projeto Legado, que sugere aperfeiçoamentos no gerenciamento de recursos hídricos no Brasil.



08 de agosto
TLP X PJLP

Em audiência pública, presidente-executivo da Abdib avaliou impactos da nova Taxa de Longo Prazo (TLP).

15 de agosto
NOVOS CONSELHEIROS

Em Assembleia Geral Ordinária, Abdib elegeu novos integrantes para o Conselho de Administração e para o Conselho Consultivo da entidade.



16 de agosto
8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

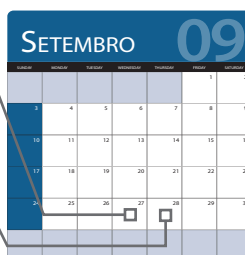
A Abdib fez o lançamento comercial do maior evento mundial sobre água para empresas e instituições interessadas.

17 de julho
REGULAÇÃO DO GÁS

Comitê de Petróleo e Gás Natural da Abdib avaliou as reformas regulatórias no mercado de gás com Márcio Félix Carvalho Bezerra, secretário do Ministério de Minas e Energia.

27 de setembro
LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Em nova reunião, Comitê de Sustentabilidade da Abdib identificou propostas para uma lei geral do licenciamento ambiental.



05 de outubro
O FUTURO DA ELETROBRAS

Conselhos de Administração e Consultivo da Abdib receberam o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira, para debater as perspectivas do processo de reestruturação da estatal federal.

28 de setembro
PAULO RABELLO DE CASTRO

Conselhos de Administração e Consultivo da Abdib receberam o presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, para discutir o project finance non recourse e o papel do banco no financiamento de longo prazo.

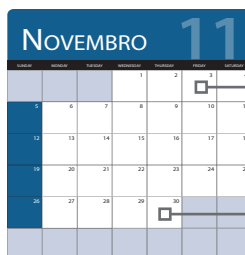


10 de outubro
REESTRUTURAÇÃO DA SABESP

A Abdib recebeu Jerson Kelman, presidente da Sabesp, e Karla Bertocco, subsecretária de Parcerias e Inovação de São Paulo, para avaliar impactos da reestruturação da estatal paulista.

5 de dezembro
ESTUDOS E PROJETOS

Abdib lançou iniciativa na qual coordenará a elaboração de estudos e projetos com foco em investimentos municipais. Também firmou termos de cooperação e parcerias com Frente Nacional de Prefeitos (FNP), BNDES, International Finance Corporation (IFC) e Desenvolve SP, que lançou linha de crédito para financiar estudos e projetos.



27 de outubro
CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO

Comitê de Financiamento e Garantias da Abdib discutiu condições de financiamento de longo prazo com superintendentes Marco Aurélio Cardoso (Crédito) e Luciene Machado (Saneamento e Transporte) do BNDES.

11 de dezembro
IMPULSO AO GÁS NATURAL

A Abdib promoveu seminário A Hora e a Vez do Gás Natural para discutir oportunidades de investimento. Mais de 70 pessoas participaram, incluindo investidores e autoridades públicas.

03 de novembro
CONSELHO MUNDIAL DA ÁGUA

Em Marselha, na França, Ralph Lima Terra, vice-presidente-executivo da Abdib, participou de diversas atividades promovidas pelo Conselho Mundial da Água, entre elas sobre organização e engajamento para o 8º Fórum Mundial da Água.

15 de dezembro
CRITÉRIOS PARA INDENIZAÇÃO

Empresários avaliaram critérios para cálculo de indenização em casos de concessões com término de contrato antecipado. Documento foi preparado com pontos para serem avaliados pelo poder público.



30 de novembro
POLÍTICA INDUSTRIAL

Abdib sediou e apoiou seminário do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior, em parceria com o Banco Mundial, para discutir políticas industriais eficientes.

PLANEJAMENTO

A REINVENÇÃO DO PLANEJAMENTO

A Abdib encontrou no Ministério do Planejamento um parceiro para uma iniciativa que pode significar uma nova forma de identificar os investimentos prioritários no Brasil

Nenhum ministro do governo federal esteve tão presente nas discussões da agenda da infraestrutura quanto o do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira. No total, ocorreram seis reuniões com o titular da pasta, em São Paulo ou Brasília, para avaliar temas capazes de promover ou acelerar investimentos.

A agenda entre Abdib e Ministério do Planejamento em 2017 foi inten-

sa. Em fevereiro, financiamento da infraestrutura. Em março, ações do governo federal para impulsionar investimentos. Em junho e julho, seguros para o risco de variação cambial. Em agosto, mudança nos custos dos empréstimos do BNDES. Em outubro, planejamento de médio e longo prazo.

O reforço do planejamento de médio e longo prazo na infraestrutura é objetivo de uma iniciativa da Abdib

em fase de concepção que recebeu apoio do ministro. Nessa última reunião, em 26 de outubro, um termo de cooperação técnica entre Abdib e o ministério foi firmado para organizar esforços para viabilizar o Observatório da Infraestrutura.

O Observatório da Infraestrutura foi projetado para ser uma plataforma online com dados e informações de referência para planejamento nas áreas de infraestrutura e para



Gilberto Peralta, presidente do Conselho de Administração da Abdib, e outros empresários, avaliam caminhos para reforçar planejamento na infraestrutura



Dyogo Oliveira (Planejamento) e Venilton Tadini (Abdib) seguram termo de cooperação assinado entre ministério e Abdib, acompanhados de Hailton Madureira (Planejamento) e Ralph Lima Terra (Abdib), à esquerda: esforços para desenvolver o Observatório da Infraestrutura

a identificação de projetos estruturantes, que tenham critério e racionalidade econômica. Assim, os investimentos priorizados passam a ter condições de propiciar aquilo que se espera deles: ganhos de produtividade, expansão da oferta de serviços, qualidade de vida da população, redução de disparidades regionais e inserção competitiva do país no mundo.

Dyogo Oliveira foi apresentado à iniciativa em 24 de março em encontro na Abdib, cujo objetivo foi avaliar a situação econômica do país e ações do governo federal para retomar o crescimento.

Por meio do Observatório da Infraestrutura, órgãos públicos e empresas privadas poderão ter acesso a informações sobre o mercado de infraestrutura no Brasil, indicadores e análises setoriais, projeções e projetos de investimento. Tudo para apoiar a seleção de projetos prioritários para investimentos públicos e privados, comparando alternativas e indicando os parâmetros que justificam as escolhas.

Será possível, por exemplo, ter o quadro geral da oferta de infraestrutura instalada no país, nas regiões, em cada estado e município, e uma ficha com informações cadastrais,

operacionais e financeiras essenciais de cada projeto.

Além disso, com racionalidade técnica e econômica, um projeto tende a fluir mais naturalmente nos agentes que vão garantir a viabilidade financeira e ambiental do investimento, atraindo financiadores e seguradores.



ESTUDOS E PROJETOS

PRATELEIRA CHEIA

Abdib lança iniciativas para coordenar a elaboração de estudos e projetos com foco em infraestrutura urbana e aproveitar o potencial de investimento privado nos municípios

Um dos principais entraves para acelerar a inserção dos investidores privados na infraestrutura é a pouca quantidade de projetos bem estruturados. “Vivemos um contrassenso. Há enorme liquidez internacional no mundo à procura de oportunidades para investir. Há uma carência gigantesca de infraestrutura no Brasil. Mas faltam projetos bem estruturados”, tem repetido em reuniões internas e em seminários o presidente-executivo da Abdib, Venilton Tadini.

O problema não é exclusividade brasileira. Está presente também em diversos países, sobretudo da América Latina, África e Ásia, onde a capacida-

de institucional tem sido insuficiente para preparar estudos e projetos de boa qualidade.

A Abdib, que historicamente apoiou e contribuiu para elaborar a legislação que rege os procedimentos de manifestação de interesse (PMI) e os processos de chamamento público (MIP), lançou em 2017 iniciativas para aumentar a quantidade e a qualidade de projetos.

Em uma delas, convidou agentes públicos e privados para modelar uma

solução para despoluir o Rio Pinheiros e a represa Billings. Outra é um programa para apoiar e suprir a insuficiência de projetos bem estruturados nos municípios.

O programa articula competências da Desenvolve SP, da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), do BNDES e da International Finance Corporation (IFC) para fomentar a elaboração de estudos e projetos com foco

Autoridades participaram de lançamento de iniciativa na qual Abdib coordenará elaboração de estudos e projetos para concessão e PPPs





em infraestrutura urbana e em parceria com municípios nas áreas de resíduos sólidos, iluminação pública, saneamento básico e mobilidade urbana. A Abdib será coordenadora da realização dos estudos para estruturar adequadamente projetos considerados prioritários para os municípios.

Dentro dessa iniciativa, um termo de referência foi assinado com a Desenvolve SP. A agência de fomento do governo paulista lançou em dezembro de 2017, na Abdib, uma linha de crédito para financiar empresas que tenham interesse em realizar estudos

e projetos que possam resultar em concessões e parcerias público-privadas (PPP).

Outro termo de cooperação técnica foi assinado com a FNP, instituição com missão de promover o desenvolvimento e a oferta de melhores serviços nos municípios. O propósito é engajar e apoiar o processo de identificação de demandas de investimento e a preparação dos municípios para impulsionar a modelagem de estudos e projetos pelo setor privado.

A participação do BNDES – instituição com a qual a Abdib assinará termo de cooperação – se dará na forma de apoio na estruturação e na avaliação de projetos, sugerindo aperfeiçoamentos necessários que facilitem o empréstimo de longo prazo no futuro. Com a IFC, braço do Banco Mundial, o acordo busca as melhores práticas na modelagem e estruturação de projetos no setor de saneamento.



FINANCIAMENTO

O BNDES SE PREPARA PARA MUDAR

Mesmo emprestando menos e com custos mais altos, o BNDES ainda tem muito a fazer pela infraestrutura. E a Abdib trabalha para ajudar

No dia 19 de janeiro, integrantes do Conselho de Administração da Abdib inauguraram o calendário de reuniões da entidade em 2017. A missão foi listar temas a serem tratados em um encontro agendado para 3 de fevereiro entre empresários de infraestrutura e toda a diretoria do BNDES, presidido então por Maria Silvia Bastos Marques.

As reuniões ocorreram em um momento de mudanças. Uma nova política operacional do banco reduziu o volume de crédito emprestado

com custo de TJLP, a Taxa de Juros de Longo Prazo. Alguns setores até deixaram de ser elegíveis para receber recursos a TJLP. A própria taxa acabou extinta, por meio da Lei 13.483/2017, sancionada em setembro.

A Abdib defendeu que o funding do BNDES oriundo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) deveria ser preservado para ser emprestado com custo TJLP. Recursos oriundos do Tesouro Nacional,

incluindo subsídios, deveriam ser transparentes e aprovados em lei orçamentária. O texto aprovado não considerou tal proposta.

Por fim, o BNDES, por demanda do controlador, devolveu antecipadamente R\$ 100 bilhões ao Tesouro Nacional em dezembro de 2016 – de um total de mais de R\$ 500 bilhões recebidos entre 2008 e 2014. Nova devolução, de R\$ 50 bilhões, foi efetivada no fim de 2017, e outra devolução é discutida para 2018.



Superintendentes do BNDES - Luciene Machado (Saneamento e Transporte) e Marco Aurélio Cardoso (Crédito) - explicam a empresários na Abdib ações em curso no banco para aperfeiçoar política de financiamento para infraestrutura



Paulo Rabello de Castro: mesmo com mudanças na política operacional do banco, BNDES terá papel preponderante no setor

Tanto a ex-presidente Maria Sílvia Bastos Marques quanto o atual presidente Paulo Rabello de Castro, nos encontros realizados na Abdib ao longo de 2017, enfatizaram programas de desestatização do BNDES que foram iniciados.

A Abdib manifestou apoio às iniciativas do banco na coordenação e contratação de estudos para identificar modelos de participação privada nos setores de saneamento básico, gás natural, iluminação pública e distribuição de energia elétrica, mostrando que o BNDES tem papel ainda mais relevante a cumprir no desenvolvimento econômico brasileiro.

A partir do estreito relacionamento entre as instituições, o presidente do BNDES também anunciou que o banco de fomento ingressará como associado da Abdib para participar de maneira mais intensa das discussões para aperfeiçoar políticas de financiamento da infraestrutura.

A partir da interlocução iniciada em janeiro, a Abdib produziu e entregou à presidência e diretoria do banco o documento "O BNDES e o Financiamento do Desenvolvimento Brasileiro", com diretrizes sobre o pensamento da Abdib sobre diversos assuntos. A entidade defendeu que "conceitos e mudanças trazidos pela nova política

operacional" do BNDES fossem "realizados considerando uma transição necessária, metódica e progressiva, com a finalidade de garantir um ambiente de previsibilidade" para haver segurança jurídica e investimentos.

Mas o BNDES é uma instituição com papel maior que provedor de crédito.



Maria Sílvia Bastos Marques explica mudanças nas políticas operacionais do BNDES e lista iniciativas para contar com maior presença do mercado de capitais



FINANCIAMENTO

UM NOVO MODELO DE FINANCIAMENTO

O modelo de financiamento com garantias corporativas se esgotou. A ascensão de novos perfis de investidores na infraestrutura tornou o project finance non recourse uma urgência

Desde 2015, está em curso no Brasil uma transição de um modelo de financiamento de longo prazo suportado majoritariamente pelo BNDES e demais bancos públicos para outro, mais diversificado e com participação ampliada do setor financeiro privado e do mercado de capitais. Nesse contexto, avançou a percepção entre autoridades públicas, instituições financeiras, seguradoras e investidores da urgência em passar a financiar os investimentos pelo project finance non recourse, baseado em outras garantias além das corporativas.

A crença deriva do fato de o modelo baseado na oferta de garantias corporativas mostrou-se exaurido. O Brasil precisa de R\$ 300 bilhões de investimentos em infraestrutura por ano e não há espaço nos balanços das empresas investidoras para tamanho las-

tro. Além disso, fundações e fundos de private equity têm limitações para ofertar tais garantias.

Diante das restrições na oferta de garantias corporativas e da insegurança entre instituições financeiras em abrir mão delas, a Abdib decidiu articular uma solução estruturante entre os agentes públicos e privados para permitir o financiamento de empreendimentos de infraestrutura com o project finance non recourse.

O palco para as discussões foi o Comitê de Financiamento e Garantias da Abdib e os pilares dessa solução ganhou forma ao longo de diversas reuniões. Com o BNDES, por exemplo, depois de encontros em janeiro e fevereiro com a cúpula do BNDES, mais três reuniões foram realizadas – 30 de março, 25 de abril e 28 de setembro para discutir ampliação do mercado de capitais, emissão de debêntures, hedge cambial e compartilhamento de garantias. Executivos do



Marcelo Franco (ABGF), à direita, foi interlocutor constante da Abdib para discussões em torno de propostas para hedge cambial e seguros para riscos não gerenciáveis





Goldman Sachs trouxeram exemplos para a estruturação e funding para infraestrutura.

Com liderança de seguradoras, resseguradoras e corretoras de seguros, uma iniciativa foi idealizada e tem sido testada com financiadores e seguradores. A solução inclui o monitoramento intensivo na fase de construção dos projetos e apólices com garantia para investidores, poder concedente e financiadores. O pacote ainda exige mais qualidade dos estudos bem como uma distribuição de riscos mais eficiente.

Além de empresas do mercado segurador, o esforço envolveu diversos agentes: bancos públicos e privados, escritórios de advocacia, BNDES, Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantia (ABGF), Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e os ministérios da Fazenda e do Planejamento.

O clamor pela adoção do project finance non recourse recebeu resposta do BNDES. No dia 28 de setembro, Paulo Rabello de Castro, presidente do BNDES, explicou aos conselheiros da Abdib que o banco concorda em financiar por meio do project finance non recourse e que há profissionais envolvidos para cumprir esta diretriz.

Logo após a visita de Rabello de Castro, a Abdib promoveu novos encontros entre empresários e executivos do BNDES, que será associado da Abdib a partir de 2018. Com a diretora Eliane Lustosa (Mercado de Capitais) dias 1 e 30 de novembro e com os superintendentes Marco Aurélio Cardoso (Crédito) e Luciene Machado (Saneamento

e Transporte) no dia 27 de outubro, a pauta incluiu o papel do BNDES na oferta de garantias para debêntures de projetos de infraestrutura, etapas para a adoção do project finance non recourse e apoio do banco federal de fomento ao financiamento privado via debêntures.



No Comitê de Financiamento e Garantias da Abdib, José Carlos Tavares (Wiz) é um dos articuladores de proposta para possibilitar o project finance non recourse no financiamento da infraestrutura, assunto tratado com Paulo Rabello de Castro, presidente do BNDES (acima), em debate na Abdib



AGENDA LEGISLATIVA

A AGENDA ESQUECIDA DA INFRAESTRUTURA

A tramitação de matérias importantes para melhorar a regulação e reforçar a segurança jurídica para investimentos teve evolução errática no Executivo e no Legislativo

Diante de um cenário ainda marcado por instabilidade política, o ano de 2017 não foi um dos mais profícuos para fazer avançar diversas matérias legislativas importantes para o desenvolvimento dos investimentos em infraestrutura. Também não foi um ano perdido.

Em 2017, foram editadas as medidas provisórias 752/16 (Lei 13.448/2017), 779/17 (Lei 13.499/2017) e 800/17,

importantes para oferecer alternativas para contratos de concessão de transportes com desequilíbrios causados por entraves variados, como recessão econômica, queda significativa da demanda, falta de financiamento de longo prazo e atrasos no licenciamento ambiental.

Houve avanço também na formatação de uma lei geral para o licenciamento ambiental. A Abdib promo-

veu diversas reuniões do Comitê de Sustentabilidade para avaliar as diversas versões do projeto substitutivo ao PL 3.729/2004, participou de audiências com o deputado relator e conversou com outras instituições públicas e privadas com interesse no assunto. A matéria, que aguarda votação do Plenário da Câmara dos Deputados, servirá para evitar discricionariedade e diminuir judicía-



Discussão sobre medidas provisórias para criar soluções para contratos de concessão com entraves - como a MP 752/2016 - exigiu esforço dos empresários ao longo de 2017



Venilton Tadini (Abdib) defendeu em audiência pública alguns aperfeiçoamentos na medida provisória que substituiu a TJLP pela TLP

lização em torno do licenciamento ambiental, atualmente regido por legislação espalhada e baseada em normas infralegais.

A Abdib também participou da discussão em torno dos impactos da MP 777/2017 (Lei 13.483/2017), que institui a Taxa de Longo Prazo (TLP) a partir de 1º de janeiro de 2018, substituindo a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Em audiência pública no Congresso Nacional, a

Abdib manifestou posição contrária à extinção da TJLP para recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), favorável ao uso da TLP para recursos captados pelo Tesouro Nacional e concessão de subsídios somente com aprovação do Congresso Nacional.

À espera do voto de deputados federais e senadores, a agenda da infraestrutura para 2018 é extensa. Já estão no Congresso Nacional, em estágios variados de tramitação, mudanças nas regras de licenciamento ambiental, agências reguladoras, licitações públicas, gás natural e telecomunicações. Em 2018, o Parlamento deve receber novos projetos de lei sobre desapropriações por utilidade pública, energia elétrica, petróleo e saneamento básico. Essas matérias permanecem no radar da Abdib.

Comitê de Sustentabilidade da Abdib avaliou diversas versões de projeto de lei para instituir uma lei geral para o licenciamento ambiental no Brasil



RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DE OLHOS PARA O MUNDO

Além de investimentos bilaterais, Abdib busca na interação com missões comerciais estrangeiras as melhores práticas para problemas comuns no mundo todo

Custos de financiamento, escassez de bons projetos, dificuldades para apresentação de garantias, celeridade na obtenção de licenças e autorizações. Alguns dos problemas presentes no Brasil para investir em infraestrutura já foram resolvidos ou são comuns em outros países. Por isso, a Abdib estabeleceu como diretriz ampliar a interação com outros países para buscar as melhores práticas na solução de entraves comuns.

Estados Unidos, Canadá, Coreia do Sul, Reino Unido e Turquia fizeram parte da agenda de relações internacionais, que contou ainda com interações no âmbito do BRICS Business Council, iniciativa com perfil empresarial e funcionamento paralelo às ações governamentais da Cúpula dos BRICS.

Em dezembro de 2016, a Abdib interagiu com autoridades do governo dos Estados Unidos respon-

sáveis por estruturação e financiamento de projetos de infraestrutura. Com apoio da Embaixada dos Estados Unidos, a Abdib promoveu, em São Paulo, debate para conhecer condições de financiamento e assistência técnica das agências do governo dos EUA.

Já em março de 2017, a Abdib participou I Fórum Canadá-Brasil de Infraestrutura, realizado pelo Consulado Geral do Canadá, em São Paulo, no qual o presidente-executivo da Abdib apresentou aspectos do setor de



O ministro adjunto britânico do Comércio Internacional, Mark Garnier (abaixo), liderou reunião de missão empresarial ao Brasil e, ao lado de Venilton Tadini, ofereceu financiamento e boas experiências para empresas brasileiras





infraestrutura brasileiro e comparou o desenvolvimento de projetos de PPPs no Brasil e no Canadá.

Como parte da interação, a Abdib organizou um encontro, na sede da entidade, de empresários brasileiros do setor de infraestrutura com autoridades e empresários canadenses, liderada por Mark Romoff, presidente do Canadian Council for PPP, em parceria com o Consulado Geral do Canadá. O objetivo foi avaliar experiências dos dois países na superação de entraves para projetos de infraestrutura.

Em maio, o diretor de Planejamento e Economia da Abdib, Igor Rocha, integrou debates promovidos pelo Fórum de Cooperação Industrial Brasil-Coreia, no qual explicou os cenários e as perspectivas dos setores de infraestrutura no Brasil.

Meses depois, em agosto, a Abdib recebeu comitiva de empresários do setor de infraestrutura e autoridades do governo britânico. Empresários discutiram estruturação financeira de grandes projetos de infraestrutura, como na área de trens para passageiros e aeroportos, e a estrutura de planejamento e financiamento nos países do Reino Unido para viabilizar projetos.

Canto superior esquerdo, sentido horário: Ingo Ploger e André Clark (Siemens) em reunião com empresários e autoridades do Reino Unido. Abdib participou de missão canadense sobre investimentos. Mark Romoff, presidente do PPP Council do Canadá, e Gilberto Peralta (GE) sobre investimentos bilaterais. Igor Rocha (Abdib) durante seminário em missão coreana

No fim do ano, em novembro, a Abdib recebeu uma missão comercial turca para avaliar alternativas para expansão bilateral de negócios e investimentos, com participação de empresários, representantes consulares e do Foreign Economic Relations Board of Turkey (DEIK).



RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

AGENDA ESSENCIAL

De reformas estruturantes a processo de reestruturação de grandes companhias investidoras, encontros pontuam questões importantes para aumento de produtividade e competitividade

O calendário de encontros da Abdib trouxe uma série de reuniões com agentes públicos e privados que cumprem o importante objetivo de esclarecer mudanças regulatórias e legais, conectar investidores com fornecedores e parceiros e impulsionar negócios e investimentos.

Em maio, a Abdib convidou empresários para dialogar com Flávio Chiesa, diretor técnico da UEC Araucária sobre planejamento, regulação e viabilidade financeira para a inserção do gás natural na matriz elétrica. Foi um debate precursor para a atuação da Abdib em discussões sobre aperfeiçoamento nos marcos regulatórios dos setores de energia elétrica e de gás natural nos meses seguintes.

Em agosto, os encontros serviram para abordar reformas estruturantes. Com o deputado federal Luiz Carlos Haully, relator da comissão

especial criada no Congresso Nacional para estudar e formular uma proposta de reforma tributária, os empresários conheceram uma das propostas para simplificar o sistema tributário. A Abdib manifestou apoio às diretrizes da iniciativa parlamentar de simplificação do sistema tributário.

Dias depois, um encontro contou com especialistas do escritório Mattos Filho e serviu para esclarecer os impactos da recém-aprovada reforma trabalhista. A modernização da legislação trabalhista contou com apoio da Abdib e de outras entidades empresariais.

Em seguida, os encontros focaram no processo de reestruturação de companhias estatais. Em outubro, conselheiros da Abdib recebem o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira, para conhecer os resultados parciais e os desafios da reestruturação da estatal federal

de energia elétrica e de sua privatização.

Em outubro, foi a vez do presidente da Sabesp, Jerson Kelman, também conselheiros da Abdib, tal qual Wilson Ferreira. Ele e Karla Bertocco, subsecretária de Parcerias e Inovação na Secretaria de Governo do Estado de São Paulo, explicaram a evolução do processo de reestruturação da companhia paulista de saneamento básico decorrente das inovações da Lei Estadual 16.525/2017.



Abdib recebeu o deputado federal Luiz Carlos Haully para avaliar a evolução da reforma tributária no Congresso Nacional



Wilson Ferreira (Eletrobras) conversou com conselheiros da Abdib sobre o processo de reestruturação da estatal federal do setor elétrico



Ralph Lima Terra (Abdib) e Britaldo Soares (AES), ao lado, e Venilton Tadini (Abdib), abaixo, participaram de reunião com Karla Bertocco (Governo de SP) e Jerson Kelman (Sabesp), com empresários dos setores de saneamento básico e resíduos sólidos



ENERGIA ELÉTRICA

REGULAÇÃO BASEADA NO MÉRITO

Agentes de transmissão de energia ainda não conseguiram convencer a Aneel a aplicar uma fiscalização proporcional a índices de desempenho. Mas não desistiram

Uma discussão vem sendo travada entre executivos de concessionárias de transmissão de energia, liderados por entidades como a Abdib, e diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) desde 2012 com resultados desanimadores para o setor empresarial. O assunto é técnico: regras para a qualidade dos serviços, a operação dos sistemas, a disponibilidade dos equipamentos e a aplicação de penalidades.

Em 2014, a Aneel decidiu alterar as regras vigentes desde 2006. Desde então, já foram realizadas duas audiências públicas e sancionadas duas novas resoluções com mais de 50 artigos no total. Houve inúmeras reuniões para tentar convencer o regulador do impacto negativo que as mudanças trazem à gestão das concessões de transmissão de energia. Em vão.

No dia 19 de setembro de 2017, entrou em vigor a Resolução 782/2017, com objetivo de aperfeiçoar a Resolução 729/2016, que já tinha tido o objetivo

de melhorar as regras da Resolução 270/2006. Houve avanços, mas outros pontos da resolução podem ainda ser aperfeiçoados, na ótica das empresas. No fim de 2017, após uma maratona de reuniões, os empresários solicitaram para a agência reguladora a abertura de uma nova audiência pública, já no início de 2018, para rediscutir publicamente o tema de novo. É mais um esforço para evitar prejuízos iminentes.

Nas novas normas, a Aneel descreveu os procedimentos que devem ser seguidos quando é necessário fazer manutenção (momentos em que as linhas de transmissão ficam indisponíveis), a fórmula para calcular o quanto será descontado na receita anual das concessionárias por esta indisponibilidade (já que a empresa tem uma receita anual para manter o sistema disponível) e em quais situações haverá penalidades.

As empresas, reunidas no Comitê de Transmissão de Energia da Abdib, criaram uma verdadeira força-tarefa para entender o impacto das novas

regras propostas em audiências públicas, coletar dados, realizar simulações de custos adicionais, avaliar argumentos para demonstrar medidas exageradas e produzir explicações claras para o regulador, trabalho este que foi frustrado com a publicação da Resolução 782/2017.

Além de tentar evitar exageros da regulação, a produção de conhecimento em torno das regras de fiscalização dos ativos levaram os empresários e a Abdib a sugerir um novo modelo – de regulação por mérito – para permitir que o regulador possa ser rigoroso na fiscalização com mais foco nos ativos que apresentam mais problemas. Isso evitaria procedimentos, ônus e custos desnecessários a concessionárias que prestam, historicamente, um bom serviço.

Em uma análise da operação de sistemas de transmissão de algumas concessionárias, a Abdib detectou que 75% dos equipamentos e linhas de transmissão registraram índices de disponibilidade acima de 99,9% do tempo entre 2008 e 2014. No en-



Ellen Cristina Miranda (Taesa) e Gabriela Vilaça (State Grid) em reuniões sobre transmissão de energia na Abdib



Empresários produziram avaliações, simulações e propostas para resoluções sobre o setor de transmissão de energia



tanto, as penalidades – no jargão técnico, a expressão utilizada é “parcela variável” – subiu de 0,5% para 2,0% da receita anual permitida.

Dessa forma, concessionárias cujos ativos demonstram elevados níveis de disponibilidade – ou quaisquer indicador que ateste a qualidade do serviço – estariam desobrigadas de

cumprir anualmente os burocráticos procedimentos instituídos pela agência reguladora. Essa obrigação voltaria a existir em caso de piora nos indicadores.

À esquerda: Edson Carneiro (em memória) e José Maria Garcia (Abdib) coordenam reuniões sobre energia elétrica na Abdib.

À direita: Frederico Perez (Cemig) em debates setoriais na Abdib



ILUMINAÇÃO PÚBLICA

PACOTE COMPLETO

Esforço da Abdib para aumentar investimentos em iluminação pública envolve a elaboração de matriz de riscos, estudos e projetos, desenvolvimento de casos de sucesso e manuais

Desde sua instalação, em 2017, o Comitê de Iluminação Pública da Abdib reuniu empresários e especialistas interessados em desenvolver projetos de parcerias público-privadas (PPPs) no setor para elaborar um amplo painel listando riscos, seus mitigadores e sua melhor alocação entre entes públicos e privados.

O resultado foi uma matriz com 72 diferentes riscos em seis categorias que será referência para investidores, financiadores, poder público municipal e gestores de contratos na condução das etapas para desenvolver PPPs de sucesso para modernizar as redes de iluminação pública dos municípios.

Em outra frente, a Abdib tem focado em regulação e ações para fomentar investimentos em iluminação pública e estabeleceu critérios de seleção para apoiar municípios, como boa gover-

nança, legislação e comprometimento da administração local para desenvolver casos de sucesso de PPPs na área de iluminação pública.

Para dar mais segurança e evitar iniciativas prematuras, a Abdib se propôs a coordenar a elaboração de estudos e projetos para modernizar sistemas de iluminação pública por meio de PPPs desde que haja anuência previa das prefeituras e aprovação de um termo de referência para ditar as premissas essenciais dos estudos.

A elaboração da matriz de riscos, a elaboração de estudos e projetos, o desenvolvimento de casos de sucesso e a redação de manuais para orientar gestões públicas municipais sobre os pontos críticos de uma PPP – esta é a quarta frente de trabalho – fazem

parte do esforço da Abdib aumentar a disponibilidade e a qualidade de estudos e projetos e reverter a baixa taxa de conversão de PMIs (procedimentos de manifestação de interesse). Assim, espera-se que mais iniciativas se transformem em contratos assinados e investimentos de fato.

As diretrizes e as etapas necessárias para o desenvolvimento de projetos de investimento no setor de iluminação pública foram apresentadas em diversos fóruns, inclusive no Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, organizado pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP), para discutir políticas públicas para as administrações públicas locais.

Empresários querem apoiar e incentivar projetos de PPPs em iluminação pública com segurança jurídica





Miguel Noronha (BMPI), coordenador do Comitê de Iluminação Pública da Abdib, em congresso para prefeitos



André Dabus (Marsh Brasil), ao lado, em discussão sobre riscos em investimentos em sistemas de iluminação pública



PETRÓLEO E GÁS NATURAL

HORA DE RECUPERAR O ATRASO

Desde a abertura do setor petrolífero em 1997, o Brasil ainda não conseguiu desenvolver um mercado pujante de gás natural. Mas novas mudanças trazem mais oportunidades

A Petrobras, em processo de reestruturação, já vendeu e ainda planeja vender ativos ou participações importantes no setor de petróleo e gás. Essa diretriz inaugura um período de transição para uma real abertura do mercado, mas cria a urgência de aperfeiçoamento na regulação. O governo federal propôs mudanças regulatórias ao Congresso Nacional que foram avaliadas pelo Comitê de Petróleo e Gás Natural da Abdib e receberam apoio da entidade.

Para ampliar a discussão, a Abdib promoveu o seminário A Hora e a Vez do Gás Natural, dia 11 de dezembro. O evento, com 70 pessoas, foi inaugurado por João Carlos de Souza Meirelles, secretário de Energia e Mineração de São Paulo, que explicou a configuração e as perspectivas para a matriz energética paulista. Ele apresentou planos para aumentar a demanda, o escoamento, o transporte e a distribuição do gás natural. Detalhes sobre o programa Gás para Crescer foram ainda

abordados por representantes da ANP, UFRJ, EPE, Ministério de Minas e Energia, TozziniFreire Advogados, Brookfield Infrastructure e NTS.

O seminário contribuiu ainda para a Abdib e investidores alertarem sobre cuidados que precisam ser tomados na criação da nova regulação para o gás natural no Brasil. O segmento de transporte é um capítulo chave das discussões em torno do substitutivo do PL 6.407/2013, cuja votação foi transferida para 2018.

Na avaliação da Abdib e dos investidores, a existência de um agente regulador forte, com boa capacitação técnica e baseado nas melhores práticas regulatórias é ponto relevante.



À esquerda, sentido horário: Cerca de 70 pessoas ouviram explicações de Giovanni Machado (EPE), Leonardo Miranda (TozziniFreire Advogados) e Fernando Ziziotti (Brookfield Infrastructure).



É fundamental que o regulador possa garantir transparência, publicidade e isonomia a qualquer empresa interessada em acessar a infraestrutura. Assim, novos fornecedores de gás terão estímulos e alternativas para ofertar novos volumes ao mercado brasileiro.

em contratos já existentes. Se a modernização do marco regulatório e a transição para o novo modelo forem eficientes, o objetivo será atingido: atrair investimentos novos, a entrada de mais agentes ofertantes, estimulando

o crescimento da demanda, com níveis de preços competitivos, segurança e previsibilidade no suprimento, em um ambiente jurídico e regulatório seguro e que respeite os contratos existentes.

Como em toda modernização regulatória significativa, é fundamental prever mecanismos e prazos em um período de transição que garanta segurança jurídica a investimentos e operações constantes



À direita, sentido horário: em seminário na Abdib, palestraram Aldo Barroso (Ministério de Minas e Energia), Felipe Cury (ANP), Bruno Piloto (NTS) e João Carlos Meirelles (governo paulista).



TRANSPORTES

FREIO DE ARRUMAÇÃO

Houve leilões bem-sucedidos em rodovias e aeroportos. Mas o principal legado será destravar investimentos listados em contratos de concessão federais já assinados

Em março de 2017, o governo federal promoveu um leilão cujo resultado foi considerado um marco para destacar mudanças bem-vindas trazidas pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) em relação ao passado recente na concessão de projetos de infraestrutura. Quatro aeroportos federais foram concedidos para operadores estrangeiros com experiência mundial a partir de um processo baseado em estudos de melhor qualidade e regras mais atrativas ao investimento e à competição.

O PPI também conseguiu desobstruir processos de arrendamento de terminais portuários e trabalha na formatação de estudos e editais para a concessão de lotes de rodovias federais.

Na esfera estadual, o governo de São Paulo realizou dois leilões envolvendo a concessão de 1.321 km de estradas que vão resultar em investimentos de quase R\$ 9 bilhões ao longo de 30 anos e pagamento de mais de R\$ 2,7 bilhões em outorgas. Além disso, governos de cinco estados trabalham nas etapas preparatórias para tentar conceder ao setor privado mais de 5 mil km de rodovias em 2018.

São fatos importantes. No entanto, além das novas concessões, 2017 pode deixar um legado positivo ao país se os investimentos em contratos já assinados forem definitivamente destravados. O caminho para a solução foi construído com a edição das medidas provisórias 752/16 (Lei

13.448/2017), 779/17 (Lei 13.499/2017) e 800/17 e há etapas a serem cumpridas, como aprovação restante pelo Congresso Nacional, decretos ministeriais e resoluções de agências reguladoras.

A Abdib, por meio dos comitês de Rodovias, Ferrovias, Aeroportos, Portos e Mobilidade Urbana, acompanha a pauta estruturante e conjuntural do setor de transportes com missão tanto de criar um ambiente saudável ao investimento de longo prazo quanto de oferecer contribuições ao poder público para diversas questões.

Em 2017, no último trimestre, empresários dos setores de aeroportos e rodovias começaram a avaliar critérios que

Empresários avaliam assuntos estruturantes e conjunturais que impactam segurança jurídica e investimentos nas áreas de transportes





Marcelo Allain, da BR Infra Group, coordena o Comitê de Aeroportos da Abdib

precisam ser considerados em norma federal para calcular a indenização em casos de concessões com término de contrato antecipado – uma das alternativas trazidas pela Lei 13.448/2017. Um documento foi produzido para ser oferecido ao governo federal.

No Comitê de Aeroportos, os empresários puderam dialogar com autoridades públicas – como o secretário de Fomento e Parcerias do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Dino Antunes Dias Batista, em dezembro, sobre planos do ministério para ampliar investimentos e melhorar a regulação, além de questões importantes como os benefícios e os desafios para reintroduzir o plano de negócios no modelo de concessões e ações para uma relação harmoniosa entre Poder Executivo e órgãos de controle.



Integrantes dos comitês das áreas de transportes têm discutido na Abdib critérios a serem considerados em norma para calcular a indenização em concessões com término de contrato antecipado



RECURSOS HÍDRICOS

FALTA APROVEITAR O POTENCIAL DAS LEIS

Abdib aproveita o aniversário das leis sobre saneamento e recursos hídricos para provocar debate sobre o legado da regulação. Executivos apontam dificuldades e oportunidades

Em 16 de março de 2017, a Abdib realizou o seminário As Soluções para o Saneamento Básico e os Recursos Hídricos no Brasil, em São Paulo, que contou com a presença de mais de 200 pessoas, além de autoridades federais e estaduais dos poderes Executivo e Legislativo.

A Abdib aproveitou o evento para produzir e divulgar documentos que avaliam o legado da Lei 9.433/1997 (políti-

ca nacional de recursos hídricos) e da Lei 11.445/2007 (diretrizes nacionais para o saneamento básico). Elas completaram, respectivamente, 20 e 10 anos em janeiro de 2017. As leis trouxeram inovações e regras importantes, mas que não foram ainda implantadas completamente pelos diversos níveis e órgãos da administração pública.

Empresários e autoridades públicas apontaram que há recursos à disposi-

ção para acelerar a expansão dos investimentos. No entanto, o planejamento ainda é incipiente e a insegurança jurídica é demasiada. A competência municipal torna a regulação difusa, com pouca padronização. Perdas de água drenam receitas e há muitas companhias estaduais com pouca capacidade de investir. Do outro lado, executivos avaliaram que o momento oferece janelas para a inserção do setor privado no aporte de capital e na gestão.





Acima, em sentido horário: Diversas autoridades e empresários participaram do seminário, como Yves Besse (Veolia Water Technologies), Renato Sucupira (BF Capital), Luciene Machado (BNDES), Marcos Penido (Prefeitura de SP) e Mônica Porto (Governo de SP)



Ao lado: Empresários e autoridades públicas avaliaram legado de leis instituídas para os setores de recursos hídricos e saneamento básico



SANEAMENTO BÁSICO

CONCESSÃO PARA DESPOLUIR

Abdib entregou ao governo paulista estudos para recuperar o rio Pinheiros e a represa Billings por meio de concessão privada. Se bem-sucedida, a iniciativa pode virar exemplo para o país

A Abdib promoveu, dia 16 de fevereiro, em São Paulo, uma cerimônia para marcar o início do Programa Pinheiros Limpo, cujo objetivo é a requalificação ambiental do canal paulistano e da represa Billings. O auditório, com capacidade para cem pessoas, lotou.

O Programa Pinheiros Limpo conta com participação do Governo do Estado de São Paulo – por meio das secretarias de Energia e Mineração, Recursos Hídricos e Meio Ambiente e de empresas como a Sabesp, a Cetesb e a Emae. Se bem-sucedida, a Abdib pretende replicar o modelo para mirar concessões para despoluição de outros rios e mananciais brasileiros.

A Abdib foi responsável pela captação de recursos privados para fazer a modelagem do projeto que prevê a concessão privada com um escopo que engloba implantação, manutenção, operação e administração de requalificação das águas do canal do rio Pinheiros. Os estudos técnicos e a modelagem foram realizados ao longo de 2017 e entregues ao governo de São Paulo.

Antes de iniciar os estudos, a Abdib cumpriu algumas etapas para dar mais

segurança ao processo de análises e modelagem. Primeiro, solicitou autorização ao poder público para estudar o projeto, sem caráter de exclusividade. Depois, elaborou e validou com os parceiros públicos um termo de referência para nortear os estudos.

Os estudos oferecem solução para promover a melhoria gradativa da qualidade da água do canal Pinheiros, permitindo, em etapas, a possibilidade de bombear até 50 m³/s de água

Dezenas de empresários compareceram para conhecer a iniciativa da Abdib que tem objetivo de requalificação ambiental do Rio Pinheiros e da Represa Billings





classe 2 – apto para consumo humano após tratamento convencional, proteção das comunidades aquáticas e atividades de recreação – para a represa Billings, de acordo com Resoluções Conama 357/2005 e 430/2011.

Haverá outros impactos positivos: controle de cheias da bacia do Canal Pinheiros, melhoria da qualidade da água da represa Billings, maior disponibilidade hídrica na represa Billings para abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo e da Baixada Santista e ampliação da geração de energia na Usina Henry Borden.

Os gestores públicos e privados presentes na cerimônia para marcar o início do Programa Pinheiros Limpo

avaliaram que há modelos de investimento viáveis para viabilizar a requalificação ambiental do canal paulistano e da represa Billings.

João Carlos de Souza Meirelles, secretário estadual de Energia e Mineração, enfatizou que os estudos vão apontar um modelo viável no ponto de vista técnico, econômico e financeiro, que atenda necessidades do poder público e da sociedade. Há a responsabilidade de identificar fontes de receita – exploração imobiliária, geração de energia e oferta de recursos hídricos – para conferir sustentabilidade ao investimento.

Luiz Carlos Ciochi, presidente da Emae, lembrou que os estudos vão responder a principal pergunta:

quais são os modelos de negócios que vão viabilizar o projeto. “Não coloco essa questão como dúvida, porque não há dúvidas. Há modelos viáveis que precisam ser estudados e formatados”, disse. Já Antonio Velloso Carneiro, então secretário-adjunto estadual do Meio Ambiente, uma modelagem bem feita é primordial para o sucesso.

Mário Silvério, diretor-presidente da Companhia Paulista de Desenvolvimento (CPD), explicou duas características diferenciaram a atual iniciativa de despoluição de outras no passado. Uma é a governança bem-definida entre público e privado e a integração entre as diversas secretarias estaduais, agências e empresas do governo paulista. Outra é a decisão de modelar o projeto estabelecendo parâmetros a serem alcançados – e deixar ao investidor a escolha pela tecnologia apropriada.



Gilberto Peralta (GE), à esquerda, ao lado de Antonio Velloso Carneiro (Governo de SP), participam de evento que marcou o lançamento do Programa Pinheiros Limpo, que contou também com participação de Vicente Andreu (ANA), João Carlos Meirelles (Governo de SP) e Venilton Tadini (Abdib)



RESÍDUOS SÓLIDOS

UMA IDEIA NA CABEÇA

Com estudos e indicadores inovadores, empresários do setor de resíduos sólidos começam a ganhar adeptos para pautas importantes. Mas o caminho está apenas no começo

Criado há mais de três anos na Abdib, o Comitê de Resíduos Sólidos insiste, desde o surgimento, em uma tese que ganha mais adeptos conforme argumentos e estudos são apresentados: a necessidade de constituir receita própria para a prestação ambientalmente adequada e financeiramente sustentável dos serviços de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos nos municípios brasileiros. A fonte dessa arrecadação deve ser a cobrança de taxa ou tarifa.

O trabalho de empresários e lideranças empresariais tem sido argumentar com autoridades públicas de diversos poderes e esferas da administração pública sobre os benefícios, a legalidade e a pertinência da constituição de uma arrecadação específica por taxas ou tarifas que seja suficiente para sustentar investimentos e custeio do sistema de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos no Brasil. Para embasar argumentos, a opção foi a produção de estudos por instituições acadêmicas independentes que comparam modelos existentes

em outros países, identificam valores envolvidos em investimentos e operação de aterros e analisam a base legal para a cobrança.

Os trabalhos mostram a evolução histórica do uso de diversas tecnologias para a destinação dos resíduos, entre elas aterro, incineração, compostagem e reciclagem. Indicam ainda que há menos aterros em operação na Europa e EUA, que recebem volume cada vez maior de resíduos.

Os EUA chegaram a ter 19.000 lixões – praticamente um por unidade federativa – e migraram para um modelo de aterros sanitários regionais, com 1.956 instalações em 2014. Dados de 2014 mostram que 26% foram reciclados, 9% para compostagem, 13% incinerados e 53% enviados para aterros. Na Europa, a tributação é utilizada para induzir o gerenciamento de resíduos por outras tecnologias em vez de aterros. Em 2015, 30% dos resíduos sólidos foram destinados para reciclagem, 17% para compostagem, 27% para incineração e 26%

para aterros sanitários. Em 1995, 15% dos resíduos foram para reciclagem e 85% para aterros.

O Brasil pouco evoluiu. Entre 2000 e 2016, a disposição adequada dos resíduos subiu de 43% para 58% do total de resíduos gerados. Para a Abdib, o caminho a ser seguido no Brasil é o modelo norte-americano, onde aterros privados prestam serviços a municípios e outros clientes regionalmente, em detrimento do europeu que, por falta de espaço para aterros, privilegia outras tecnologias que são mais caras. Há mercado para cerca de 400 aterros regionais no Brasil, sem necessidade de os municípios firmarem consórcios.

Além disso, o setor decidiu investir na criação do ISLU, Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana para os Municípios Brasileiros, já na segunda edição. O indicador avalia diversas estatísticas municipais para identificar quais fatores são determinantes para a prestação do serviço de qualidade nessa área. Municípios com arrecadação específica, por taxa ou tarifa, estão mais avançados na cobertura dos serviços, na disposição correta dos resíduos sólidos e em políticas de reciclagem.

Ao longo de três anos, com a estratégia de produzir estudos, indicadores e simulações, autoridades públicas municipais, estaduais e federais, além de integrantes do Ministério Público e formadores de opinião, passaram a entender os desa-



Comitê defende a importância da arrecadação específica via taxas ou tarifas para a boa prestação dos serviços



Carlos Villa (Grupo Sólvi), à esquerda, coordena o Comitê de Resíduos Sólidos da Abdib



fos presentes, o diagnóstico setorial e a reconhecer na tese defendida pelo Comitê de Resíduos Sólidos da Abdib a diretriz mais adequada para estabelecer condições estruturantes para a prestação do serviço de forma ambientalmente correta e financeiramente sustentável.

Outra diretriz da Abdib é orientar municípios sobre modelos de contratação. No Comitê de Resíduos Sólidos, a Abdib prepara, com ajuda de consultores, um estudo para indicar aos gestores públicos municipais os modelos de contratação mais apropriados ao setor de limpeza urbana e resíduos sólidos. O trabalho aborda planejamento municipal, sustentabilidade financeira, arrecadação específica, modelos de cobrança pelos serviços, modelagem de contratação, estruturas de contratos, garantias, equilíbrios, elaboração de editais e execução de contratos, além de casos de sucesso.

Estratégia dos empresários é contratar estudos que revelem desafios, diagnósticos e soluções



Empresários também discutiram formas de orientar municípios sobre modelos de contratação



POLÍTICA INDUSTRIAL

O FUTURO DA INDÚSTRIA

Termos como política industrial, financiamento público, desvalorização cambial e conteúdo local foram demonizados nos últimos anos. A Abdib tem insistido na importância de usá-los com inteligência

Diante de uma participação diminuída da indústria de transformação no PIB brasileiro – já foi de quase 20% do PIB na década de 80 e hoje se encontra por volta de 10% do PIB, a menor na história recente – a Abdib elaborou um diagnóstico a respeito dos problemas, desafios e importância da indústria na economia de um país emergente como o Brasil.

Ao longo dos últimos dois anos, a entidade tem procurado dialogar com lideranças empresariais e autoridades públicas a respeito de um conjunto de propostas para revigorar a atividade industrial no Brasil, já que o setor é considerado motor de inovação e desenvolvimento econômico e fator dinâmico para a retomada e crescimento sustentável.

Nessa trajetória, a maior batalha tem sido no campo das ideias. Devido a erros de estratégia e de execução de políticas públicas nos últimos anos, termos como financiamento público, conteúdo local, desvalorização cambial e até política pública propriamente dita estão demonizados.

A Abdib tem procurado desmistificar argumentos equivocados a respeito da efetividade baixa ou nula de uma política industrial seletiva na formação e consolidação de uma base produtiva dinâmica. Falhas cometidas na história recente no uso de mecanismos política industrial não justificam desconsiderar ou desqualificar a política pública em si, mas, sobretudo, compreender erros para



Regras para conteúdo local e política industrial estiveram na pauta dos empresários na Abdib





Venilton Tadini, presidente-executivo da Abdib, participa de reunião sobre retomada da indústria de bens de capital ao lado de Marcos Cintra (Tennaris Confab), coordenador do Comitê de Petróleo e Gás



aperfeiçoar a aplicação dos instrumentos de política industrial.

Países que já atingiram grau de desenvolvimento se apoiaram no dinamismo interno da indústria local e utilizaram com inteligência instrumentos como financiamento público, conteúdo local e desvalorização cambial.

É nesse contexto e com esses princípios que a Abdib tem conduzido discussões a respeito da política de conteúdo local no Brasil – com o setor petrolífero no epicentro do debate. Regras para incentivar a fabricação local precisam ser focadas em setores estratégicos, condicionada a setores de média e alta tecnologia, com objetivos, prazos pré-determinados e metas de desempenho para não onerar a economia com setores que não se desenvolvam competitivamente para inserção no mercado internacional.

E as regras de conteúdo local precisam ser inseridas em uma política industrial abrangente e de médio e longo prazo, com monitoramento e transparência dos resultados. Essas discussões foram conduzidas pela Abdib em conjunto com comitês de Indústria e de Petróleo e Gás e propostas foram feitas no âmbito do Pedefor, programa do governo federal para aumentar a competitividade dos fornecedores de bens e serviços no setor petrolífero.

Por fim, em novembro de 2017, a Abdib foi sede de um seminário organizado pelo IRICE, Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior, em parceria com o Banco Mundial, para discutir a formatação de políticas industriais e reafirmar a importância do tema para o crescimento da produtividade e da economia.

Seminário em dezembro trouxe à tona a relevância de redesenhar políticas industriais para aumentar a produtividade



EDUCAÇÃO CORPORATIVA

APRENDIZADO SOB DEMANDA

Mesmo com adversidades derivadas da crise econômica e do tempo escasso, o programa de educação continuada da Abdib realizou cinco novos cursos em 2017



No programa de educação continuada da Abdib, cursos foram reformulados para serem adequados às necessidades dos alunos

Dificuldades na economia, orçamento mais enxuto, falta de tempo para estudar. O EduCorp, programa de educação continuada da Abdib para o setor de infraestrutura, soube reconhecer as dificuldades vivenciadas pelos profissionais e reestruturou o programa e o formato de cursos, identificando temas com maior interesse no mercado e organizando as aulas para caber no bolso e na agenda dos alunos.

Com essa diretriz, o EduCorp promoveu cinco cursos em 2017 – dois sobre financiamento em infraestrutura, dois sobre seguros para infraestrutura e um sobre negócios em saneamento básico. Com conteúdo centrado nas principais necessidades dos alunos, corpo docente de algumas das principais empresas do setor ou de instituições de ensino superior, encontrou profissionais interessados em atualização e novos conhecimentos.

O calendário de cursos foi planejado a partir de um encontro realizado em fevereiro de 2017 com diretores e gestores de programas de educação corporativa das empresas associadas com o objetivo de detectar demandas e estabelecer diretrizes para o EduCorp.

O EduCorp, programa de educação corporativa da Abdib para os mercados de infraestrutura, atingiu, em setembro de deste ano, a marca de 60 cursos concluídos. No total, quase 1.400 profissionais e estudantes aprenderam e aperfeiçoaram competências nos cursos em questão.

O primeiro curso ministrado no âmbito do programa de educação corporativa da Abdib foi iniciado em



abril de 2004, ano em que o EduCorp foi lançado. Foi um curso de MBA sobre energia elétrica para 26 profissionais de empresas do setor elétrico, com 18 meses e 420 horas/aula de duração.

Naquela época, houve um movimento empresarial pela retomada dos investimentos em infraestrutura e, conseqüentemente, pelo aprimoramento dos recursos humanos em assuntos regulatórios, socioambientais e financeiros, por exemplo. Uma pesquisa foi realizada com presidentes e diretores de empresas associadas da Abdib para as competências e habilidades que precisam de aperfeiçoamento.

Os cursos promovidos pelo EduCorp tem formatos variados, com uma programação de aulas que envolveu energia elétrica, gestão para a infraestrutura, gestão socioambiental para projetos de infraestrutura e gestão socioambiental para empreendimentos hidrelétricos, entre outros, com ampla participação das empresas do setor e de professores das principais instituições de ensino superior do país.

Para 2018, a programação de cursos de extensão e de curta duração abrange temas como gerenciamento estratégico da arbitragem, projetos de concessões e PPPs, project finance e financiamento na infraestrutura, gestão da iluminação pública, negócios em saneamento básico, licenciamento ambiental, seguros e garantias para infraestrutura e negócios em sistemas inteligentes de energia.

O EduCorp já promoveu cerca de 60 cursos de formatos variados



André Dabus (Marsh) profere aula sobre seguros para infraestrutura em curso do EduCorp



Fernando Fleury é professor do curso sobre financiamento de investimentos na infraestrutura do programa de educação corporativa da Abdib



FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

DE BRASÍLIA PARA O MUNDO

Ao promover a oitava edição do evento global, o Brasil quer construir um legado sobre melhores práticas na gestão dos recursos hídricos

A Abdib integra a organização da próxima edição do Fórum Mundial da Água – a oitava, desde 1997, nos Marrocos – que será realizado em Brasília, Distrito Federal, entre 18 e 23 de março de 2018. O evento global terá o tema “Compartilhando Água” e articulará conhecimento e experiências de diversos atores - sociedade, setor público, meio acadêmico e iniciativa privada para difundir informações, engajar agentes públicos e privados e promover soluções na gestão compartilhada e sustentável dos recursos hídricos.

A escolha do Brasil para sediar o evento em 2018 foi estratégica. O país detém 12% da água doce do planeta, tem dezenas de rios de grande porte e compartilha com dez nações

duas das maiores bacias hidrográficas do planeta. Além do potencial hídrico, o país tem enorme biodiversidade em diferentes biomas, além de uma rica diversidade representada por vários povos indígenas e comunidades específicas com inestimável acervo de conhecimentos sobre a conservação da biodiversidade.

O país foi, ainda, o primeiro do continente sul-americano e um dos primeiros do mundo a cumprir uma das me-

tas da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), realizada em Johannesburgo, África do Sul: elaborar e implantar o Plano Nacional de Recursos Hídricos até 2015.

O evento é idealizado para articular setores importantes de forma a deixar um legado de conscientização e de boas iniciativas a respeito da gestão adequada dos recursos hídricos. No Brasil, diante do crescente interesse pelos temas relacionados à

Em agosto, Abdib fez o lançamento comercial do 8º Fórum Mundial da Água para empresas e instituições interessadas no maior evento mundial sobre água





Divulgação do 8º Fórum Mundial da Água tem sido feita em diversos eventos pelo Brasil



gestão dos recursos hídricos, são esperadas cerca de 40.000 pessoas do mundo todo. Mais de 60 chefes de Estado devem estar presentes.

O evento contará com quatro principais espaços. No Congresso, haverá 262 sessões temáticas e plenárias. A Vilã Cidadã vai promover atividades e interação com a sociedade. A Expo visa reforçar o relacionamento com governos. Já a Feira tem foco na interação comercial e com a sociedade.

A relação da Abdib com o evento é antiga. A entidade participou ativamente das duas últimas edições do Fórum Mundial da Água – em Marselha, na França, em 2012 e em Daegu e Gyeongju, na Coreia do Sul, em 2015.

Para a edição brasileira, a Abdib assumiu participação de destaque. Possui executivos na composição e nas atividades do International Steering Committee, o comitê diretivo global do fórum, e no Comitê Organizador Local. A Abdib ainda tem assento

no board of governors do Conselho Mundial da Água, que conta com 35 integrantes representando poder público, iniciativa privada, setor acadêmico e organizações não-governamentais do mundo todo.

Em novembro de 2017, em Marselha, na França, representantes da Abdib participaram de diversas atividades promovidas pelo Conselho Mundial da Água, muitas delas referentes à organização e engajamento em torno do 8º Fórum Mundial da Água. Houve encontros do conselho de governadores e dos integrantes dos diversos processos regionais que fazem parte da organização do fórum programado para o Brasil.

Em Marselha, na França, Ralph Lima Terra (Abdib) participou de encontros do Conselho Mundial da Água



SEMINÁRIO FINANCIAMENTO E GARANTIAS

SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA

Abdib defende proposta para viabilizar o project finance non recourse

Diante da mudança no modelo de financiamento de longo prazo no Brasil, de uma matriz de desembolsos majoritariamente públicos para outra, na qual há maior participação do mercado de capitais e agentes privados, a Abdib realizou o seminário Financiamento e Garantias para a Infraestrutura, no dia 23 de maio.

Os painéis serviram para debater o financiamento e a estruturação de garantias dos investimentos em infraestrutura, trazendo às discussões

gestores públicos e privados, investidores, bancos públicos e privados, seguradoras, corretoras de seguros e resseguradoras.

Os palestrantes apontaram fatores críticos para mitigar riscos e mecanismos para os investidores terem acesso, em condições competitivas, a fontes internas quanto externas de recursos. O papel dos bancos públicos e dos fundos e investimento, bem como mecanismos de hedge cambial e garantias na fase

de completion, foram alguns dos temas abordados.

Esse último tema - as garantias necessárias nas fases de construção e pré-operacional dos projetos de infraestrutura - ganhou um painel exclusivo. A Abdib defendeu uma proposta que envolve quatro apólices de seguros com um monitoramento intensivo da evolução do projeto na fase de construção, conferindo segurança às partes envolvidas e permitindo o financiamento por meio da modalidade de project finance sem garantias corporativas.



À esquerda: Paulo Leme (Goldman Sachs) palestrou sobre como equacionar o risco cambial para promover ingresso de recursos estrangeiros na infraestrutura

Abaixo: Milton Santos (Desenvolve SP) foi moderador (ao centro) em painel sobre papel dos bancos públicos no desenvolvimento da infraestrutura





Venilton Tadini (Abdib), acima, e André Dabus (Marsh), à direita, debateram sobre caminhos para financiar a infraestrutura via project finance non recourse

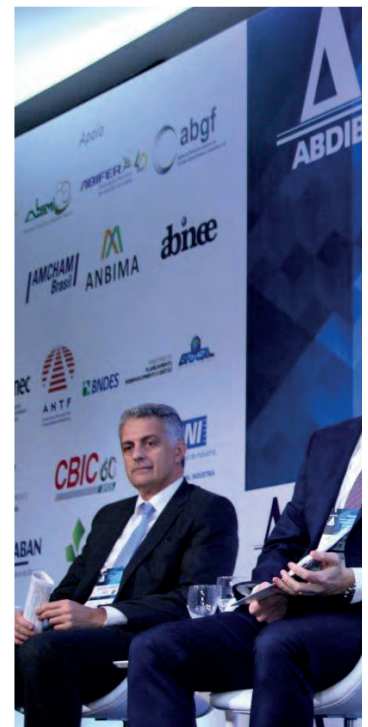
Abaixo: Ministro Dyogo Oliveira (Planejamento), Gabriel Galipolo (Banco Fator) e Cheryl Edleson Hanway (IFC) foram também palestrantes



SEMINÁRIO FINANCIAMENTO E GARANTIAS



Antonio Gil (Caixa); Claudio Coutinho (BNDES); Antonio Henrique Silveira (CID); Priscilla Matsumoto Huttenlocher (Grupo CCR); Venilton Tadini (Abdib, com Luciano Calheiros, da Swiss Re, e Marcelo Franco, da ABGF); Roberto Giannetti da Fonseca (Kaduna Consultoria); Pablo Sorj (Mattos Filho Advogados)







André Sales (Patria Investimentos) e Gilberto Peralta (GE) em seminário da Abdib, que contou com palestra do ministro Henrique Meirelles (Fazenda)





Acima: Marcos Almeida (Brookfield); Victor Rico (CAF Brasil); Ricardo Madrona (Madrona Advogados); André Sales (Patria Investimentos); Bruno Sena (BMPI Infra); avaliam papel dos fundos de investimento

Ao lado: Tarcísio Godoy (IRB), Murilo Portugal (Febraban) e Milton Luiz de Melo Santos (Desenvolve SP)



COMUNICAÇÃO

AMPLIAR O ALCANCE DA INFORMAÇÃO

Abdib intensificou atividade de comunicação por canais diversificados e dialoga com empresas para instituir um plano mais abrangente que atenda necessidades do setor de infraestrutura

A Abdib intensificou em 2017 a estratégia de diversificar ações de comunicação para transmitir informações, teses, posicionamentos e propostas para diversos públicos de interesse por canais e plataformas simultâneas. Houve aperfeiçoamentos na forma de informar por redes sociais e boletins digitais e uma agenda de seminários e posicionamentos na imprensa.

As redes sociais ganharam ritmo intenso de atualização e serviram de plataforma para informar tanto públicos internos quanto externos a respeito da agenda e da pauta de discussões nas reuniões da entidade. O portal da Abdib, modernizado no último trimestre do ano, apoiou a difusão de informações, privilegiando temas a partir da importância deles.

Em um ano difícil para discutir temas fora da pauta da crise econômica e política, a Abdib produziu documentos para reflexão sobre o legado da legislação sobre saneamento básico e recursos hídricos, propostas sobre financiamento para a infraestrutura e avaliações sobre a participação dos investimentos públicos e privados na infraestrutura tanto no Brasil como em países emergentes e desenvolvidos em todos os continentes.

Esses documentos, aliados à Agenda da Infraestrutura 2015-2018, lançada, em 2016, serviram de condutores para a entidade emitir alertas

e apresentar diretrizes e propostas para a economia e para os setores de infraestrutura.

Novamente em 2017, a Abdib manteve atenção especial com a imprensa. Com isso, houve repercussão de iniciativas e propostas da entidade em alguns dos principais jornais de grande circulação, rádios e canais de televisão do país. A Abdib ainda decidiu criar um Comitê de Comunicação para, em diálogo com empresas associadas, formular um plano de comunicação mais abrangente que atenda necessidades do setor de infraestrutura.





Público ou privado: quem financia o setor?

Governo federal do não ter verba suficiente para liderar a indústria, definir estratégia é mais importante que ampliar participação privada

Artigo publicado em 14/05/2018
Por Fabiano Leite



Fabiano Leite, presidente do BNDES. O setor privado não tem condições de pagar obras prioritárias de 2018

Cenário fiscal nebuloso ameaça tirar R\$ 32 bi de obras federais até 2018

De Brasília. O cenário fiscal nebuloso ameaça tirar R\$ 32 bilhões de obras federais até 2018. Segundo o presidente do BNDES, Fabiano Leite, o governo federal não tem condições de pagar obras prioritárias de 2018. Leite afirma que o setor privado não tem condições de pagar obras prioritárias de 2018. Leite afirma que o setor privado não tem condições de pagar obras prioritárias de 2018.



Debaate, de esquerda: André Sérgio (CPS), com Vinícius Távila, Armando Góes, Claudio Fracalossi e Ezequiel Freire (Petrobras)

Em um momento de debate, o presidente do BNDES, Fabiano Leite, afirmou que o governo federal não tem condições de pagar obras prioritárias de 2018. Leite afirmou que o setor privado não tem condições de pagar obras prioritárias de 2018.

Em um momento de debate, o presidente do BNDES, Fabiano Leite, afirmou que o governo federal não tem condições de pagar obras prioritárias de 2018. Leite afirmou que o setor privado não tem condições de pagar obras prioritárias de 2018.

Empresários defendem continuidade das reformas

Segundo entidades, é importante que cenário político seja resolvido rapidamente

Apesar de certa reversão, mas é difícil falar como as coisas vão ficar. O presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Base e Infraestrutura (Abdiib), Humberto Barbatto, defendeu a continuidade das reformas. Segundo ele, é importante que o cenário político seja resolvido rapidamente.

Necessário e crise fiscal reduzem repasses de BNDES e Caixa para saneamento básico

Leandro Máximo De São Paulo

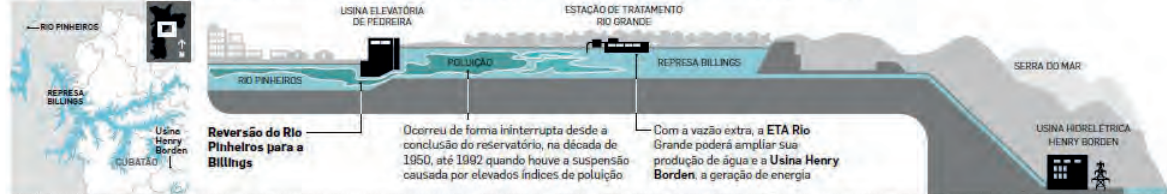
As duas instituições financeiras federais que mais fomentam investimentos públicos e privados em saneamento básico no país, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa, tiveram um ano de 2016 bastante ruim nesse segmento por causa da recessão, da crise fiscal de Estados e municípios, de problemas técnicos de projetos e até devido à Operação Lava-Jato.

Os desembolsos do BNDES em projetos relacionados à abastecimento e tratamento de água, saneamento sanitário e resíduos sólidos registraram retração de 22% no ano passado, na comparação com 2015, com uma queda de R\$ 1,223 bilhão para R\$ 952,1 milhões. Antes disso, na passagem de 2014 para 2015, o recuo na liberação de recursos para o segmento foi ainda mais forte, de 43%.



NOVO CENÁRIO

Meta é requalificar água do rio para classe 2 e bombear até 50 mil litros por segundo para a Billings, favorecendo abastecimento e geração de energia



Grupo privado quer ajudar a limpar o Pinheiros

Associação de indústrias planeja captar recursos com empresários e financiar estudos para uma concessão, levando água do rio para a Represa Billings

Fabio Leite
Após tentativas frustradas do poder público em despoluir o Rio Pinheiros, a iniciativa privada decidiu, por conta própria, captar dinheiro e financiar estudos para elaborar um projeto de concessão que prevê a requalificação do rio que corta a capital para que suas águas possam ser revertidas permanentemente para a Represa Billings. Isso aumentaria o potencial de geração de energia elétrica na Usina Henry Borden, em Cubatão, e de produção de água

na Grande São Paulo. A reversão do Rio Pinheiros para a Billings ocorreu de modo permanente desde a conclusão do reservatório, na década de 1950, até 1992, quando foi suspensa por causa dos elevados índices de poluição do canal. Depois disso, as comportas da Usina de Pedreira só podem ser abertas para conter a cheia do Pinheiros e impedir enchentes na capital. Entre 2007 e 2009, o governo paulista estudou uma técnica de limpeza do rio por flotação (aglutinação de sujeira na superfície), descartada após contestação do Ministério Público.

A iniciativa foi anunciada pela Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdiib), que deu o pontapé inicial no Programa Pinheiros Limpo no mês passado. A proposta recebeu aval do governo Geraldo Alckmin (PSDB) e será acompanhada pela Companhia Paulista de Parcerias (CPP), estatal responsável por elaborar estudos técnicos sobre a viabilidade de projetos de concessões e parcerias público-privadas (PPPs).

Segundo a Abdiib, cuja sede fica às margens do Pinheiros, os estudos devem ser concluídos até o fim do ano. A ideia é despoluir gradativamente o rio para que ele passe de classe 4, pior nível de poluição, para a 2, em que já pode ser usado para abastecimento humano, após tratamento convencional, e atividades recreativas, como nadar.

15 milhões. A entidade estima que seja possível, no futuro, bombear até 50 mil litros por segundo de água limpa do Pinheiros para a Billings. Para se ter uma ideia, se todo esse volume fosse usado para produzir água pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), seria possível abastecer cerca de 15 milhões de pessoas na região metropolitana. Hoje, a estatal capta só 5,5 mil/l/s em um braço despoluído da Billings, o Rio Grande.

com escopo que englobe implementação, manutenção, operação e administração de requalificação das águas do Pinheiros. O estudo será enviado à CPP e analisado pelas partes envolvidas, como as de Energia e Saneamento e Recursos Hídricos.

COMITÊS

AS ELEIÇÕES EM 2018 E O TRABALHO DOS COMITÊS DA ABDIB

Em 2018, o Brasil realizará eleições para os governos federal e estaduais. Os eleitores vão escolher novos ocupantes para os cargos de presidente da República, governadores, senadores, deputados federais, estaduais e distritais.

Em preparação para a necessária discussão de diagnósticos, ideias e propostas, a Abdib renovou a composição do Con-

selho de Administração, do Conselho Consultivo e dos 20 comitês existentes na entidade - são cinco comitês matriciais e 15 comitês setoriais.

Os comitês são a base de organização e produção de conhecimento de uma instituição como a Abdib. Ao longo dos anos, eles têm conferido credibilidade e dinamismo para os diagnósticos buscando o desenvolvimento da infraestrutura e das indústrias de base no Brasil.

Caberá aos comitês, com orientação do Conselho de Administração, apoio do Conselho Consultivo e planos de trabalho bem definidos, preparar propostas que possam contribuir para a retomada dos investimentos em infraestrutura.

COMITÊ FINANCIAMENTO E GARANTIAS

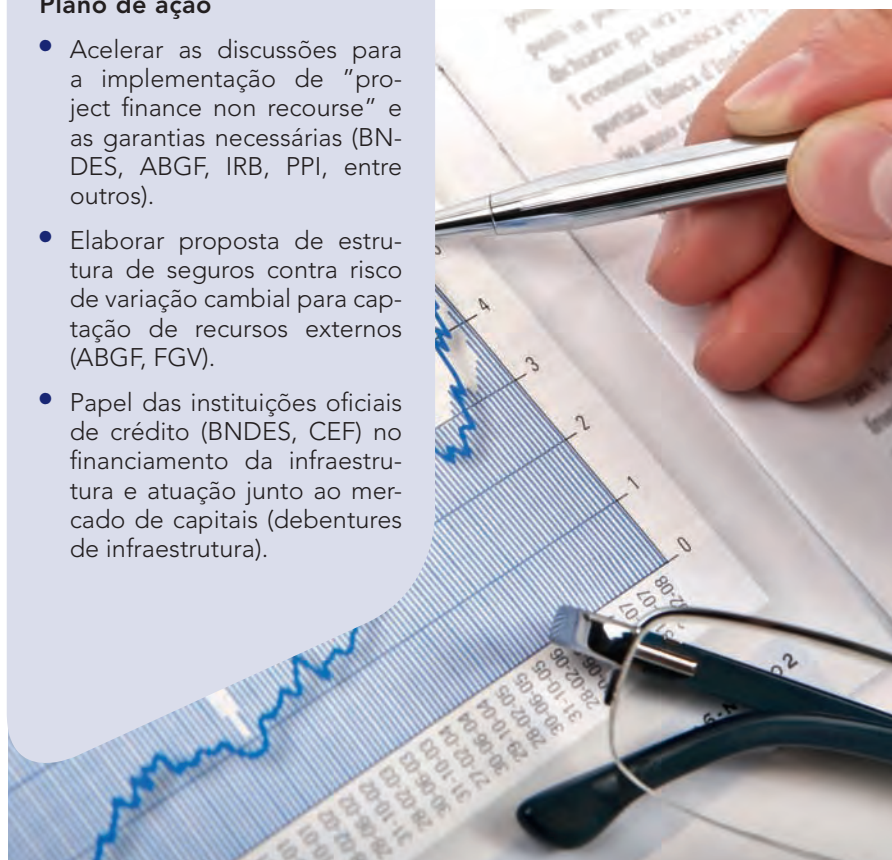
Objetivo:

Analisar as fontes de recursos para aplicar em projetos de infraestrutura e identificar limitações para seus usos e sugerir estruturas de garantias para mitigar os riscos de operações.

Coordenador:
Venilton Tadini | Abdib

Plano de ação

- Acelerar as discussões para a implementação de "project finance non recourse" e as garantias necessárias (BNDES, ABGF, IRB, PPI, entre outros).
- Elaborar proposta de estrutura de seguros contra risco de variação cambial para captação de recursos externos (ABGF, FGV).
- Papel das instituições oficiais de crédito (BNDES, CEF) no financiamento da infraestrutura e atuação junto ao mercado de capitais (debentures de infraestrutura).





COMITÊ SUSTENTABILIDADE

Objetivo:

Identificar, avaliar e propor ações aos problemas e entraves enfrentados pelo setor que devem ser encaminhadas às autoridades competentes, considerando os principais gargalos identificados: insegurança jurídica (necessidade de uma Lei Federal que embase o processo de licenciamento ambiental para evitar discricionariedade e diminuir judicialização), legislação ambiental (além de esparsa e baseada em normas infralegais, é necessário construir marco regulatório para tratar de questões sociais), dados ambientais (ausência de dados e informações ambientais e de cooperação entre os órgãos competentes), órgãos intervenientes (compensações sem relação com impactos ambientais causados pelo empreendimento, mas sim para suprir carências institucionais não atendidas pelo Estado) e concessões (contribuir nas audiências e consultas públicas).

Coordenador:
Cosette Xavier | Natturis

Plano de ação

- Levantamento e acompanhamento das propostas de lei no Congresso Nacional, por exemplo: Lei Geral de Licenciamento Ambiental, adoção de medidas para redução de acidentes envolvendo pessoas e animais nas estradas, Programa Nacional de Compensação por Serviços Ambientais e criação de unidades de conservação, entre outras.
- Estabelecer parcerias com órgãos envolvidos no licenciamento ambiental (Ibama, ICMBio, Funai, Iphan, Fundação Palmares) para propor e acompanhar a elaboração de normas a fim de contribuir com a melhoria do processo de licenciamento ambiental;
- Contribuir com os comitês da Abdib na análise dos termos de referência, nas audiências e consultas públicas para as PPP e concessões de infraestrutura a fim de evitar o aumento de custos e facilitar o reequilíbrio em função dos problemas com o licenciamento ambiental.
- Contribuir com os órgãos licenciadores na construção de termo de referência para cada tipologia de empreendimento de infraestrutura.
- Identificar e consultar interlocutores no Congresso Nacional que atuem no setor de infraestrutura para que possam contribuir e apoiar propostas de leis ou melhorias nas existentes.
- Discutir temáticas importantes, no âmbito do licenciamento ambiental, para propor aos órgãos licenciadores ou Conama procedimentos específicos para temas como: compensação ambiental, compensação florestal e documento de origem florestal, entre outros.



COMITÊS

COMITÊ RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Objetivo:

Avaliar e propor recomendações e ações sobre temas ligados ao comércio exterior e à inserção internacional das empresas de infraestrutura e indústrias de base.

Coordenador:
Daniel Godinho | WEG

Plano de ação

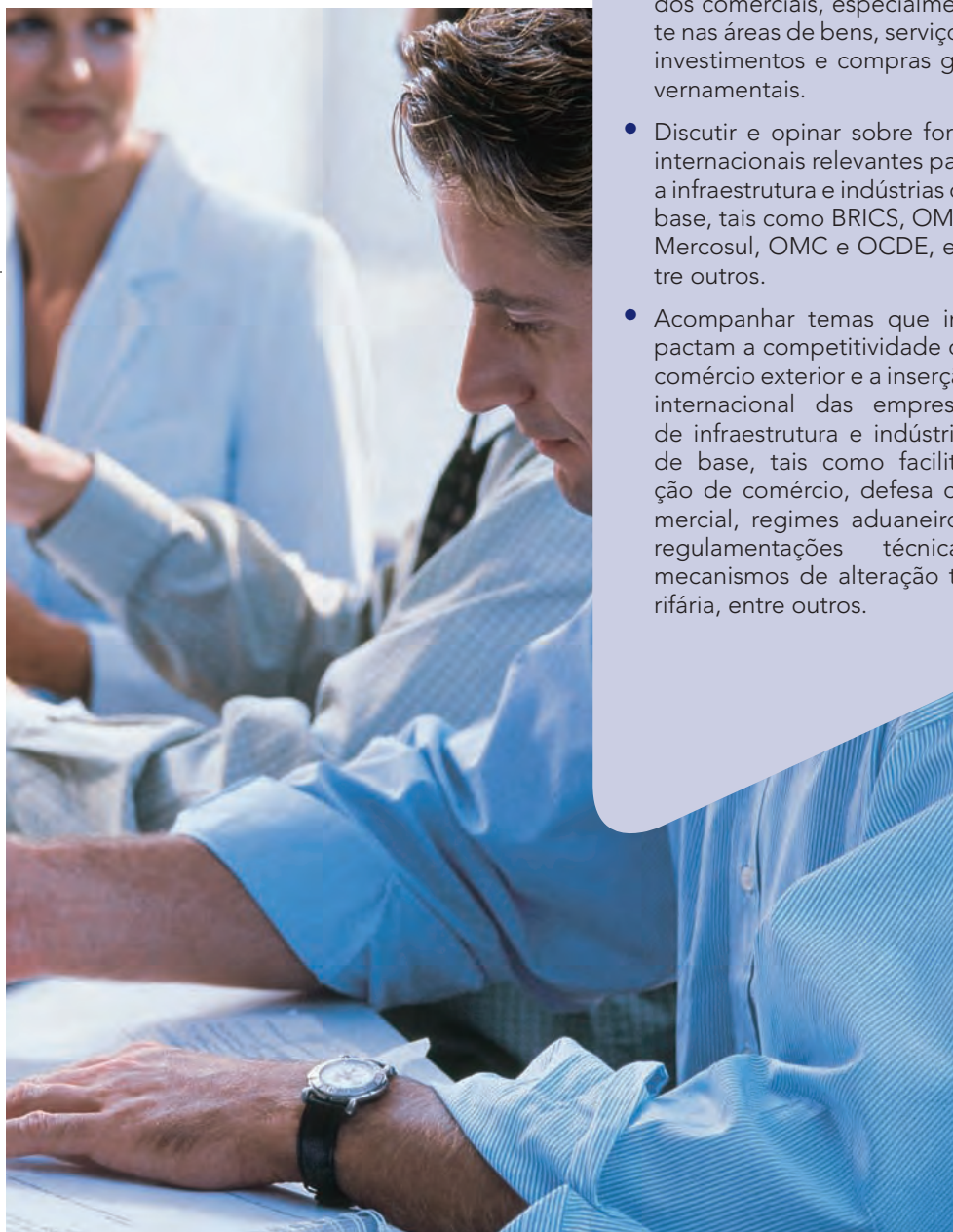
- Em estreita coordenação com o Comitê de Financiamento, discutir estratégias e ações para sanar os entraves e reestruturar os mecanismos de crédito à exportação para a infraestrutura e indústrias de base.
- Discutir e opinar sobre acordos comerciais, especialmente nas áreas de bens, serviços, investimentos e compras governamentais.
- Discutir e opinar sobre foros internacionais relevantes para a infraestrutura e indústrias de base, tais como BRICS, OMC, Mercosul, OMC e OCDE, entre outros.
- Acompanhar temas que impactam a competitividade do comércio exterior e a inserção internacional das empresas de infraestrutura e indústrias de base, tais como facilitação de comércio, defesa comercial, regimes aduaneiros, regulamentações técnicas, mecanismos de alteração tarifária, entre outros.

COMITÊ AEROPORTOS

Objetivo:

Oferecer sugestões de ações e propostas para concessões aeroportuárias existentes e futuras e promover a discussão necessária com autoridades públicas a respeito dos temas.

Coordenador:
Marcelo Allain | BR Infra Group





Plano de ação

- Promover a sustentabilidade econômica e financeira a partir de discussão sobre alternativas para financiamento de concessões no novo cenário de menor demanda e menor apoio BNDES.
- Promover melhoria da regulação sobre desequilíbrios, articulando reguladores e buscando visando reduzir o tempo para regulação de pleitos de reequilíbrio em concessões no setor.
- Desenvolver a agenda de novas concessões, contribuindo em audiências e consultas públicas sobre novos ativos de aeroportos a serem oferecidos para concessão.
- Contribuir para a formatação de regras claras de indenização em caso de devolução antecipada de concessões, sobretudo condições e fórmula de cálculo da indenização, em consonância com as determinações da Lei 13.448/17, para que estes processos ocorram de maneira organizada.

COMITÊ FERROVIAS

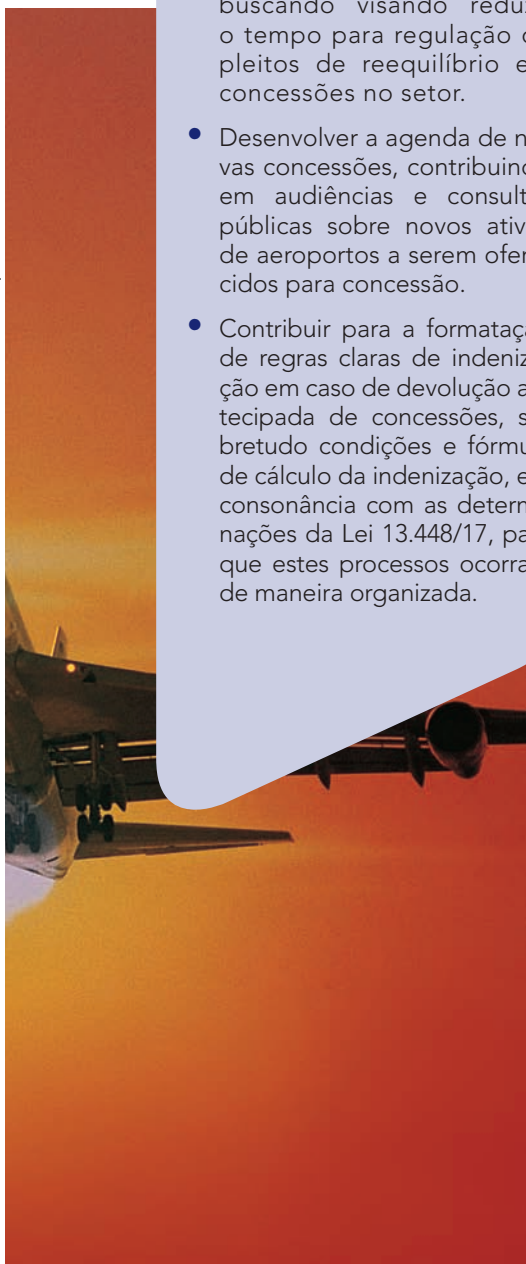
Objetivo:

Avaliar e propor ações e recomendações com vistas a ampliar a participação do modal ferroviário na matriz de transportes do país, bem como sugerir ações que resultem em investimentos na malha existente – por meio da prorrogação dos contratos em vigor – assim como a ampliação da malha – com novas concessões – tudo com intuito de trazer maior eficiência ao setor de transporte, reduzindo os custos logísticos, além de fomentar o setor produtivo, visto tanto como usuário, quanto como fornecedor direto e indireto do setor ferroviário.

Coordenador:
Julio Fontana | Rumo

Plano de ação

- Atuar diretamente em casos concretos, como a prorrogação antecipada dos contratos de concessão. Isso significa promover ações junto a autoridades competentes e realizar seminários para debater as prorrogações antecipadas dos contratos e os benefícios decorrentes dos investimentos que serão realizados em contrapartida.
- Atuar em questões abstratas e transversais, como o reequilíbrio econômico-financeiro nas concessões de infraestrutura. Isso significa propor alterações legislativas que viabilizem, com clareza e segurança jurídica, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiros dos contratos de concessão, a partir de temas concretos, com impacto na equação econômica do Contrato de Concessão, tais como: legislação ambiental; alterações regulatórias; restrições operacionais impostas por questões alheias à atuação dos concessionários, como paralisação de rodovias e ferrovias, decisões judiciais, normas municipais etc.



COMITÊS

COMITÊ MOBILIDADE URBANA

Objetivo:

Avaliar e propor soluções para a criação de uma instituição pública independente, na forma de uma autoridade metropolitana de transportes, que terá como principal função definir políticas públicas e diretrizes para o desenvolvimento e gestão do sistema de transportes de grandes regiões metropolitanas.

Coordenador:
Flávio Borges Carvalho | CCR

Plano de Ação

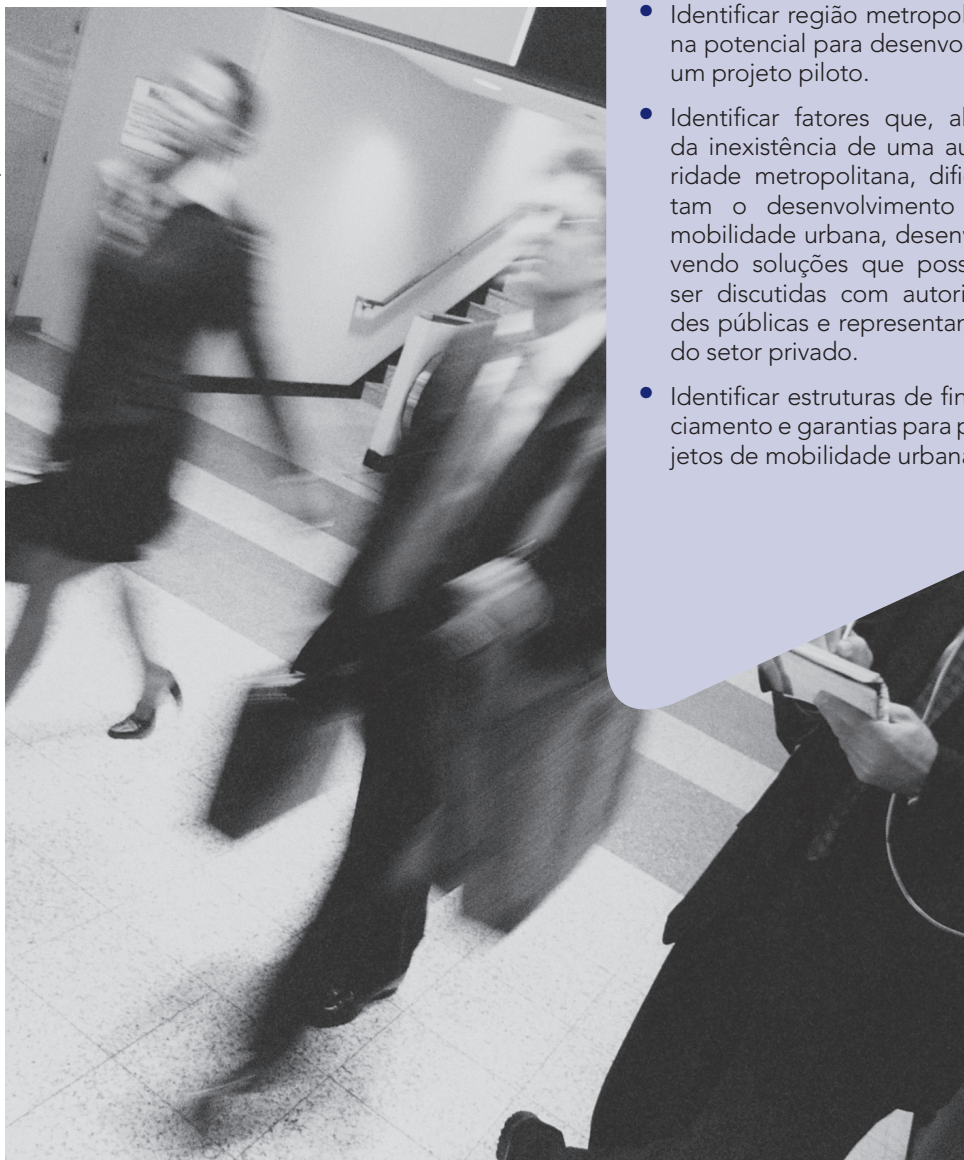
- Identificar e desenvolver o modelo de autoridade metropolitana de transportes.
- Identificar arcabouço legal e institucional existente e/ou a ser desenvolvido que viabilize a autoridade metropolitana.
- Identificar e consultar interlocutores no Congresso Nacional que atuem no setor de infraestrutura para que possam analisar e promover institucionalmente o projeto.
- Identificar região metropolitana potencial para desenvolver um projeto piloto.
- Identificar fatores que, além da inexistência de uma autoridade metropolitana, dificultam o desenvolvimento da mobilidade urbana, desenvolvendo soluções que possam ser discutidas com autoridades públicas e representantes do setor privado.
- Identificar estruturas de financiamento e garantias para projetos de mobilidade urbana.

COMITÊ RODOVIAS

Objetivo:

Avaliar e propor soluções e recomendações visando promover as concessões e parcerias público-privadas para implantação, duplicação, manutenção e operação do sistema rodoviário.

Coordenador:
Gabriel Galipolo | Banco Fator





Plano de ação

- Auxiliar nas dificuldades enfrentadas pelos entes públicos e privados no desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas.
- Fortalecer a governança e a regulação entre parceiros público e privado referente ao equilíbrio contratual.
- Discutir tópicos relevantes quanto às formas de recomposição de equilíbrio financeiro de contrato referente a indenização e relicitação.
- Viabilizar alternativas de financiamento de projetos e de constituição de garantias desenvolvendo estudos e material para entrega aos entes públicos.

COMITÊ RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO BÁSICO

Objetivo:

Apontar caminhos que possam contribuir para o maior compartilhamento dos serviços de saneamento básico, entre parceiros públicos e privados, com o objetivo maior de universalizar os serviços, considerando o novo quadro político e institucional e aproveitando inovações trazidas pela Lei 13.334/2016 (Programa de Parceria de Investimentos - PPI), trabalhando para a consolidação do ambiente jurídico institucional a fim de que assegurar um marco regulatório seguro para o desenvolvimento de soluções.

Coordenador:
Rogério Tavares | Aegea

Plano de ação

- Desenvolver propostas para a gestão compartilhada de serviços de água e/ou esgoto para municípios não operados por companhias estaduais a partir de um pacote de soluções que englobe: termos de referência para elaboração de estudos e projetos via PMIs (procedimentos de manifestação e interesse), parceria com instituições de fomento federais e estaduais para validar e implantar PMIs; constituir fundo privado para desenvolvimento de PMIs, seleção de projeto-piloto; e acompanhamento de resultados.
- Mobilização do capital privado e das fontes públicas de financiamento a partir do diagnóstico das possibilidades de captação de recursos juntos ao mercado financeiro, da indicação das condições factíveis para captação privada num horizonte de médio prazo e do conhecimento da situação atual e das perspectivas das fontes públicas de financiamento.

Grupo de Trabalho

PMIs:

Elaborar termos de referência para o desenvolvimento de PMIs e constituir fundo privado de empresas interessadas em desenvolver as PMIs.

Financiamento:

Elaborar diagnóstico das alternativas de captação junto ao mercado e avaliar perspectivas de aporte financeiro das fontes públicas.



COMITÊS

COMITÊ RESÍDUOS SÓLIDOS

Objetivo:

Oferecer sugestões de ações e propostas para os problemas e entraves enfrentados pelo setor que podem e devem ser encaminhadas às autoridades, de forma a retratar as necessidades do setor.

Coordenador:
Carlos Villa | Solví

Plano de ação

- Garantir a sustentabilidade econômico-financeira do mercado de gerenciamento de resíduos sólidos a partir da instituição de arrecadação específica e fontes de recursos de caráter obrigatório e continuado.
- Buscar a implantação de um modelo de governança pública que permita articulação entre as esferas municipal, estadual e nacional.
- Fortalecer a segurança jurídica, instituindo dispositivos legais relevantes ao regramento de acordos entre as diferentes esferas de governo.
- Trabalhar na criação de projetos-piloto com o suporte das medidas propostas na esfera da sustentabilidade econômico-financeira, governança pública e segurança jurídica.

COMITÊ ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Objetivo:

Avaliar, propor e instituir soluções visando promover PPPs de modernização da iluminação pública - e outras funcionalidades a ela associadas - nos municípios brasileiros.

Coordenador:
Miguel Noronha | BMPI

Plano de Ação

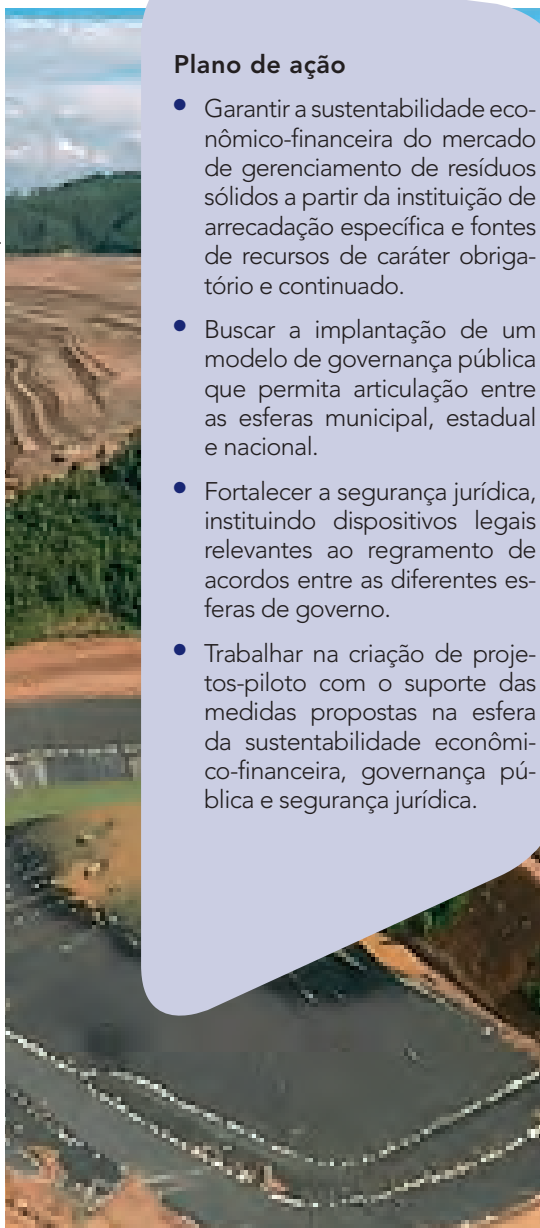
- Auxiliar dificuldades enfrentadas pelos municípios para desenvolver estas PPPs.
- Viabilizar alternativas de financiamento de projetos com a devida constituição de garantias.
- Desenvolver estudos com recursos privados para entrega aos entes públicos.
- Fortalecer a governança e a regulação entre parceiros público e privado.
- Promover melhoria do acesso a tecnologias mais avançadas, integradoras e sustentáveis para a iluminação pública, incluindo soluções de cidades inteligentes.

Grupos de Trabalho**Proposição de Projetos:**

Desenvolver modelagem e manual para projetos municipais de iluminação pública.

Matriz de Riscos:

Identificar, analisar e identificar mitigadores para riscos em projetos de modernização de sistemas de iluminação pública.





COMITÊ PETRÓLEO E GÁS

Objetivo:

Propor e apoiar iniciativas que assegurem o pleno desenvolvimento do setor de petróleo e gás natural e, conseqüentemente, promovam oportunidades para projetos de infraestrutura.

Coordenador:

Marcos Cintra | Tennaris Confab

Plano de ação

- Garantir segurança e competitividade tributária, regulatória e jurídica, considerando o cenário em transformação no setor de energia. Isso significa promover os aprimoramentos necessários no ambiente regulatório e construir no país uma indústria de óleo e gás competitiva e sustentável, assegurando equilíbrio entre os interesses de fornecedores e petroleiras;
- Defender um mercado livre para o gás natural, seguindo boas práticas internacionais, assegurando atração de investimentos, aumento da competição, diversidade de agentes, acesso à infraestrutura e participação ativa dos agentes.
- Promoção de iniciativas para o desenvolvimento de programas de estímulo à infraestrutura, como, por exemplo, o programa americano de ampliação dutoviária (Master Limited Partnerships – MLPs).



COMITÊ INDÚSTRIA

Objetivo:

Diante da queda da participação da indústria de transformação no PIB, e o advento de novos paradigmas tecnológicos, como o da indústria 4.0, o comitê procurará avaliar a estrutura produtiva brasileira no que tange a sua competitividade e produtividade para que o setor possa recuperar a centralidade no desenvolvimento econômico e social do país a luz das experiências internacionais bem sucedidas.

Coordenador:

André Clark | Siemens



Plano de ação

- Liderar uma discussão para o desenvolvimento de uma política industrial nacional ampla de longo prazo, a partir de exemplos internacionais e engajando na discussão outras instituições (Abimaq e Abinee, entre outras), visando o protagonismo do empresariado na formulação de proposta para posterior advocacy da Abdib.
- Aprofundar a discussão de como os gargalos de infraestrutura (a partir do conhecimento da Abdib) e preços macroeconômicos impactam na competitividade da indústria brasileira.
- Promover o entendimento e traduzir o que indústria 4.0 significa para os players de infraestrutura no Brasil (quais vantagens a digitalização traz para o setor de Infraestrutura, por exemplo).
- Auxiliar nas dificuldades enfrentadas pela indústria de transformação para recuperar investimentos (alternativos ou não, por exemplo, banco dos BRICS, fundos internacionais, green bonds) e empregos qualificados (discussão com academia sobre como será o profissional demandado no futuro).
- Apoiar a expansão de linhas governamentais para projetos de fomento a novas tecnologias e inovações.



PROGRAMS AND ACTIVITIES THAT ABDIB ADRESSED IN 2017

SECURITIZATION

Abdib supported a decision by the Senate to resume vote on a Bill that contributes to balance public accounts and boost investments

Senate Bill 204/2016, sponsored by Senator José Serra (PSDB-SP), was approved on December 13th and submitted to the House of Representatives for a new vote. Governors and mayors consider the matter urgent. Abdib has been advocating the approval of Senate Bill 204/2016 since the beginning, explaining its merits at a public hearing held by the Senate's Economic Affairs Commission, seminars and statements to the press. Securitization transactions have potential to increase tax collection and, therefore, contribute to solving serious problems in public accounts. They may also provide an unparalleled boost that will enable guarantees for public-private partnerships in the Infrastructure industry.



PLANNING

Abdib partnered with the Ministry of Planning in an initiative that could result in a new way of identifying priority investments in Brazil

Dyogo Oliveira, Minister of Planning, was Abdib's spokesman in six meetings held in 2017 that discussed important infrastructure matters: infrastructure financing in February; the Federal Government's initiatives to boost investments in March; foreign exchange insurance, in June and July; change in the BNDES loan costs, in August; and medium- and long-term planning, in October.

Strengthening the medium- and long-term infrastructure planning is the goal of an initiative Abdib has been developing with the support of the minister. On October 26th, Abdib and the Ministry of Planning entered into a technical cooperation agreement to organize efforts to enable the Infrastructure Observatory.

The Infrastructure Observatory was designed to be an online platform featuring reference information and data to assist infrastructure planning and identify structural projects with economic rationality and criterion, so that priority investments can do what they are supposed to, i.e. generate productivity gains, increase service supply, improve the population's quality of life, reduce regional inequality and turn Brazil into a competitive global player.





STUDIES AND PROJECTS

Abdib launched initiatives to coordinate the preparation of PPP and concession studies and projects and take advantage of the private investment potential in the municipalities

In 2017, Abdib launched an initiative to support and offset the lack of well-structured projects in the municipalities. The program combines the competences of Desenvolve SP, Frente Nacional de Prefeitos (FNP), BNDES and International Finance Corporation (IFC) to foster the preparation of studies and projects focused on urban infrastructure related to solid waste, public lighting, basic sanitation and urban mobility, in partnership with municipalities. Abdib will coordinate studies to properly structure priority projects for the municipalities.

Within this initiative, a term of reference was entered into with Desenvolve SP. In 2017, the development agency launched at Abdib a credit facility to finance companies interested in conducting studies and projects for concessions and public-private partnerships. Another technical cooperation agreement was entered into with Frente Nacional de Prefeitos to identify investment demands in the cities and prepare municipalities to model studies and projects by the private sector. The BNDES will support project structuring and evaluation, suggesting improvements for future long-term financing. IFC will provide best practices in structuring sanitation projects.



FINANCING

Although it is lending less and at a higher cost, there is still a lot the BNDES can do for infrastructure. And Abdib has been working to help that

In January and February 2017, Abdib held meetings with the Board of Executive Officers of the BNDES, including Maria Silvia Bastos Marques, BNDES Chairwoman at the time. The meetings took place at a time of change. The bank's new operating policy increased costs and reduced the loan budget. Law 13,483/2017, enacted in September, introduced a new fee, at higher costs, for financing granted by the bank. Abdib prepared a document for the BNDES arguing that the introduction of the new operating policy should include a transition phase in order to preserve the legal security and expectations of investing companies.

But the BNDES has a role that goes beyond providing credit only. Both former President, Maria Silvia Bastos Marques, and the current President, Paulo Rabello de Castro, emphasized the BNDES' ongoing privatization programs at the meetings held at Abdib in 2017. At the meetings, Abdib supported the BNDES' initiatives related to the coordination of studies to identify models of private participation in basic sanitation, natural gas, public lighting and energy distribution.



PROGRAMS AND ACTIVITIES THAT ABDIB ADRESSED IN 2017

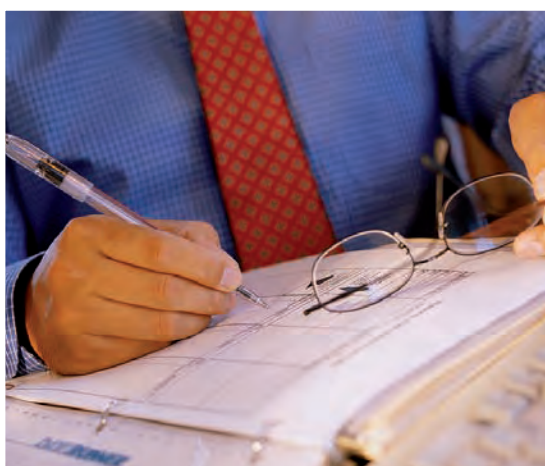
FINANCING

The funding model backed by corporate guarantees has run out. The rise of new investor profiles in infrastructure has turned non-recourse project finance into a necessity

Since 2015, Brazil's long-term financing industry has been undergoing transition from a model that relied mainly on the BNDES and other public banks to a new, more diversified model with increased participation of the private financial sector and the capital market. In this context, public authorities, financial institutions, insurers and investors are becoming increasingly aware of how imperative it is to begin financing investments with non-recourse project finance, based on collateral other than corporate guarantees.

Given the limited availability of corporate guarantees and the fact that financial institutions are not willing to waive them, Abdib has decided to create a solution to allow the use of non-recourse project finance. Led by insurance companies, reinsurance companies and insurance brokers, an initiative has been conceived and is now being tested with lenders and insurers. The solution includes intensive monitoring during the construction phase and policies with guarantees to investors, granting authorities and lenders. The package also requires more quality studies and more efficient risk distribution.

In addition to insurance companies, this effort involved public and private banks, law firms, the BNDES, the Brazilian Guarantees and Fund Managements Agency (ABGF), the Investment Partnership Program (PPI) and the Ministries of Finance and Planning.



LEGISLATIVE AGENDA

The processing of important matters to improve regulations and increase legal security for investments has been marked by stop-start progress in the Executive and Legislative branches

In view of a scenario still marked by political instability, 2017 was not one of the best years to proceed with a number of important legislative matters aimed to develop investments in infrastructure. However, it was not a lost year either.

In 2017, rules were issued to create alternatives for transport concession contracts that faced imbalance due to various problems, such as economic downturn, a significant drop in demand, lack of long-term financing and delays in environmental licensing. Abdib took part in advancing discussions for the creation of a general environmental licensing law.

Waiting for the vote of congressmen and senators, the infrastructure agenda for 2018 is extensive. Issues related to changes in the environmental licensing rules, regulatory agencies and public bidding, natural gas and telecommunications are pending before the National Congress at a different stage of progress. In 2018, the House of Representatives is expected to receive new Bills on utility service privatizations and regulatory changes in the electricity, oil and basic sanitation areas. These matters are being monitored by Abdib.



INTERNATIONAL RELATIONS

Abdib interacts with foreign trade missions focusing not only on bilateral investments, but also on learning the best practices related to common problems shared by other countries

Funding costs, lack of good projects, difficulties related to presentation and guarantees, speed in obtaining licenses and authorizations. Some of the infrastructure investment problems observed in Brazil have already been solved or are shared by other countries. For this reason, Abdib's guideline is to increase the interaction with other countries in order to seek the best practices in overcoming common obstacles.

The United States, Canada, South Korea, the United Kingdom and Turkey were part of the international relations agenda, which also included interactions within the scope of the BRICS Business Council, a corporate initiative operating together with the governmental initiatives of the BRICS authorities.



INSTITUTIONAL RELATIONS

The meetings were held to answer questions from executives, ranging from structural reforms to restructuring processes of large investing companies

Abdib's calendar includes a number of meetings with public and private agents designed to clarify regulatory and legal changes, connect investors to suppliers and boost businesses and investments.

The August meetings addressed structural reforms. Abdib received Congressman Luiz Carlos Hauly, rapporteur of the special commission created in the Brazilian Congress to study and formulate a tax reform proposal, and experts of the Mattos Filho law firm to discuss the impacts of the recently approved labor reform. Abdib showed its support to the tax reform proposals presented.

Afterwards, the meetings focused on clarifying questions about important state-owned companies that are undergoing restructuring. In October, Abdib received the CEO of Eletrobras, Wilson Ferreira, and the CEO of Sabesp, Jerson Kelman. The executives explained their companies' investment and restructuring plans.



PROGRAMS AND ACTIVITIES THAT ABDIB ADRESSED IN 2017

ELECTRICITY

Energy transmission agents have not yet been able to persuade Aneel to adjust oversight activities based on performance indices. But they are not giving up

In 2014, the electricity regulatory agency changed rules that had been effective since 2006. Since then, two public hearings have been held and two new resolutions with more than 50 articles have been approved. Several meetings were held to try to convince the regulator about the negative impact that the changes bring to energy transmission companies. All of them were in vain.

The companies met at Abdib's Energy Transmission Committee and created a task force to understand the impact of the new rules proposed at public hearings, collect data, run additional cost simulations, analyze arguments to demonstrate that certain measures are excessive and give clear explanations to the regulator.

In addition to trying to avoid overregulation, Abdib suggested a new merit-based regulation model to allow regulators to exercise strict supervision focusing on problematic assets. This would fend off procedures, burdens and unnecessary costs to concessionaires that historically provide good services.



PUBLIC LIGHTING

Abdib's efforts to expand investments in public lighting include the preparation of a risk matrix, studies and projects, successful cases and manuals

Since its installation, in 2017, Abdib's Public Lighting Committee brought together professionals and experts interested in creating public-private partnership (PPP) projects to prepare a broad scenario comprising risks, risk mitigators and the best allocation of risks between public and private agents. The outcome was a matrix that included 72 different risks in six categories that will be a reference to investors, lenders, municipal governments and contract managers.

For reliability reasons and to avoid premature initiatives, Abdib has volunteered to coordinate private sector efforts to prepare studies and projects to improve public lighting systems through PPPs, as long as there is prior approval from the municipal governments, as well as approved terms of reference to establish the essential assumptions of the studies.





OIL AND NATURAL GAS

Brazil has not been able to create a buoyant natural gas market since the end of Petrobras' monopoly of the Brazilian oil sector, in 1997. But new changes are creating more opportunities

Petrobras, which is undergoing restructuring, has already sold and intends to sell assets or significant stakes in the oil and gas industry. This guideline makes way for the beginning of a transition period towards a truly open market, but requires urgent improvements to regulations, currently pending before the Brazilian Congress.

To expand the discussion, Abdib held the seminar *A Hora e a Vez do Gás Natural* (Time of Natural Gas), on December 11th, in São Paulo, attended by 70 people, state and federal public authorities and private agents seeking new investments. In the seminar, Abdib and investors issued a warning about the care that needs to be taken in creating new regulations for natural gas in Brazil, based on transparency, disclosure and equal rights to any company interested in infrastructure. Consequently, new gas suppliers will have stimulus packages and alternatives to increase supply in the Brazilian market.



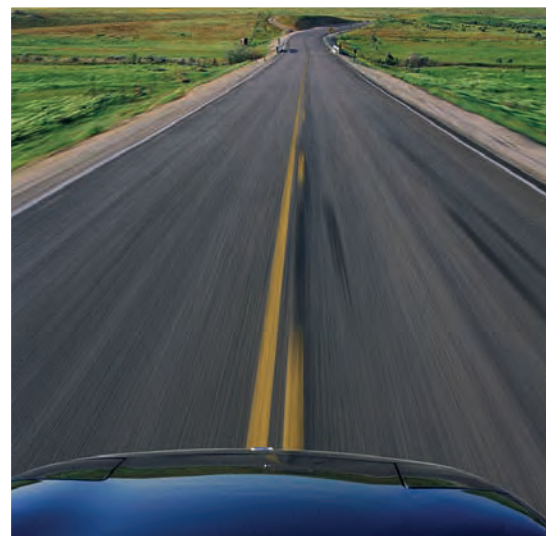
TRANSPORTS

There were successful highway and airport auctions. But the main legacy of 2017 will be unlocking investments listed in federal concession agreements already entered into

In 2017, important highway, airport and port terminal concessions were granted by the federal government and the São Paulo State. Investors with long-term vision will become responsible for hefty investments in and management of said concessions. New tender offers are expected to occur, transferring a larger number of transport assets to the private sector. For experts and investors, the quality of the studies and projects has improved in the last two years. In the federal government, the creation of the Investment Partnership Program (PPI) helps to explain this improvement.

However, in addition to the new concessions, 2017 may leave a positive legacy to Brazil if investments in transport concession agreements already entered into are definitively unlocked. We now have alternatives to resume investments since the enactment issuance of provisional presidential decrees 752/16 (Law 13,448/2017), 779/17 (Law 13,449/2017) and 800/17. Abdib experts have been discussing the regulation of the new laws.

Abdib, through the Highway, Railway, Airport, Port and Urban Mobility Committees, has been monitoring the structural and current agenda of the transportation industry, aiming to both create a healthy environment for long-term investment and offer input to the government on several issues.



PROGRAMS AND ACTIVITIES THAT ABDIB ADRESSED IN 2017

WATER RESOURCES

Abdib takes advantage of the enactment dates of the sanitation and water resources laws to raise awareness about the regulation's legacy. Executives point out difficulties and opportunities

On March 16, 2017, Abdib held the seminar *As Soluções para o Saneamento Básico e os Recursos Hídricos no Brasil* (The Solutions for Basic Sanitation and Water Resources in Brazil), in São Paulo, attended by more than 200 people and federal and state authorities from the Executive and Legislative branches.

In the event, Abdib prepared and disclosed documents that evaluate the legacy of Law 9,433/1997 (Brazilian water resources policy) and Law 11,445/2007 (Brazilian basic sanitation guidelines), which completed 20 and 10 years, respectively, in January 2017. The laws contributed with important innovations and rules that have not yet been fully implemented by the various levels and public administration authorities.

Businessmen and public authorities pointed out the existence of available resources to accelerate investment expansion. Nevertheless, planning is still incipient while legal insecurity is excessive. Municipal jurisdiction makes regulation diffuse, with little standardization. Water losses drain revenues and many state companies have little capacity to invest. On the other hand, executives came to the conclusion that the moment offers opportunities for the private sector to contribute capital and provide management.



BASIC SANITATION

Abdib submitted studies on the recovery of the Pinheiros River and the Billings dam by private operators to the São Paulo government. If successful, this initiative may be a great example to the entire country

On February 16th, Abdib held a ceremony in São Paulo to mark the beginning of the Programa Pinheiros Limpo, which aims to revitalize the Pinheiros River and the Billings dam. Nearly one hundred people attended the ceremony.

The Programa Pinheiros Limpo is supported by the São Paulo State Government, through departments of public companies. If successful, Abdib plans to replicate the model, targeting concessions for cleaning other Brazilian rivers and springs.

Abdib was responsible for raising private funds to model a private concession project comprising implementation, maintenance, operation, management and improvement of water in the Pinheiros River canal. The technical studies and modeling of the project took place in 2017 and were submitted to the São Paulo State Government. The studies offer solutions to gradually improve water quality in the Pinheiros canal and to allow phased pumping of up to 50 m³/s of class 2 water (suitable for human consumption after conventional treatment).





SOLID WASTE

Supported by innovative studies and indicators, professionals in the solid waste industry promote an important agenda. But this is only the beginning

Created more than three years ago at Abdib, the Solid Waste Committee insists, since its inception, on a thesis that has been gathering more support as the studies are presented: the need to create its own revenue to provide environmentally appropriate and financially sustainable urban solid waste services in Brazilian municipalities. Said revenue comes from taxes (when services are provided by governments) or fees (when provided by private concessionaires).

The work of entrepreneurs and business leaders has been to argue with the public authorities from several branches and public administration levels, advocating for the benefits, legality and relevance of the creation of a specific tax or fee sufficient to support investments and finance the urban solid waste management system in Brazil. To support the arguments, the option was to prepare studies by independent academic institutions that compare existing models in other countries, identify investment and landfill operation amounts and analyze the statutory basis for collection.

Of the total waste generated in Brazil, adequate waste disposal increased from 43% to 58% between 2000 and 2016. According to Abdib, Brazil should follow the U.S. model, where private landfills provide services to municipalities and other regional clients. Brazil has room for approximately 400 regional landfills.



INDUSTRIAL POLICY

Terms such as industrial policy, public financing, currency devaluation and local content have been demonized in the past few years. Abdib has insisted on the importance of using them intelligently

In view of the transformation industry's low share in the Brazilian GDP – of nearly 20% in the 80's and approximately 10% nowadays, the lowest share in recent history – Abdib prepared a diagnosis about the problems, challenges and importance of the industry in the economy of an emerging market, such as Brazil.

Over the last two years, the entity has had conversations with business leaders and public authorities regarding a set of proposals to strengthen industrial activities in Brazil, given that the sector is seen as an innovation and economic development driver and a dynamic factor to resume sustainable growth.

It is in this context that Abdib has led discussions on local politics in Brazil, having the oil industry at the center of the debates. Brazilian regulations regarding locally produced goods must focus on strategic sectors, subordinated to medium- and high-level technology sectors, with predetermined targets and terms in order not to burden the economy.



PROGRAMS AND ACTIVITIES THAT ABDIB ADRESSED IN 2017

FINANCING AND GUARANTEES SEMINAR

Abdib advocates a proposal to enable non-recourse project finance and create financial alternatives for infrastructure

On May 23, Abdib held the Financing and Guarantees for Infrastructure Seminar. The panels discussed the financing and structuring of guarantees for infrastructure investments, and had the participation of public and private managers, investors, public and private banks, insurance companies, insurance and reinsurance brokers.

The speakers pointed out critical factors to mitigate risks and mechanisms that provide investors access, under competitive conditions, to both internal and external funding sources. Some of the matters addressed at the Seminar were the role of public banks and investment funds, as well as foreign exchange hedge mechanisms and guarantees in the completion phase.



CORPORATE EDUCATION

Despite the adversities arising from the economic crisis and the lack of time, Abdib's continuing education program offered five new courses in 2017

Educorp, Abdib's continuing education program aimed at the infrastructure sector, restructured the courses content and format in 2017, identifying topics of greater interest to the market and organizing affordable courses that fit students' schedule.

Based on this guideline, EduCorp offered five courses in 2017 – two on infrastructure financing, two on infrastructure insurance and one on basic sanitation. For 2018, extension and short-term courses comprise topics such as strategic arbitration management, concession and PPP projects, project finance and infrastructure financing, public lighting management, basic sanitation, environmental licensing, infrastructure insurance and guarantees and intelligent energy systems.





WORLD WATER FORUM

By hosting the eight edition of the event, Brazil wants to build a legacy on the best practices in water resources management

Abdib will be part of the organization of the 8th edition of the World Water Forum – the first of which hosted in Morocco in 1997 – in Brasília, Federal District, from March 18 to 23, 2018. The topic – “Sharing Water” – will combine the knowledge and experience of several players - society, public sector, academic sector and private sector to disseminate information, engage public and private agents and provide solutions regarding the shared and sustainable management of water resources. Brazil expects to receive approximately 40,000 people from all over the world and more than 60 heads of state are expected to attend the event.

Abdib’s relationship with the event is old. The entity actively participated in the last to editions of the World Water Forum – in Marseille, France in 2012 and in Daegu and Gyeongju, South Korea in 2015.



COMMUNICATION

Abdib intensified communication activities in five different channels and has been discussing the possibility to create a comprehensive plan that meets the needs of the infrastructure sector with different companies

In 2017, Abdib strengthened the strategy of diversifying communication initiatives to send information, thesis papers, opinions and proposals to various stakeholders through simultaneous channels and platforms. It improved communications through information on social media and digital newsletters – the latter was divided into member and non-member recipients. It also created a workshop calendar and made statements to the press.

In a difficult year to discuss matters off the economic and political crisis agenda, Abdib prepared documents addressing the law’s legacy on basic sanitation and water resources, infrastructure financing proposals and analyses of the public and private investment participation in infrastructure in Brazil and in emerging and developed markets in all continents.



PROGRAMS AND ACTIVITIES THAT ABDIB ADRESSED IN 2017

INFRASTRUCTURE INVESTMENTS

The worst figure in recent history

In 2017, according to Abdib estimates, the infrastructure sector received investments of 1.5%/GDP, even less than in 2016, which had already reached a negative record.

The amount calculated by Abdib includes public and private investments in electricity, transports, telecommunication and basic sanitation.

In 2018, infrastructure investments should remain in line with the average recorded in 2016 and 2017.

The private sector has accounted for more than 60% of infrastructure investments this decade, reaching approximately 70% in 2017.

According to Abdib, Brazil needs to invest R\$300 billion/year in infrastructure, equivalent to 5% of the GDP, over the course of a decade, if it plans to provide conditions for the country's entry in the world economy and to improve the quality of life of the population.



WORK COMMITTEES

2018 elections and Abdib committees' work

In 2018, Brazil will hold elections for the federal and state governments. Voters will choose the new President, governors, senators, congressmen and state and district legislators.

In order to prepare for the necessary discussion of diagnosis, ideas and proposals, Abdib renewed the composition of its Board of Directors, Advisory Council and its 20 committees, of which five are matrix-based and 15 are industry-oriented.

The committees are the basis for the organization and production of knowledge of an institution as Abdib. Over the years, they have given credibility and dynamism to the diagnosis, infrastructure development and basic industries in Brazil.

The committees, advised by the Board of Directors and supported by the Advisory Council and well-defined work plans, will be responsible for preparing proposals that contribute to the resumption of infrastructure investments.

Sustainability Committee:

Find solutions for the following problems: legal insecurity (need for a federal law that provides a foundation for the environmental licensing process in order to reduce judicialization), environmental law (disseminated and based on non-statutory regulations), environmental data (lack of environmental information and cooperation between competent authorities), intervening authorities (compensation not related to the environmental impacts caused by the project, but aimed at meeting institutional needs not met by the State) and concessions (contributions to public hearings and consultations).

Financing and Guarantee Committee:

Analyze the funding sources to invest in infrastructure projects, identify limitations for their use and suggest guarantees to mitigate operational risks.

International Relations Committee:

Evaluate and propose initiatives and make recommendations on foreign trade matters and the inclusion of infrastructure companies and basic industries abroad.



Airports Committee:

Suggest initiatives and proposals for existing and future airport concessions and discuss these topics with public authorities.

Railways Committee:

Evaluate and propose initiatives and make recommendations to expand the participation of railways in the country's transportation matrix, as well as suggest actions that result in investments in existing railways – by extending the agreements in effect – and expand railways – with new concessions – in order to increase efficiency in the transportation industry, reducing logistics costs, and fostering the productive sector (users, direct and indirect suppliers of the railway sector).

Urban Mobility Committee:

Evaluate and propose solutions for the creation of an independent public institution, in the form of a metropolitan transport authority, whose main task is to define public policies and guidelines for the development and management of the transportation system of large metropolitan regions.

Roads Committee:

Evaluate and propose solutions and make recommendations with a view to allow concessions and public-private partnerships to implement, duplicate, maintain and operate the road system.

Water Resources and Basic Sanitation Committee:

Point out ways that may contribute to increase the sharing of basic sanitation services between public and private partners, focusing on making services available to the entire population; taking into consideration the new political and institutional scenario and taking advantage of the innovations proposed by Law 13,334/2016 (Investment Partnership Program - PPI).

Solid Waste Committee:

Suggest actions and proposals for the problems and obstacles faced by the industry and that could be submitted to authorities, in order to represent the industry needs.

Public Lighting Committee:

Evaluate, propose and create solutions to promote PPPs designed to improve public lighting – and other related functionalities – in Brazilian municipalities.

Oil and Gas Committee:

Propose and support initiatives that ensure the full development of the oil and natural gas industry and, consequently, provide opportunities for the implementation of infrastructure projects.

Industry Committee:

In view of the decline of the manufacturing industry's share in the GDP and the new technological models, such as indústria 4.0, the committee will evaluate the Brazilian production structure regarding its competitiveness and productivity so that the sector can become once again a central player in Brazil's economic and social development based on successful international experiences.



ATIVIDADES REALIZADAS EM 2017

JANEIRO

19 de janeiro. Empresários do Conselho de Administração da Abdib se reúnem para discutir assuntos para encontro subsequente com a presidente e os diretores do BNDES no dia 3 de fevereiro, no Rio de Janeiro. Foram avaliados aspectos da nova política operacional e ações para prover financiamento na modalidade project finance sem garantias corporativas.

25 de janeiro. Edson Carneiro, coordenador-executivo do Comitê de Transmissão de Energia, e José Maria de Paula Garcia, diretor de Comitês Temáticos, participam de reunião no Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel), da Eletrobras, para avaliar o potencial de aumentar a interação entre o Operador Nacional do Sistema (ONS), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e os agentes do mercado nas tarefas de operação, manutenção e regulação por meio de sistemas, bancos de dados e tecnologia da informação.

FEVEREIRO

02 de fevereiro. Abdib realiza reunião do Comitê de Transmissão de Energia, em São Paulo, para discutir impactos de normas regulatórias que aumentam penalidades aos transmissores e que estabelecem requisitos para atividades de manutenção e monitoramento das instalações.



02 de fevereiro. A Abdib promove reunião para avaliar o potencial do mercado brasileiro para instrumentos financeiros relacionados à redução de emissões de carbono com participação de Justine Leigh-Bell, diretora de Desenvolvimento de Mercado da Climate Bonds Initiative, representantes de empresas associadas e consultores.

03 de fevereiro. A Abdib participa de reunião com a presidente do BNDES, Maria Silvia Bastos Marques, e os demais diretores e superintendentes da instituição de fomento, com o objetivo de avaliar a política operacional do banco para a infraestrutura e oportunidades para melhorar as condições de financiamento para o setor.

08 de fevereiro. A Abdib promove encontro com diretores e gestores de programas de educação corporativa das empresas associadas com o objetivo de detectar demandas e estabelecer diretrizes para o EduCorp, programa de educação continuada da Abdib.



09 de fevereiro. Abdib promove reunião do Comitê Legal e Tributário para discutir aspectos do Programa de Regularização Tributária e estratégia de acompanhamento dos trabalhos da Comissão Especial para Reforma Tributária e do projeto de reforma do Pis e Cofins.

14 de fevereiro. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) reúne os grupos de ambiente de negócios, de educação básica e de agronegócio na Escola Nacional de Administração Pública (Enap), em Brasília. O ministro Eliseu Padilha, da Casa Civil, conversou com os conselheiros pela manhã, entre eles Ralph Lima Terra, vice-presidente-executivo da Abdib, que representa a entidade nas discussões sobre ambiente de negócios.

15 de fevereiro. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) reúne os grupos de trabalho sobre desburocratização e sobre produtividade e competitividade na Escola Nacional de Administração Pública (Enap), em Brasília. O ministro Dyogo Oliveira, do Planejamento, participou de almoço com os conselheiros, entre eles Ralph Lima Terra, vice-presidente-executivo da Abdib, que representa a entidade nas discussões sobre desburocratização.

15 de fevereiro. A Abdib promove debate sobre fontes de financiamento para a retomada de investimentos na infraestrutura. O encontro conta com palestra do professor Fernando Fleury, coordenador do Curso de Project Finance do EduCorp, programa de educação continuada da Abdib.



16 de fevereiro. A Abdib promove cerimônia para marcar o início do Programa Pinheiros Limpo, cujo objetivo é a qualificação ambiental do rio paulistano e da Represa Billings a partir de uma iniciativa da Abdib e da Companhia Paulista de Desenvolvimento (CPD), que assinaram um termo de cooperação técnica para promover estudos e projetos para fomentar concessões em infraestrutura.

16 de fevereiro. A Abdib promove reunião do Comitê de Geração de Energia para discutir temas como o leilão de desconstrução de energia elétrica conduzido pela Aneel, as contribuições da Abdib para a audiência pública que re-



gula compartilhamento de infraestrutura do setor elétrico e com outros setores e o perfil desejável dos projetos a serem contratados em leilões de reserva.



17 de fevereiro. Venilton Tadini e Ralph Lima Terra, respectivamente presidente-executivo e vice-presidente-executivo da Abdib, participam de reunião do Fórum Nacional da Indústria da CNI, em São Paulo.

17 de fevereiro. Venilton Tadini e Ralph Lima Terra, respectivamente presidente-executivo e vice-presidente-executivo da Abdib, participam de reunião com Dyogo Oliveira, ministro do Planejamento, no escritório do BNDES, em São Paulo, para discutir a agenda de financiamento da infraestrutura.

22 de fevereiro. Abdib realiza reunião do Comitê de Resíduos Sólidos para discutir, entre outros assuntos, os impactos da inadimplência do setor público com empresas privadas prestadoras de serviços de limpeza urbana e resíduos sólidos.



22 de fevereiro. Ralph Lima Terra, vice-presidente-executivo da Abdib, participa da reunião do Conselho de In-

fraestrutura (Coinfra) da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para discutir temas importantes da infraestrutura e aspectos do PLS 559/2013, que altera a Lei de Licitações.

22 de fevereiro. Abdib realiza reunião do Comitê Financiamento e Garantias para discutir, entre outros assuntos, o escopo da Wiz Soluções na cobertura de riscos especiais na infraestrutura, diretrizes para instituir o project finance non recourse, formas de incentivar a emissão de debêntures e o potencial dos regimes próprios de previdência social e seguradoras para infraestrutura.



24 de fevereiro. José Maria Garcia, diretor de Comitês Temáticos da Abdib, participa de reunião com o superintendente da Superintendência de Regulação dos Serviços de Transmissão (SRT), José Moisés Machado da Silva, na sede da Aneel, para discutir aspectos das resoluções 729, 270 e 669.

MARÇO

07 de março. Abdib promove reunião do Comitê de Transmissão de Energia, em São Paulo, para discutir, entre outros temas, ações realizadas para restringir impactos negativos de normas regulatórias que intensificam penalidades às empresas de transmissão de energia. O tema é alvo de um trabalho de longo prazo realizado por uma força-tarefa entre Abdib e Abrate.



08 de março. Venilton Tadini, presidente-executivo da Abdib, participa de reunião do Conselho Superior de Infraestrutura (Coinfra) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Na pauta, entre outros temas, há apresentação de Wilson Poit, secretário de Desestatização e Parcerias da Prefeitura de São Paulo, sobre o programa de privatizações da capital paulista.

09 de março. Abdib promove reunião do Comitê Legal e Tributário, em São Paulo, para discutir, entre outros temas, o conteúdo da MP 766/2017, que institui o Programa de Regularização Tributária (PRT), e dos projetos de lei que pretendem alterar regras da Lei de Licitações (PL 6.814/2017, na Câmara dos Deputados, antigo PLS 559/2013, aprovado no Senado Federal).

09 de março. Abdib promove reunião do Comitê de Sustentabilidade, em São Paulo, para analisar a proposta do governo federal para estabelecer uma Lei Geral do Licenciamento Ambiental.



16 de março. A Abdib promove o seminário "As Soluções para o Saneamento Básico e os Recursos Hídricos no Brasil" em São Paulo com a presença de autoridades dos governos federal, estaduais e municipais, além de presidentes de empresas públicas e privadas e de especialistas do setor.



16 de março. Abdib realiza reunião do Comitê de Geração de Energia para discutir, entre outros assuntos, aspec-



ATIVIDADES REALIZADAS EM 2017

tos referentes ao planejamento do setor elétrico e os impasses sobre a descontração de energia elétrica.



21 de março. Abdib realiza reunião para discutir contribuições para a Medida Provisória 752/2016 que aborda sobre prorrogação antecipada e relicitação dos contratos de concessão em setores como aeroportos, rodovias e ferrovias.



21 de março. Ralph Lima Terra, vice-presidente-executivo da Abdib, participa do workshop Desafios e Oportunidades em Ações Coletivas de Combate à Corrupção, organizado pela Rede Brasil do Pacto Global da ONU em parceria com United Nations Global Compact. O encontro é a primeira atividade dentro do Collective Action Projects, cujo objetivo principal é implantação de uma plataforma de aprendizado e diálogo para combate à corrupção no setor privado.

24 de março. Conselheiros da Abdib recebem Dyogo Oliveira, ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para debater sobre a situação econômica e ações do governo federal

para retomar o crescimento. A pauta do encontro também inclui a apresentação do termo de referência do Observatório da Infraestrutura, projeto da Abdib em fase de desenvolvimento que será fonte de informação para o planejamento e para a definição de projetos de infraestrutura.



28 de março. Venilton Tadini, presidente-executivo da Abdib, participa do I Fórum Canadá-Brasil de Infraestrutura, realizado pelo Consulado Geral do Canadá, no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, no qual é moderador de um painel para discutir a realidade no setor de infraestrutura brasileiro e comparar o desenvolvimento de projetos de PPPs no Brasil e no Canadá.

28 de março. Ralph Lima Terra, vice-presidente-executivo da Abdib, participa da apresentação da Agenda Legislativa da Indústria 2017, documento elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) com 131 propostas em discussão no Congresso Nacional.

29 de março. Abdib promove reunião de empresários brasileiros com comitiva de autoridades e empresários canadenses, liderada por Mark Romoff, presidente do Canadian Council for PPP, em parceria com o Consulado Geral do Canadá, para discutir as experiências dos dois países na superação de entraves no desenvolvimento de projetos de infraestrutura.



29 de março. Ralph Lima Terra, vice-presidente-executivo da Abdib, participa de reunião do Conselho de Infraestrutura (Coinfra) da Confederação Nacional da Indústria (CNI) na qual foram discutidas questões referentes ao plano de renovação de concessões e as perspectivas para o sistema ferroviário nacional.

29 de março. Abdib realiza reunião do Comitê de Resíduos Sólidos para discutir aspectos de uma norma regulamentadora do Ministério do Trabalho para o setor de limpeza urbana e o Projeto de Lei 2.289/2015, que prorroga o prazo para disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos.

30 de março. Empresários da Abdib recebem a presidente do BNDES, Maria Sílvia Bastos Marques, além de diretores do banco de fomento, para discutir a política operacional do BNDES e propostas para o financiamento dos investimentos de infraestrutura.

ABRIL

06 de abril. Integrantes do Comitê de Transmissão de Energia avaliaram um conjunto de assuntos considerados estruturantes e prioritários pelas empresas, como a adoção ou não de licença ambiental prévia ao leilão de novos ativos, atualização sistemática do banco de preços da Aneel e carga tributária incidente sobre o setor elétrico, entre outros.



06 de abril. Em Brasília, Abdib participa da primeira reunião do Comitê Organizador Nacional do Fórum Mundial da Água, que será realizado no Brasil em março de 2018. Pela Abdib, estiveram presentes Venilton Tadini (presidente-executivo), Ralph Lima Terra (vice-pre-



sidente-executivo), Nivaldo Tetti (diretor administrativo e financeiro) e Rosolêa Miranda Folgosi (representante legal).

12 de abril. Cintia Torquetto, coordenadora de Eventos e Relações Institucionais, e Dráusio Barreto, coordenador-executivo do Comitê de Resíduos Sólidos da Abdib, participam de reunião da Frente Parlamentar em Defesa da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, em Brasília.

12 de abril. Abdib realiza debate sobre Mobilidade Urbana e Novas Tecnologias com apresentações de Osvaldo Gogliano Sobrinho, coordenador do Curso de Mobilidade Urbana do EduCorp, programa de educação corporativa da Abdib, e de Arnaldo Pereira, membro do Conselho Fiscal da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) e secretário-executivo da Comissão Sistemas Inteligentes de Transportes (ITS).

13 de abril. Em reunião realizada na sede da Abdib, integrantes do Comitê Legal e Tributário avaliam diversos temas de âmbito tributário, entre eles a Medida Provisória MP 766/2017, que institui o Programa de Regularização Tributária (PRT).



19 de abril. Abdib realiza a primeira reunião do Comitê de Iluminação Pública, cujos objetivos são contribuir para superar as dificuldades enfrentadas pelos municípios para desenvolver PPPs nesse setor, fortalecer a governança e

a regulação entre os parceiros público e privado e viabilizar alternativas de financiamento e de constituição de garantias dos projetos.



19 de abril. A Abdib sedia reunião da seção brasileira do Conselho Empresarial do BRICS, coordenado pela CNI, para discutir o papel, o funcionamento e sugestões para o Novo Banco de Desenvolvimento (New Development Bank).



20 de abril. Empresários do Comitê de Geração de Energia debatem assuntos regulatórios e de planejamento energético de interesse das concessionárias. Uma das preocupações é a execução de estudos básicos de usinas hidrelétricas e as regras de ressarcimento após a realização do leilão de concessão.

25 de abril. Venilton Tadini, Ralph Lima Terra e Igor Rocha, respectivamente presidente-executivo, vice-presidente-executivo e diretor de Planejamento e Economia da Abdib, participaram de reunião com diretores do BNDES - Claudia Prates (Indústria e Serviço e Indústrias de Base) e Claudio Coutinho (Crédito, Financeira e Internacional) - na sede do banco, no Rio de Janeiro, para

apresentar detalhes do Plano Nacional de Reindustrialização (PNR) e do Observatório da Infraestrutura, ambas iniciativas da Abdib.

26 de abril. O coordenador do Comitê de Iluminação Pública da Abdib, Miguel Noronha, participou do Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, organizado pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP), para discutir políticas para iluminação pública.



26 de abril. O presidente-executivo da Abdib, Venilton Tadini, participou da abertura da 2ª reunião de consulta às partes interessadas envolvidas no Fórum Mundial da Água no Brasil cujo objetivo é contribuir na formatação dos painéis temáticos - cerca de cem, sobre nove temas - que vão compor o evento global.



27 de abril. O presidente-executivo da Abdib, Venilton Tadini, participou do Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, organizado pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP), para investimentos em infraestrutura nos municípios por PPPs e concessões.



ATIVIDADES REALIZADAS EM 2017

MAIO

03 de maio. Venilton Tadini e Ralph Lima Terra, respectivamente presidente-executivo e vice-presidente-executivo da Abdib, participam de reunião na Finep para apresentar o escopo do Observatório da Infraestrutura, iniciativa da entidade, em fase de desenvolvimento, cuja função é ser fonte de informação de referência para o planejamento e para a definição de projetos de infraestrutura.

03 de maio. Integrantes do Comitê de Resíduos Sólidos da Abdib promovem reunião para discutir temas como negociações salariais coletivas, atualização de indicador de qualidade do setor, modelos de contratação e arrecadação específica para custear a prestação de serviços de limpeza urbana e resíduos sólidos.



04 de maio. Abdib realiza reunião do Comitê de Transmissão de Energia da entidade para discutir, entre outros temas, o processo de atualização do banco de preços da Aneel utilizado nos processos de autorização, licitação e revisão tarifária das concessionárias de transmissão de energia elétrica. O encontro também contou com participação de Álvaro Fleury, diretor do Operador Nacional do Sistema (ONS), que explicou detalhes de proposta do órgão sobre Liquidação Simplificada dos Encargos de Uso da Transmissão.



09 de maio. Igor Rocha, diretor de Planejamento e Economia da Abdib, participa do Fórum de Cooperação Industrial Brasil-Coréia, no qual explica perspectivas para os setores de infraestrutura no Brasil.



12 de maio. Venilton Tadini e Ralph Lima Terra, respectivamente presidente-executivo e vice-presidente-executivo da Abdib, participam de reunião do Fórum Nacional da Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para discutir, com parlamentares, aspectos das reformas trabalhista, tributária e previdenciária.

16 de maio. Integrantes do Comitê de Petróleo e Gás Natural da Abdib avaliam, em reunião na sede da entidade, em São Paulo, questões de planejamento, regulação e de viabilidade financeira para a inserção do gás natural na matriz elétrica, com contribuição de Flávio Chiesa, diretor técnico da UEC Araucária, que fez uma apresentação sobre a importância da geração térmica a gás natural para o desenvolvimento da cadeia produtiva do insumo no Brasil.



16 de maio. O vice-presidente-executivo da Abdib, Ralph Lima Terra, participa do segundo ciclo de reuniões dos grupos de trabalho do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), entre 16 e 17 de maio.



18 de maio. Em reunião do Comitê de Iluminação Pública, empresários discutem ações para desenvolver investimentos na área de iluminação pública nos municípios por meio de parcerias público-privadas (PPPs).



18 de maio. O Comitê de Geração de Energia analisa sugestões das empresas associadas para aperfeiçoar no modelo do setor elétrico e as regras vigentes para a elaboração de estudos para hidrelétricas, entre outros assuntos.

23 de maio. Abdib promove o seminário Financiamento e Garantias para a Infraestrutura, em São Paulo, com a participação de 350 pessoas e presença dos ministros Dyogo Oliveira (Planejamento) e Henrique Meirelles (Fazenda), além de executivos de instituições públicas e privadas do mercado financeiro.





25 de maio. Abdib promove reunião do Comitê Legal e Tributário para discutir, entre outros assuntos, a evolução do Programa de Regularização Tributária (PRT), instituído pela Medida Provisória 766/2017.

25 de maio. Abdib realiza reunião do Comitê de Ética para avaliar o atual estágio do processo de adesão das empresas associadas ao Código de Conduta e Governança Interna e a oportunidade de criar um selo de incentivo à ética empresarial, além de outros temas.

31 de maio. Abdib promove reunião do Comitê de Resíduos Sólidos para discutir, entre outros temas, aspectos econômicos e financeiros para investimentos em aterros sanitários e modelos de contratação para o setor.

JUNHO

01 de junho. Abdib realiza reunião do Comitê de Transmissão de Energia para discutir propostas para aperfeiçoar a regulação do setor elétrico. O encontro contou com a participação de Caroline Monteiro Mattar, gerente de Contratação de Uso e Serviços da Transmissão, que apresentou proposta do Operador Nacional do Sistema (ONS) para aprimorar o processo de acesso, de contratação da conexão e de uso dos sistemas de transmissão.



02 de junho. Ralph Lima Terra, vice-presidente-executivo da Abdib, e Nivaldo Tetti, diretor Administrativo e Financeiro da entidade, participam de encontro da Rede de Recursos Hídricos na Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

05 de junho. Venilton Tadini, presidente-executivo da Abdib, participa do Seminário Obras Públicas em Tempos de

Crise, organizado pela FGV Projetos no Rio de Janeiro sob coordenação do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Benjamin Zymler.

08 de junho. Abdib promove reunião do Comitê Legal e Tributário, na sede da Abdib, em São Paulo, para avaliar, entre outros assuntos, o programa de regularização tributária instituído pela MP 783/2017.



08 de junho. O presidente-executivo da Abdib, Venilton Tadini, participa do Fórum PPPs e Concessões, realizado pela revista Exame, em São Paulo, para discutir financiamento e garantias para os projetos com participação privada.



13 de junho. Abdib realiza a primeira reunião do Grupo de Trabalho Licitações e Contratos Administrativos, cujo objetivo é elaborar propostas para as regras de contratação por parte da administração pública.

14 de junho. A convite do ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, Venilton Tadini e Ralph Lima Terra, respectivamente presidente-execu-

tivo e vice-presidente-executivo da Abdib, participam de reunião em São Paulo para discutir soluções na área de seguro de risco cambial para projetos de infraestrutura, com participação de representantes de diversos especialistas de empresas públicas e privadas.

19 de junho. Acompanhados de dez executivos de empresas associadas da Abdib, Edson Carneiro, coordenador-executivo dos comitês de Geração e Transmissão de Energia da Abdib, e José Maria Garcia, diretor de Comitês Temáticos, participam de reunião com o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Luiz Augusto Nobrega Barroso, para discutir mudanças na concepção do plano que norteia a expansão do setor de energia elétrica.

21 de junho. Executivos do Goldman Sachs Brasil apresentam a experiência global e regional da instituição financeira na estruturação de financiamentos na modalidade *project finance non recourse* na infraestrutura em reunião do Comitê de Financiamento e Garantias da Abdib.

22 de junho. Abdib promove reunião do Comitê de Geração de Energia, na sede da Abdib, em São Paulo, para avaliar sugestões da Abdib para estudos que têm o objetivo de modernizar o modelo do setor elétrico, em discussão em âmbito governamental.



22 de junho. Em reunião do Comitê de Iluminação Pública da Abdib, empresários avaliam riscos para a implantação dos projetos no setor, com participação de Victor Hugo Corrêa Costa, responsável pelo desenvolvimento do programa Ilumina SP do governo paulista.

29 de junho. A Abdib promove palestra sobre inovações no setor de logística portuária, com a participação de



ATIVIDADES REALIZADAS EM 2017

Rui Carlos Botter, professor doutor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo



rio Concessões de Rodovias: Nova Modelagem, Soluções e Financiamento, em São Paulo.



JULHO

05 de julho. Abdib promove reunião do Comitê de Transmissão de Energia, desta vez em Brasília, para debater assuntos como compartilhamento de instalações de telecomunicações entre transmissoras; aperfeiçoamento de norma sobre fiscalização e operação de ativos (Resolução 729/2016); monitoramento de manutenção de faixas de servidão e banco de preços de referência da Aneel.

07 de julho. Abdib recebe o presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Grillo, para conhecer e discutir os aspectos do Projeto Legado, desenvolvido pela ANA e pelos integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).



07 de julho. Igor Rocha, diretor de Planejamento e Economia da Abdib, defende medidas para ampliar o investimento em rodovias via concessões no Seminário

17 de julho. Os integrantes do Comitê de Petróleo e Gás da Abdib realizam reunião com o secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix Carvalho Bezerra, na sede da entidade, em São Paulo, para debater assuntos como reformas regulatórias no momento de abertura do mercado, estímulo para harmonizar regulações estaduais e federal, desenvolvimento da demanda por gás natural e sinergia entre setores elétrico e de gás.



20 de julho. Integrantes do Comitê de Geração de Energia da Abdib analisam detalhes da nota técnica proposta pelo Ministério de Minas e Energia para aperfeiçoar o margo regulatório do setor elétrico.



20 de julho. Abdib promove reunião do Comitê de Iluminação Pública para discutir oportunidades de investimento e riscos de execução de contratos no mercado de PPPs municipais.



20 de julho. Abdib promove nova reunião do Grupo de Trabalho Combate à Corrupção na Causa, com a presença de associados da Abdib e de representantes do Ministério da Transparência.



21 de julho. Venilton Tadini e Ralph Lima Terra, presidente-executivo e vice-presidente-executivo da Abdib, participam de nova reunião, em São Paulo, a convite do ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, com participação de representantes de diversos especialistas de empresas públicas e privadas, para discutir uma solução da ABGF sobre precificação de risco de proteção cambial.

24 de julho. Venilton Tadini e Ralph Lima Terra, respectivamente presidente-executivo e vice-presidente-executivo da Abdib, participam de reunião com Pedro Parente, presidente da Petrobras, para discutir as ações institucionais da Abdib e perspectivas no setor petrolífero.

25 de julho. Venilton Tadini e Ralph Lima Terra, respectivamente presidente-executivo e vice-presidente-executivo



da Abdib, participam de reunião com Wilson Poit, para discutir ações para promover investimentos em infraestrutura e negócios na capital paulista.

26 de julho. Comitê de Resíduos Sólidos da Abdib se reúne na sede da entidade, em São Paulo, para discutir temas como a sustentabilidade financeira para a prestação de serviços e um sistema de acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos municípios.



03 de agosto. Empresários do Comitê de Transmissão de Energia debatem impactos de mudanças em resoluções da Aneel e as modificações no marco regulatório do setor elétrico proposto pelo Ministério de Minas e Energia

07 de agosto. Abdib recebe o Deputado Federal Luiz Carlos Hauly, relator da comissão especial criada no Congresso Nacional para estudar e formular uma proposta de reforma tributária.



nheiro Franco, diretor-presidente da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantia (ABGF) e de Marcio Holland de Brito, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV).



10 de agosto. Venilton Tadini, presidente-executivo da Abdib, participa do 5º Fórum Nacional de Infraestrutura e Logística, em São Paulo, para discutir como o Brasil pode aumentar a produtividade por meio de ganhos logísticos e quais investimentos são necessários para a diminuição do custo Brasil.



AGOSTO

01 de agosto. Abdib recebe comitiva de empresários do setor de infraestrutura e autoridades do governo britânico para avaliar caminhos para impulsionar a carteira de negócios e investimentos entre Reino Unido e Brasil.



02 de agosto. Frederico Turolla, especialista em regulação de mercados de infraestrutura, profere palestra na Abdib para apresentar o contexto e os acontecimentos que vão orientar as aulas do novo curso do EduCorp, programa de educação corporativa da Abdib, que trata sobre negócios em Saneamento.



07 de agosto. Venilton Tadini e Ralph Lima Terra, presidente-executivo e vice-presidente-executivo da Abdib, participam de reunião, em São Paulo, com ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, e integrantes da equipe do Ministério do Planejamento, para discutir um termo de cooperação técnica para o desenvolvimento do Observatório da Infraestrutura e para avaliar as regras da Medida Provisória 777/2017.

08 de agosto. O presidente-executivo da Abdib, Venilton Tadini, participa de audiência pública para discutir os termos e impactos da MP 777/2017, que instituiu a Taxa de Longo Prazo (TLP) a partir de 1º de janeiro de 2018, substituindo a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).



09 de agosto. Abdib promove reunião do Comitê de Financiamento e Garantias para discutir seguro e mitigação de riscos para variação cambial em investimentos em infraestrutura com a participação de Marcelo Pi-

15 de agosto. Abdib promove reunião de Assembleia Geral Ordinária para eleger novos integrantes para o Conselho de Administração e para o Conselho Consultivo da entidade.



ATIVIDADES REALIZADAS EM 2017

16 de agosto. A Abdib promove o lançamento comercial do 8º Fórum Mundial da Água para empresas e instituições interessadas no maior evento mundial sobre água.



17 de agosto. O Comitê de Geração de Energia da Abdib se reúne para discutir, entre outros assuntos, as contribuições da entidade para o processo de revisão do marco regulatório, em fase de consulta pública.

17 de agosto. Ocorre, na sede da Abdib, em São Paulo, reunião do Comitê Organizador Nacional do 8º Fórum Mundial da Água.

22 de agosto. Abdib promove debate sobre reforma trabalhista com a participação dos sócios do escritório Mattos Filho.



24 de agosto. Com palestra do professor Fernando Fleury, a Abdib lança nova turma do curso de *project finance* do Educorp, programa de educação corporativa da entidade.



24 de agosto. Abdib promove nova reunião do Comitê de Iluminação Pública para avançar na análise da matriz de riscos para a implantação de projetos de modernização de sistemas de iluminação pública em municípios por meio de contratos de parcerias público-privadas e debater premissas para a Abdib produzir projeto-piloto para a participação privada no setor.



29 de agosto. Venilton Tadini, presidente-executivo da Abdib, participa da abertura de seminário sobre tendências da arbitragem no Brasil e no mundo or-

ganizado pelos escritórios Leite, Tosto e Barros e Allen & Overy.



29 de agosto. José Maria Garcia, diretor de Comitês Temáticos da Abdib, e Cosette Xavier da Silva, coordenadora do Comitê de Sustentabilidade da entidade, participam de reuniões com integrantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e com integrantes da Frente Parlamentar Mista da Agropecuária para discutir aperfeiçoamentos e propostas nas regras de licenciamento ambiental.

30 de agosto. O Comitê de Resíduos Sólidos da Abdib promove reunião para avaliar iniciativas para disseminar a importância da cobrança de taxa específica para a destinação adequada de resíduos sólidos.

30 de agosto. Venilton Tadini, presidente-executivo da Abdib, participa do PPP Fórum Ilumina Brasil, em painel para discutir o interesse privado nas PPPs do setor.

31 de agosto. Igor Rocha, diretor de Economia e Planejamento da Abdib, participa do evento InfraInvest: Infraestrutura Sustentável no Brasil, na FGV, no Rio de Janeiro, uma iniciativa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do BNDES, com apoio da Fundação Getúlio Vargas, para discutir como alavancar financiamento para o desenvolvimento de infraestrutura sustentável diante dos compromissos brasileiros com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

SETEMBRO

14 de setembro. Venilton Tadini, presidente-executivo da entidade, profere aula no primeiro MBA Parcerias Público-Privadas e Concessões, uma iniciativa



da London School of Economics (LSE), da Rede PPP e da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

14 de setembro. Abdib promove reunião do Comitê de Transmissão de Energia para discutir impactos de mudanças em resoluções da Aneel e para avaliar o processo de modificação da regulação do setor elétrico proposta pelo Ministério de Minas e Energia.



14 de setembro. O Comitê de Iluminação Pública da Abdib discute, em reunião realizada na Abdib, riscos para a implantação de projetos e estratégias e ações da entidade para fomentar a estruturação de projetos e a viabilização de investimentos por meio de PPP no setor.



18 de setembro. Venilton Tadini presidente-executivo da Abdib, participa do 3º Congresso Brasileiro da Indústria de Máquinas e Equipamentos, organizado pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), na sede da entidade, em São Paulo, no qual palestra sobre o desafio da produtividade no setor industrial.

25 de setembro. Abdib promove reunião do grupo de trabalho Combate à Corrupção na Causa, na qual os integrantes discutem uma matriz de riscos que lista vulnerabilidades no relacionamento das empresas com a administração pública.

27 de setembro. Igor Rocha, diretor de Planejamento e Economia da Abdib, participa do 47º Congresso Mundial de CFOs e do XXVIII Congresso Nacional dos Executivos de Finanças (Conef), realizados simultaneamente pelo International Association of Financial Executives Institutes (IAFEI) e pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF SP), entre 27 e 29 de setembro, em São Paulo.



27 de setembro. Integrantes do Comitê de Sustentabilidade da Abdib discutem o projeto substitutivo ao PL 3.729/2004, que objetiva instituir uma lei geral para o licenciamento ambiental, com objetivo de identificar regras que precisam ser aperfeiçoadas antes da votação na Câmara dos Deputados.



28 de setembro. Integrantes dos Conselhos de Administração e Consultivo da Abdib recebem o presidente do BNDES,

Paulo Rabello de Castro, para discutir ações necessárias para adotar o *project finance* no financiamento da infraestrutura e o papel da instituição de fomento nos investimentos de longo prazo.



OUTUBRO

05 de outubro. Conselheiros da Abdib recebem o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira, na sede da Abdib, em São Paulo, para debater os desafios e as perspectivas do processo de reestruturação da estatal federal.



05 de outubro. Abdib promove reunião do Comitê de Transmissão de Energia para discutir, entre outros assuntos, as próximas ações da entidade após a aprovação pela Aneel de resolução que altera procedimentos de operação das empresas.

10 de outubro. A Abdib recebe o presidente da Sabesp, Jerson Kelman, que também é integrante do Conselho de Administração da entidade, e Karla Bertocco, subsecretária de Parcerias e Inovação na Secretaria de Governo do Estado de São Paulo, para dialogar sobre os



ATIVIDADES REALIZADAS EM 2017

impactos do processo de reestruturação da companhia paulista decorrente das inovações da Lei 16.525/2017 do Governo do Estado de São Paulo.



17 de outubro. A Abdib promove reunião do Comitê de Recursos Hídricos e Saneamento Básico, sob coordenação de Rogério Tavares (Aegea), para discutir um plano de ação que inclui temas estruturantes capazes de contribuir para a consolidação do ambiente jurídico e institucional e para a ampliação de investimentos voltados à expansão e à modernização da infraestrutura de água e esgoto.

18 de outubro. Integrantes do Comitê de Aeroportos, coordenado por Marcelo Allain (BR Infra Group), avaliam a agenda de discussões do setor que inclui temas como alternativas de financiamento de concessões em um cenário com menor participação do BNDES e aperfeiçoamentos no processo de pedidos de desequilíbrio econômico e financeiro.

19 de outubro. Venilton Tadini, presidente-executivo da Abdib, avalia o papel do Novo Banco de Desenvolvimento

na ampliação do comércio exterior no 5º Seminário de Comércio Internacional organizado pelo IASP e pelo IBRAC, em São Paulo.

19 de outubro. Abdib promove reunião do Comitê Legal e Tributário, coordenado por Lauro Celidônio (Mattos Filho Advogados), para discutir, entre outras questões, aspectos do Projeto de Lei 8.456/2017 e contribuições da Abdib ao anteprojeto do PIS e Cofins.

19 de outubro. Em encontro do Comitê de Iluminação Pública, empresários discutem um modelo de financiamento para a estruturação de projetos no setor em desenvolvimento pela Abdib e o detalhamento de riscos associados à implantação de contratos de modernização de iluminação pública nos municípios, entre outros temas.

20 de outubro. Marcos Cintra (Tenaris Confab), coordenador do Comitê de Petróleo e Gás Natural da Abdib, participa como palestrante do seminário Privatização das Companhias de Gás: Oportunidades, Investimentos e Desafios, em São Paulo.

24 de outubro. Grupo de trabalho com empresários dos setores de recursos hídricos e saneamento básico se reúne para avaliar diagnósticos setoriais e modelos de cooperação entre público e privado para expandir investimentos.

24 de outubro. Abdib promove reunião do Comitê de Rodovias, coordenado por Gabriel Galipolo (Banco Fator), para discutir questões referentes a ambiente de negócios, segurança jurídica e expansão de investimentos.

25 de outubro. Venilton Tadini, presidente-executivo da Abdib, avalia as perspectivas de investimento em infraestrutura no Brasil em reunião do Conselho de Economia da Associação Comercial de São Paulo (ACSP).

26 de outubro. Abdib realiza reunião do Comitê de Mobilidade Urbana, coordenado por Flávio Carvalho (CCR), para discutir uma agenda de longo prazo pra fomentar políticas públicas que resultem na expansão dos investi-

mentos em sistemas de transporte de passageiros.

27 de outubro. Integrantes do Comitê de Financiamento e Garantias da Abdib promovem nova reunião, na sede da entidade, em São Paulo, para discutir o desenvolvimento de alternativas de financiamento de longo prazo para a infraestrutura com a participação de Marco Aurélio Cardoso, superintendente de Crédito do BNDES, Luciene Machado, superintendente de Saneamento e Transporte, e Marlon Tyrone de Almeida, gerente do BNDES.

31 de outubro. Especialistas analisam, em grupo de trabalho organizado pela Abdib, fatores de riscos na relação entre setores público e privado sob o ponto de vista da conformidade e da ética.

31 de outubro. Em grupo de trabalho do Comitê de Recursos Hídricos e Saneamento Básico, empresários discutem modelos de cooperação entre investimento público e privado nas áreas de água e esgoto.

NOVEMBRO

01 de novembro. Abdib promove reunião do Comitê de Mobilidade Urbana para discutir aspectos, benefícios e desafios da proposta de autoridade metropolitana elaborada pela entidade e possíveis estratégias para dialogar com autoridades públicas sobre o tema.





01 de novembro. O presidente-executivo da Abdib, Venilton Tadini, acompanhado de Lauro Celidônio, integrante do Conselho Consultivo e coordenador do Comitê Legal e Tributário da entidade, participam de reunião no BNDES, no Rio de Janeiro, com Eliane Lustosa, diretora da Área de Acompanhamento do Mercado de Capitais e da Área de Investimento no Mercado de Capitais do banco de fomento, além de outros executivos da instituição, para dialogar sobre o atual estágio de iniciativas do BNDES para fortalecer a oferta de garantias para debêntures de projetos de infraestrutura.

03 de novembro. Em Marselha, na França, Ralph Lima Terra, vice-presidente-executivo da Abdib, participa de diversas atividades promovidas pelo Conselho Mundial da Água, muitas delas referentes à organização e ao engajamento em torno do 8º Fórum Mundial da Água.



06 de novembro. Abdib promove reunião do Comitê de Rodovias, em São Paulo, para discutir aspectos relativos a regulação e financiamento de concessões rodoviárias, com atenção especial ao fortalecimento da governança e da regulação entre os parceiros público e privado referente ao equilíbrio contratual.



07 de novembro. Abdib realiza reunião do Conselho Consultivo da entidade para dialogar sobre estratégias e ações

em andamento nas áreas de atuação dos comitês setoriais, entre outros temas.



08 de novembro. Integrantes do Comitê de Transmissão de Energia da Abdib se reúnem em Brasília para discutir, entre outros temas, os impactos na resolução 782/2017 da Aneel sobre a operação das concessionárias.

08 de novembro. Abdib promove reunião do Comitê de Aeroportos, na sede da entidade, em São Paulo, para avaliar, entre outros temas, o programa de concessão de aeroportos depois da retirada de Congonhas e questões envolvendo a metodologia de cálculo de indenizações por investimentos não amortizados em casos de relicitação de concessões nos parâmetros da Lei 13.448/2017.



08 de novembro. Abdib recebe delegação de missão comercial da Turquia para avaliar oportunidades para expansão do comércio e dos investimentos bilaterais, com participação de Venilton Tadini e Igor Rocha, presidente-executivo e diretor de Planejamento e Economia da Abdib, e integrantes do Conselho Turquia – Brasil, do Foreign Economic Relations Board of Turkey (DEIK) e do Consulado da Turquia em São Paulo, entre outros.

16 de novembro. Abdib promove reunião do Comitê Legal e Tributário para discutir assuntos legislativos e de que criem ônus tributário para as empresas associadas.

21 de novembro. O presidente-executivo da Abdib, Venilton Tadini, participa da abertura, da conferência e do júri do PPP Awards & Conference Brazil 2017, em São Paulo. O prêmio tem objetivo de reconhecer agentes, projetos, ideias, contribuições e contratos de PPPs para inspirar o desenvolvimento de boas práticas de parcerias entre setores público e privado.



ATIVIDADES REALIZADAS EM 2017



23 de novembro. Abdib promove reunião do Comitê de Iluminação Pública, coordenado por Miguel Noronha (BMPI), na sede da entidade, em São Paulo, para avaliar temas como matriz de riscos para projetos do setor e um termo de referência para o desenvolvimento de casos de sucesso em PPPs de iluminação pública.



28 de novembro. O coordenador do Comitê de Recursos Hídricos e Saneamento Básico da Abdib, Rogério Tavares, palestra no II Fórum Concessões em Saneamento: Investimentos, Nova Modelagem e Riscos, em São Paulo.



29 de novembro. Igor Rocha, diretor de Planejamento e Economia da Abdib, participa como debatedor no 9th Annual Brazil Energy and Infrastructure Finance Forum.

29 de novembro. Abdib promove reunião do Comitê de Petróleo e Gás Natural para discutir a pauta prioritária do setor, incluindo os desafios e as oportunidades com o novo marco regulatório para o gás natural.

30 de novembro. O IRICE, Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior, realiza na sede da Abdib, em parceria com o Banco Mundial para o Brasil, o workshop "Redesenhando Políticas Industriais para Crescimento da Produtividade e dos Empregos Sustentáveis", com participação de Igor Rocha, diretor de Planejamento e Economia da Abdib.

30 de novembro. Integrantes do Comitê de Recursos Hídricos e Saneamento Básico da Abdib se reúnem para avaliar, entre outros temas, as propostas do governo federal para o marco regulatório do setor de saneamento básico brasileiro.

30 de novembro. A Abdib promove reunião do Comitê de Financiamento e Garantias da entidade, em São Paulo, com a presença de Eliane Lustosa, diretora da Área de Acompanhamento do Mercado de Capitais e da Área de Investimento no Mercado de Capitais do banco de fomento, para discutir a atuação do BNDES junto ao mercado de capitais para estruturação de *funding* para investimentos em infraestrutura.

DEZEMBRO

01 de dezembro. Abdib promove reunião do Comitê de Resíduos Sólidos, na sede da entidade, em São Paulo, com a presença de Karla Bertocco, subsecretária de Parcerias e Inovação na Secretaria de Governo do Estado de São Paulo, para discutir a situação atual do tratamento de resíduos em território paulista e a sinergia com a atuação do governo estadual e setor privado.



04 de dezembro. Venilton Tadini, presidente-executivo da Abdib, participa da

abertura do Seminário Brasil 2018, organizado pela Amcham, em São Paulo, para discutir a retomada do crescimento econômico.



05 de dezembro. O presidente-executivo da Abdib, Venilton Tadini, participou da abertura do evento Infra 2038 - De-risking PPPs, cujo objetivo foi debater e identificar propostas para redução e mitigação dos riscos de concessões em infraestrutura no Brasil. Tadini analisará passado, presente e futuro da infraestrutura brasileira.



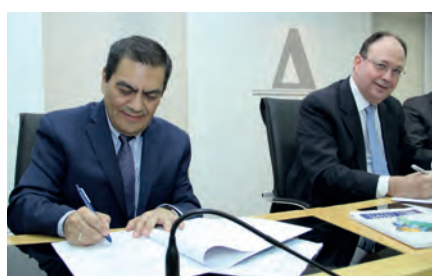
05 de dezembro. promove reunião do Conselho Consultivo da entidade.

05 de dezembro. A Abdib lança iniciativa com a Desenvolve SP, a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), o BNDES e a International Finance Corporation (IFC) para apoiar o país em uma das principais carências existentes no setor de infraestrutura atualmente: a ausência de projetos de boa qualidade para licitação que atraiam investidores para investimentos privados em infraestrutura via concessões e PPPs.





08 de dezembro. Integrantes do Comitê de Aeroportos da Abdib se reúnem para avaliar iniciativas regulatórias do setor aeroportuário federal com a presença do secretário de Fomento e Parcerias do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Dino Antunes Dias Batista.



06 de dezembro. Empresários e especialistas de grupos de trabalho dos comitês de Aeroportos e Rodovias discutem preocupações em torno das regras para regular a indenização possivelmente devida para investidores por término antecipado de contratos de concessão.



07 de dezembro. Abdib promove reunião do Comitê de Transmissão de Energia para discutir aspectos do plano de ação do grupo e assuntos que são alvo atualmente de consultas e audiências públicas para avaliar as contribuições da Abdib nestes processos.



12 de dezembro. Abdib realiza reunião do Conselho de Administração da entidade.

13 de dezembro. O presidente-executivo da Abdib, Venilton Tadini, participa do seminário "Infraestrutura: Investimentos e Geração de Empregos", organizado pelo jornal O Estado de S. Paulo com apoio da Abdib.



11 de dezembro. A Abdib promove seminário A Hora e a Vez do Gás Natural para discutir os desafios e as oportunidades de investimento no setor de gás natural com a presença de investidores e autoridades públicas do Governo do Estado de São Paulo, Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional do Petróleo (ANP) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

14 de dezembro. Rogério Tavares, membro do Conselho Consultivo da Abdib e coordenador do Comitê de Recursos Hídricos e Saneamento da entidade, participa do seminário sobre os mecanismos de apoio do mercado de capitais para o desenvolvimento do saneamento básico no Brasil, organizado pelo Ministério do Planejamento e pelo BNDES em Brasília.



SECURITIZAÇÃO

APOIO PARA A RETOMADA DO CRESCIMENTO

Abdib apoiou decisão do Senado de retomar votação de projeto de lei que contribui para equilíbrio das contas públicas e para garantia de investimentos

Após reunião com 13 governadores e com o objetivo de reforçar a arrecadação dos estados, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, anunciou no dia 7 de novembro de 2017 a retomada da votação do projeto que normatiza as operações de securitização de dívida tributária, previstas no projeto de lei do Senado (PLS) 204/2016, do senador José Serra (PSDB-SP).

De fato, foi o que ocorreu. Um projeto de lei substitutivo foi aprovado dia 13 de dezembro e remetido à Câmara dos Deputados para nova votação. O assunto é considerado urgente para governadores e prefeitos.

A Abdib defendeu a aprovação do PLS 204/2016 desde o início, explicando os méritos do desse tipo de operação em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, seminários e posicionamentos na imprensa. Duas razões centrais justificam o apoio da entidade à matéria.

Primeiramente, as operações de securitização da dívida tributária têm potencial de aumentar a arrecadação pública e, dessa forma, contribuir para solucionar o grave desajuste nas contas públicas, que interferem negativamente nas perspectivas de crescimento econômico e nas possibilidades de investimento público.

Em segundo lugar, porque a securitização pode dar um impulso sem igual para a viabilização de projetos de parcerias público-privadas na infraestrutura.

Para cada operação de emissão de debêntures lastreada pelos recebíveis gerados a partir do parcelamento da dívida tributária, haverá uma parte de

recebíveis que será colocada no mercado. Outra parte ficará reservada para oferecer mais segurança à operação de emissão. É justamente esta parte que pode servir para capitalizar os fundos garantidores.

As operações de securitização da dívida tributária parcelada de entes públicos não são novidade no mercado. Há pareceres favoráveis e experiências bem-sucedidas de operações de securitização em estados e municípios, contribuindo para o equilíbrio fiscal e para aumento dos investimentos públicos.



A PIOR MARCA DA HISTÓRIA RECENTE

Em 2017, segundo estimativas da Abdib, o setor de infraestrutura recebeu 1,5% de investimento / PIB, um volume menor ainda que o aplicado em 2016, que já tinha atingido recorde histórico negativo no passado recente.

O valor apurado pela Abdib considera recursos públicos e privados investidos em energia elétrica, transportes, telecomunicações e saneamento básico.

Em 2018, o investimento em infraestrutura não deverá alterar o patamar em relação à média do biênio 2016-2017.

O setor privado tem sido responsável nesta década por mais de 60% dos in-

vestimentos em infraestrutura, chegando a quase 70% em 2017.

Segundo avaliação da Abdib, o Brasil precisa investir R\$ 300 bilhões ao ano em infraestrutura, o equivalente a 5% do PIB, ao longo de uma década, se o país pretender prover condições para a inserção do país na economia global e para a ampliação da qualidade de vida das pessoas.



Fonte: Bielschowky (2002), Frischtak & Davix (2014), IBGE e ABDIB, 2017 = estimativa

COMPANHIAS ASSOCIADAS

ABB LTDA
ABGF
ACCIONA INFRAESTRUTURAS S.A.
AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.
ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA
ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA
ALUPAR PARTICIPAÇÕES S.A
ANDRITZ HYDRO BRASIL LTDA
AROEIRA SALLES ADVOGADOS
ARTERIS S.A.
AZEVEDO SETTE ADVOGADOS ASSOCIADOS
BANCO FATOR S.A.
BARBOSA MELLO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A
BF CAPITAL ASS. EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS LTDA
BR INFRA GROUP
BRK AMBIENTAL
BROOKFIELD BRASIL LTDA
CAF BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
CAMARGO CORREA INFRAESTRUTURA S.A.
CARIOCA CHRISTIANI-NIELSEN ENGENHARIA S.A.
CASCIONE, PULINO, BOULOS & SANTOS - SOC. ADVOGADOS
CCR - COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS
CELEO - REDES BRASIL S.A.
CEMIG - COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS
CISA TRADING S.A
CITÉLUZ SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO URBANA S.A.
COMPANHIA PAULISTA DE DESENVOLVIMENTO - CPD
CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A.
CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S.A.
CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A.
CONSTRUTORA OAS LTDA
CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S.A
CONTER CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO S.A.
CPFL ENERGIA S.A
CTEEP - CIA TRANSM. DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA
DDSA ADVOGADOS
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA
DELTA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA
DEMAREST ADVOGADOS
DESENVOLVE SÃO PAULO
DT ENGENHARIA DE EMPREENDIMENTOS LTDA
EDP ENERGIAS DO BRASIL S.A
ELETROBRAS - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.
ELETRONUCLEAR - ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A
ELETROPAULO METROPOLITANA
EMAE – EMPRESA METROP.DE AGUAS E ENERGIA S.A
ENFIL S/A CONTROLE AMBIENTAL
ENGIE BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA
ESTRE AMBIENTAL S.A.
ETEO EMPRESA TRANSMISSÃO DE ENERGIA DO OESTE
EY – ENRST&YOUNG ASS. EMPRESARIAL LTDA
FATOR SEGURADORA
FELSBERG E PEDRETTI CONSULTORES LEGAIS
FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A.
GENERAL ELECTRIC ENERGY DO BRASIL S.A.
GS INIMA BRASIL LTDA
INTERTECHNE CONSULTORES ASSOCIADOS S.C. LTDA
INVEPAR INVESTS. E PARTS. EM INFRAESTRUTURA S.A.
IITAZI ENGENHARIA LTDA
KELLER ENGENHARIA GEOTÉCNICA LTDA / TECNOGEO
KPMG STRUCTURED FINANCE S.A
LEITE, TOSTO E BARROS ADVOGADOS ASSOCIADOS
MACHADO, MEYER, SANDACZ E OPICE ADVOGADOS
MADRONA ADVOGADOS
MAGNA ENGENHARIA
MANESCO, RAMIRES, PERES, SOCIEDADE E ADVOGADOS
MARSH CORRETORA DE SEGUROS LTDA
MATTOS FILHO ADVOGADOS
MEGATRANZ TRANSPORTES LTDA
MOTTA, FERNANDES ROCHA ADVOGADOS
NATTURIS CONSULTORIA E ASSESSORIA AMBIENTAL
NEOENERGIA S.A
NUCLEP - NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A
PAR RISCOS ESPECIAIS | WIZ SOLUÇÕES
PATRIA INFRAESTRUTURA GESTÃO DE RECURSOS LTDA
PAVAN ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA
PRICEWATERHOUSECOOPERS LTDA
PRIMAV CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO S.A.
PROMON TECNOLOGIA LTDA
RADAR PPP LTDA
RUMO S.A
SABESP – CIA. SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SP
SADENCO ENGENHARIA LTDA
SALINI IMPREGILO SPA
SETE – SOLUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA
SIEMENS LTDA
SILVER SPRING NETWORKS LTDA DO BRASIL
SOLVI PARTICIPAÇÕES S.A.
STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A
SUPER BAC – PROTEÇÃO AMBIENTAL S.A.
SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL LTDA
TAESA – TRANSM. ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
TAROBÁ ENGENHARIA E NEGÓCIOS LTDA.
TAUIL & CHEQUER ADVOGADOS
TECHNIP FMC
TENARIS CONFAB
TOSHIBA INFRAESTRUTURA AMÉRCIA DO SUL LTDA
TOZZINI, FREIRE, TEIXEIRAE SILVA ADVOGADOS
TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A
UBS BRASIL
UNA CONSULTORIA ECONÔMICA
VLI MULTIMODAL
VOITH HYDRO LTDA
WEG EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S.A.



CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E CONSULTIVO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

GILBERTO PERALTA • GE

Vice Presidente

BRITALDO SOARES • Eletropaulo

AGOSTINHO SERAFIM JUNIOR • Queiroz Galvão

ANDRE CLARK • Siemens

ANDRE DORF • CPFL

DÉCIO DE SAMPAIO AMARAL • Camargo Correa

HARRY SCHMELZER JUNIOR • WEG

JERSON KELMANN • Sabesp

JOSÉ FÁBIO JANUÁRIO • Odebrecht

LAURO CELIDÔNIO NETO • Mattos Filho Advogados

LUIZ SERGIO VIEIRA FILHO • EY

MARCOS ALMEIDA • Brookfield

MAURICIO BÄHR • Engie

PAULO GODOY • Alupar

RAFAEL PANIAGUA • ABB

RICARDO CASTANHEIRA • CCR

SAULO ALVES PEREIRA JUNIOR • Andrade Gutierrez

SOLANGE RIBEIRO • Neoenergia

WILSON FERREIRA JUNIOR • Eletrobras

Em definição • Acciona

CONSELHO CONSULTIVO

ALBERTO DIAS • ABB

ANTONIO GIL DA SILVEIRA • Caixa

ANTONIO PARGANA • Cisa Trading

CARLOS VILLA • Solvi

CLAUDIA BONELLI • Tozzini Freire Advogados

DAVID ALMAZÁN • Arteris

DAVID MORERIA • Patria

EDUARDO BACKHEUSER • Carioca Christiani-Nielsen

EDUARDO VIEGAS • Concremat

ELIAS DE SOUZA • Deloitte

FABIO CALDAS • CPFL

FLAVIO BORGES DE CARVALHO • CCR

GABRIEL GALIPOLO • Fator

GILSON KRAUSE • Promon

HENRIQUE ZUPPARDO JUNIOR • Megatranz

JORGE NEMR • Leite, Tosto e Barros Advogados

JOSÉ CARLOS TAVARES PEREIRA • WIZ Soluções

JOSÉ VIRGILIO ENEI • Machado Meyer Advogados

JOSEDIR BARRETO • OAS

JULIAN THOMAS • ALIANÇA

JULIO FONTANA NETO • Rumo

LUIS CARLOS BORBA • Toshiba

MARCELO ELIAS • Marsh

MARCOS BLUMER • Voith Hydro

MARCOS CINTRA • Tenaris Confab

MASSIMO GUALA • Salini Impregilo

MAURICIO ENDO • KPMG

MICHEL BOCCACCIO • Asltom

MIGUEL NORONHA • Barbosa Mello Participações

MILTON LUIZ SANTOS • Desenvolve São Paulo

OTÁVIO MAIA • PwC

RENATO MEIRELLES NETO • CAF

RENATO SUCUPIRA • BF Capital

REYNALDO PASSANEZI • CTEEP

ROGERIO TAVARES • Aegea

SERGIO PARADA • Andritz Hydro

TERESA VERNAGLIA • BRK Ambiental

THOMAS FELSBERG • Felsberg Advogados

VIVEKA KAITILA • GE

WILSON QUINTELLA • Estre Ambiental

EQUIPE EXECUTIVA

Venilton Tadini é presidente-executivo da Abdib desde 2016.

Economista pela Universidade de São Paulo (FEA-USP), mestre em Teoria Econômica pelo IPE/USP. Foi bolsista da USAID/USA para estudos do sistema financeiro e concessões de serviços públicos em 1991. Foi diretor da Secretaria do Tesouro Nacional e das áreas de Infraestrutura e de Planejamento do BNDES. Trabalhou por 20 anos no Banco Fator, os últimos quatro como presidente. Responsável por processos de reestruturação de companhias, estruturação técnica e financeira de projetos de infraestrutura e privatização de empresas públicas.

Ralph Lima Terra é vice-presidente-executivo da Abdib.

Engenheiro mecânico pela Universidade Gama Filho, com carreira nas áreas de infraestrutura, com foco em petróleo. Coordenador de ações governamentais e institucionais com empresas, entidades de classe e órgãos de governo. Integra conselhos diversos, como Investe São Paulo, Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP), Conselho Nacional de Infraestrutura (Coinfra-CNI) e Conselho de Assuntos Legislativos (CAL-CNI). É governador do board do Conselho Mundial da Água (WWC).

Nivaldo Tetti é diretor Administrativo e Financeiro da Abdib.

Já coordenou projetos especiais, como eventos, estudos e iniciativas de cooperação técnica. Atuou na formação de estudos e projetos para a Copa do Mundo 2014 e para a candidatura da cidade de São Paulo para sediar a Expo 2020 e foi integrante do Comitê Organizador Local do 8º Fórum Mundial da Água no Brasil.

José Maria de Paula Garcia é diretor de Comitês Temáticos da Abdib.

Engenheiro Civil com experiência nas áreas de construção civil e petróleo. Responsável pela coordenação dos debates entre empresas e especialistas para produção de diagnósticos e propostas. Coordena o estudo anual sobre investimento na infraestrutura e ações de relações governamentais e institucionais.

Igor Rocha é diretor de Planejamento e Economia da Abdib.

Formado em Ciências Econômicas pela PUC-SP, mestre pela Unicamp e doutor pela Universidade de Cambridge. Foi professor da PUC-SP nos anos de 2011 e 2012. Leciona no MBA de PPPs e Concessões da FESPSP em parceria com a LSE Enterprise. É pesquisador da FGV-SP. Possui diversos artigos no Brasil e exterior. Conduz na Abdib estudos relacionados ao setor de infraestrutura e o plano para recuperar a competitividade e a participação da indústria no PIB brasileiro. Ademais coordena missões executivas internacionais e o programa de educação corporativa.

José Casadei é diretor de Comunicação da Abdib.

Formado em Jornalismo (Cáspere Líbero) e em História (FFLCH-USP), com especialização em Economia Brasileira e Globalização (Fipe-USP). Responsável pela coordenação e execução de planos de comunicação, relações com a imprensa e programas de propostas da Abdib para a infraestrutura.

Cintia Torquetto é coordenadora de eventos da Abdib.

Formada em Relações Públicas (Unesp), com pós-graduação em Gestão Estratégica de Comunicação (ECA-USP) e especialização em Administração e Organização de Eventos (Senac-SP). Trabalha em funções de relações públicas e é responsável pela gestão dos seminários e eventos da associação.



Parque Eólico Bons Ventos, no Ceará: Nordeste concentra mais de 80% da geração de energia eólica no Brasil





**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA
INFRAESTRUTURA E INDÚSTRIAS DE BASE**

Praça Monteiro Lobato, 36 - Cep: 05506-030
Butantã - São Paulo-SP

Tel: **11 3094-1950**

Fax: **11 3094-1970**

e-mail: abdib@abdib.org.br
site: www.abdib.org.br

